



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS CERRO LARGO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LEANDRO ALEXANDRE DA SILVA

PAISAGENS SILENCIOSAS:
A INVISIBILIDADE DO NEGRO EM CERRO LARGO (RS)

CERRO LARGO

2017

LEANDRO ALEXANDRE DA SILVA

**PAISAGENS SILENCIOSAS:
A INVISIBILIDADE DO NEGRO EM CERRO LARGO (RS)**

Dissertação de mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo – RS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Vidal Nogueira
Coorientador: Prof. Dr. Cesar de Miranda e Lemos

**CERRO LARGO
2017**

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Silva, Leandro Alexandre da
Paisagens Silenciosas: A invisibilidade do negro em
Cerro Largo (RS)/ Leandro Alexandre da Silva. -- 2017.
111 f.

Orientadora: Sandra Vida Nogueira.
Co-orientador: Cesar de Miranda e Lemos.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas -
PPGDPP, Cerro Largo, RS, 2017.

1. População Negra. 2. Não-Lugar. 3. Invisibilidade.
4. Quase-cidadania. 5. Silêncio. I. Nogueira, Sandra
Vida, orient. II. Lemos, Cesar de Miranda e, co-orient.
III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

LEANDRO ALEXANDRE DA SILVA

**PAISAGENS SILENCIOSAS:
A INVISIBILIDADE DO NEGRO EM CERRO LARGO (RS)**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação Mestrado em
Desenvolvimento e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Fronteira Sul,
Campus Cerro Largo - RS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Vidal Nogueira.
Coorientador: Prof. Dr. César de Miranda e Lemos.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

14 / 11 / 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Sandra Vidal Nogueira – UFFS Cerro Largo



Prof. Dr. Cesar de Miranda e Lemos – UFFS Cerro Largo



Prof^a. Dr^a. Rosângela Angelin – URI Santo Ângelo

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e companheira de vida Heloísa Wastowski Cardoso, por todo carinho, compreensão, apoio e auxílio, sem o qual eu jamais teria conseguido realizar esse trabalho. Sou eu quem assino esse trabalho, mas tenho certeza que em boa parte ele é seu também.

À professora Dra. Sandra Vidal Nogueira, por toda orientação e auxílio, mas principalmente pela imensa paciência e compreensão demonstrada para comigo ao longo dessa caminhada. Professora que possui uma sabedoria única. Confiou no meu trabalho desde o início, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao professor Dr. Cesar de Miranda e Lemos, pelo fundamental auxílio nos momentos mais críticos dessa caminhada. Obrigado por toda a sua dedicação, pelas horas de conversa, pelas trocas, por sua inestimável orientação e por ser um exemplo de profissional.

À professora Dra. Serli Genz Bolter, por suas contribuições no processo de qualificação e pelo seu apoio. Uma professora que, mesmo estando longe, eu faço questão de não esquecer, pois para mim é uma referência como Ser Humano e profissional da educação.

À minha mãe Valdeci, meu irmão Dário, minha irmã Tânia, que mesmo estando longe, são parte fundamental da minha força e motivação.

À direção e toda equipe diretiva do Colégio La Salle Medianeira e da Escola Estadual Dr. Otto Flach – CIEP pelo apoio e compreensão demonstrada.

A todos meus colegas de mestrado pelos bons momentos vivenciados.

A todos meus amigos que me fortalecem.

RESUMO

Cerro Largo é um município encravado no interior do estado do Rio Grande do Sul, mas especificamente no noroeste gaúcho, Região das Missões. A região em questão foi um dos núcleos de imigração europeia e Cerro Largo se tornou uma típica cidade de colonização alemã. Entretanto, em 2010 o IBGE apurou e expôs dados que contradisseram essa realidade. Foi apurada a presença de 20% de cidadãos pretos e pardos na zona urbana do município. Ou seja, na cidade de alemão, um quinto dos cidadãos é negro. Tal constatação causou espanto, uma vez que esse contingente não era verificado nas diversas esferas do município, ao menos, não nessa proporção. Ao que tudo indica a população negra em Cerro Largo vive invisível, em um não-lugar. Assim o objetivo desse trabalho é – compreender o construto desse não-lugar, bem como as causas dessa invisibilidade. Analisando dados, documentos e bibliografias sobre a História e a questão étnica no município, empregando técnicas etnográficas e de análise de discurso, percebe-se que a comunidade teuto-brasileira se fez hegemônica isolando-se e excluindo os chamados *brasileiros*. Tal isolamento e exclusão encontra explicação em fatores históricos, mas também em fatores de tipo racista. Ao longo do tempo certos valores passaram a ser atrelados aos ditos *alemães* e sua cultura em tempo que foram negados aos *brasileiros*. Aos negros, em situação ainda mais grave de exclusão, atribuiu-se uma série de valores depreciativos que não os tornam dignos de participarem da vida da cidade. Vivem invisíveis ocupando os piores lugares e posições em um não-lugar. Sobre essa situação paira o silêncio, que contribui mais ainda para a invisibilizar os cidadãos negros de Cerro Largo. Enfim, constata-se que as principais características do não-lugar do negro em Cerro Largo são o silêncio, a invisibilidade e a exclusão. Tais fatores são corolários da negação de uma série de direitos que terminam por configurar uma situação de quase-cidadania desse contingente populacional. Por isso, conclui-se esse trabalho sugerindo políticas públicas e ações afirmativas para dar voz aos silenciados, fazer visível os invisíveis e, finalmente, incluí-los na cidadania. Acreditamos que o reconhecimento de direitos fundamentais é indispensável na arquitetura de um futuro mais democrático e multicultural para todos os cerro-larguenses.

Palavras Chave: População Negra, Não-lugar, Invisibilidade, Quase-cidadania, Silêncio

ABSTRACT

Cerro Largo is a town embedded at the interior of Rio Grande do Sul state, specifically at gaucho northwest, Missões Region. The region in question was one of the european immigration centers and Cerro Largo became a typical german colonized town. However, in 2010 IBGE verified and exposed contradictory data on this reality. It was identified the presence of 20% of black and brown citizens at the city's urban area. In other words, at a german's town, one fifth of the citizens are black colour. Such confirmation caused astonishment, once this contingent wasn't verified on various city's surroundings, at least not on this proportion. It seems that the black citizens in Cerro Largo live invisible, at a "nowhere". That so, the goal of this study is – understand the construction of this "nowhere", as well as the causes of this invisibility. Analyzing the data, documents and bibliographic reports on History and ethical matters of the city, employing ethnographic techniques and discussion analysis, it is concluded that the teuto-brazilian community become hegemonic, isolating and excluding the called "brazilians". Such isolation and exclusion are explained by historical factors, but also racist factors. As time passed by certain values were associated to the so called "germans" and it's culture while others were neglected to the "brazilians". To the black people, living a more serious situation of exclusion, a whole of derogatory values were imprint, making them unworthy of participating of social life on this city. They live invisible, occupying the worst places and positions on "nowhere". Over this situation hangs silence, that contributes even more to invisibilized the black citizens from Cerro Largo. Anyway, it was verified that the main characteristics of the coloured people's "nowhere" at Cerro Largo is silence, invisibility and exclusion. Such factors are negation's corollaries of a series of rights that end up configuring an almost-citizenship situation of this populational contingent. Therefore, this study is concluded suggesting public politics and confirmatory actions to give voice to the silenced, make visible the invisible ones and, finally, include them in citizenship. It is believed that the acknowledgment of fundamental rights is indispensable on the architecture of a more democratic and multicultural future for every Cerro Largo citizen.

Keywords: Black Population, Nowhere, Invisibility, Almost-Citizenship, Silence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cemitério de Cerro Largo.....	63
Figura 2 - Mapa do Cemitério de Cerro Largo.....	64
Figura 3 - Localidades da Zona Urbana de Cerro Largo.....	77
Quadro 1 - População negra em Cerro Largo.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População com mais de 5 anos de idade, alfabetizadas, segundo cor ou raça.	36
Gráfico 2 - População com 15 anos de idade ou mais ou mais, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluídos.	37
Gráfico 3 - Cobertura e escolarização líquida, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluídos.	37
Gráfico 4 - Rendimento da população com 16 anos de idade ou mais segundo as fontes de rendimento, por cor ou raça (em R\$).	38
Gráfico 5 - Desocupados sobre a PEA com 16 anos de idade ou mais segundo cor ou raça.	39
Gráfico 6 - Distribuição da população com 16 anos ou mais segundo a posição por cor ou raça.	40
Gráfico 7 - Expectativa de vida ao nasce de homens e mulheres, descontada a perda de expectativa e total, por negros e não-negros (em anos de idade).	41
Gráfico 8 - Perda de expectativa de vida ao nascer - 2010.	41
Gráfico 9 - Pessoas físicas na lista telefônica de Cerro Largo, por sobrenome.	59
Gráfico 10 - Prefeitos e Vice-prefeitos de Cerro Largo por sobrenomes entre 1955 e 2017.	60
Gráfico 11 - Vereadores de Cerro Largo por sobrenomes entre 1955 e 2017.	60
Gráfico 12 - Túmulos Mapeados no quadrante Nordeste.	66
Gráfico 13 - Túmulos mapeados no quadrante Noroeste.	67
Gráfico 14 - Túmulos mapeados no quadrante Sudeste.	68
Gráfico 15 - Túmulos mapeados no quadrante Sudoeste.	70
Gráfico 16 - População de Cerro Largo por cor ou raça.	72
Gráfico 17 - População da Zona Urbana de Cerro Largo por cor ou raça.	73
Gráfico 18 – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares, por setor censitário.	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	DO UNIVERSO DE ANÁLISE	9
1.2	DA METODOLOGIA	12
2	ESCRavidÃO E PÓS-ABOLIÇÃO: UM BREVE PANORAMA DO CASO BRASILEIRO	18
2.1	A DEMOCRACIA GAÚCHA E O NÃO-LUGAR DO ESCRAVO NO RIO GRANDE DO SUL	23
2.2	ESCRavidÃO E INVISIBILIDADE NAS MISSÕES	27
2.3	RACISMO À BRASILEIRA E O NÃO-LUGAR DO NEGRO	30
2.4	DO LUGAR DE ESCRAVO QUASE-LIVRE AO NÃO-LUGAR DE SUJEITO QUASE-CIDADÃO	33
2.5	OS SINTOMAS DA QUASE-CIDADANIA NEGRA NO BRASIL	35
3	CERRO LARGO NO INCERTO AMANHÃ DOS TEMPOS NOVOS	43
3.1	FLOR DO TEMPO: INDÍGENAS, MISSIONEIROS E ESQUECIDOS	45
3.2	FLOR DO TRABALHO: A FUNDAÇÃO E OCUPAÇÃO GERMÂNICA DE SERRO AZUL	48
3.3	DE SERRO AZUL À CERRO LARGO: NO INCERTO AMANHÃ DO SÉCULO XXI	55
3.4	NA SEGUNDA MORADA: A MORTE NÃO NOS IGUALA	61
3.5	CERRO LARGO: CIDADE DE ALEMÃO?	71
4	O NÃO-LUGAR DO NEGRO EM CERRO LARGO	76
4.1	SILÊNCIO: O <i>HABITUS</i> CERRO-LARGUENSE	83
4.2	O SILENCIOSO NÃO-LUGAR DO NEGRO EM CERRO LARGO	87
4.3	AOS NEGROS A VOZ: QUEBRANDO O SILÊNCIO E RECONHECENDO O DIREITO A DIFERENÇA	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

1 INTRODUÇÃO

Essa sessão apresenta os elementos introdutórios desse trabalho de dissertação e encontram-se subdivididos em duas partes. A primeira é destinada a expor o universo de análise. Nessa parte apresentamos brevemente o município de Cerro Largo. Ainda, explicamos nossas motivações de pesquisa, à temática, os problemas e objetivos desse estudo. Já, a segunda parte dessa introdução versa exclusivamente sobre a metodologia empregada no desenvolvimento do trabalho.

1.1 DO UNIVERSO DE ANÁLISE

Cerro Largo pode ser considerada uma típica cidade de colonização alemã, com famílias, cultura, arquitetura, culinária e história ligada a essa etnia. O Município está localizado na Região das Missões, no Noroeste do Rio Grande do Sul – RS, localidade que se constituiu em um dos núcleos de imigração europeia no estado. Um olhar superficial sobre a comunidade cerro-larguense passa a impressão de que a questão étnica nessa localidade está pacificada.

Entretanto, o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE explicitou uma situação que contradiz essa visão. Em seu Censo Demográfico realizado no ano de 2010 apontou a existência de 20% de pretos e pardos, de um total de 10.571 cidadãos vivendo na área urbana desse município. Ou seja, no ano de 2010 a zona urbana de Cerro Largo possuía 2.115 indivíduos negros¹ (IBGE, 2010).

A princípio queríamos compreender como esses cidadãos estavam inseridos nos processos mais amplos de desenvolvimento da Cidade. Porém, ao longo das imersões iniciais no tema nos deparamos com um fenômeno ainda mais profundo. Em Cerro Largo, quase inexitem dados sobre essa população. Passamos a chocar nossos interlocutores, quando comentávamos que um a cada cinco habitantes de Cerro Largo é negro, chegando inclusive a causar incredulidades.

Esse choque e incredulidades se devem ao fato de esse contingente existir em Cerro Largo em estado de quase absoluta invisibilidade. Eles não encontram

¹ Nesse trabalho será denominada população negra a soma das pessoas autodeclaradas pretas e pardas nos censos do IBGE conforme tratam (GOMES; PAIXÃO, 2008, p.188) e demais intelectuais e ativistas do movimento negro contemporâneo.

representação na historiografia oficial do Município². Quanto a nós, não encontramos um negro a cada cinco cidadãos trafegando pelo centro. Nem nos restaurantes ou salões de beleza. Não estão nos clubes, na mídia, nem nos balcões das lojas. Muito menos nos espaços públicos como a prefeitura e a câmara de vereadores. Nem mesmo o *campus* de Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS pode ser considerado um espaço democrático do ponto de vista multiétnico³. Onde então estão os negros de Cerro Largo?

Os dados positivos do IBGE parecem ser o último bastião que advogam pela existência desse contingente de 20% de cidadãos, visto sua atual situação de invisibilidade. A invisibilidade do negro em Cerro Largo, constatada em diversas áreas, é, pois um fenômeno silencioso que conduziu esses cidadãos a ocuparem um não-lugar⁴ na vida do Município. Os dados censitários do IBGE confirmam essa existência, mas “o município não os enxerga”. Assim surgiu nossa motivação e esse é o problema ao qual nos propomos a resolver. Quais são as características do não-lugar do negro em Cerro Largo? E por que eles não são vistos?

Então definimos nossos objetivos. O objetivo geral desse trabalho é conhecer as características do não-lugar do negro em Cerro Largo. Para isso foi necessário também obter mais informações e realizar uma análise das questões étnicas do município. Nesse sentido procuramos maiores informações sobre a população negra de Cerro Largo, afim de explicar sua situação. Sabemos que esse é um trabalho inicial, logo não temos a pretensão de esgotar esse assunto. Ainda assim nos propomos a explicar o porquê dessa situação de invisibilidade. Finalmente desejamos contribuir com o debate acerca das questões étnicas-raciais e sua relação com as políticas públicas tanto em nível municipal quanto regional. Esses podem ser considerados nossos objetivos mais específicos.

Acreditamos que a invisibilidade desses 20% de cidadãos é corolária de uma série de privações de direitos, que terminam por se converterem em uma negação de suas cidadanias. Por isso justificamos que compreender o não-lugar da população

² Foram analisadas diversas obras que tratam da História de Cerro Largo. Destacam-se os livros: A História de Cerro Largo de Miguel Dewes, publicada em 1966 pela Editora Alvorada e Vozes do Passado: De Serro Azul a Cerro Largo (1965) de Maria Dolores Schneider, editado em 2003 pela editora Gráfica A Notícia.

³ Dados da Secretaria Acadêmica e da Secretaria da pós-graduação do Campus de Cerro Largo da UFFS (Set/2016) apontam que dentre 1.173 estudantes de Graduação 15,43% se declaram negros. Na pós-graduação, dentre os 69 alunos matriculados 13,04% se declaram negros.

⁴ Consideramos o não-lugar um lugar de negação. Negação de direitos e de cidadania. Empregamos o termo coadunando com Bonilha (2012).

negra no Município de Cerro Largo é essencial como um ato de dignificação da pessoa humana. Em nosso entendimento esse conhecimento é fundamental para que se possam realizar proposições de políticas públicas que atendam aos anseios dessa população.

Numa região cuja produção de conhecimento sobre a História e Cultura da população negra ainda é muito escassa, justificamos essa Pesquisa como importante do ponto de vista acadêmico, como “um ato inicial de descolonização do pensamento regional missioneiro, de rompimento com a opressão do racismo, mascarado sob as práticas cotidianas, nas expressões, nas piadas, e nas práticas institucionalizadas” (SOUZA, 2013, p.114).

Para fins de organização optamos por dividir essa dissertação em cinco capítulos, sendo o primeiro deles essa introdução. No segundo apresentamos, através de revisão bibliográfica, a questão do negro no Brasil a partir da abolição da escravidão. Do geral para o específico, tratamos primeiro desse assunto em nível nacional, depois apenas no Rio Grande do Sul e por fim na Região das Missões. Trabalhamos ainda nesse capítulo com o conceito de racismo a brasileira, um tipo de racismo silencioso e sofisticado, que permite que no Brasil o negro conviva com o branco, desde que esse saiba seu lugar. Ainda nesse capítulo são apresentados dados que sustentam que o negro, tanto no RS, quanto no Brasil, vivem um status de quase-cidadania.

No terceiro capítulo abordamos a questão étnica e histórica do município de Cerro Largo. Para isso recorreremos tanto a pesquisa bibliográfica, quanto a análise documental. Começamos por traçar suas origens, desde o processo de imigração germânica e da fundação da colônia Serro Azul. A seguir apresentamos dados atuais sobre as etnias presentes no município, sua integração e representatividade. Em nossa análise de dados buscamos delimitar a etnia dos sujeitos através da análise de seus sobrenomes. Extraímos dados da lista telefônica, da composição histórica dos poderes legislativo e executivo e até mesmo do cemitério municipal. Constatamos assim, a hegemonia da comunidade teuto-brasileira, que se reproduz no município desde sua fundação. Procuramos, também, demonstrar as divisões que, ao longo do tempo separam o *alemão* do *brasileiro* em vida e em morte.

O foco do quarto capítulo são as características do não lugar do negro em Cerro Largo. Nessa parte utilizamos micro dados do IBGE para mapear a presença da população negra no município. Chegamos a constatar áreas que apresentam mais de

40% da população formada por esse contingente. Em nossos estudos definimos o não-lugar do negro como um lugar de silêncio, exclusão e invisibilidade.

Com a finalidade de enxergarmos para além do véu que separa o visível do invisível foi necessário compreendermos o silêncio, para tanto recorreremos à teoria do *Habitus* de Pierre Bourdieu. Ainda no terceiro capítulo, metodologias como a análise de discurso e a etnografia nos ajudaram a apreender um tipo de silêncio mais sofisticado. Do tipo que se encontra escondido nas ações, o qual denominamos silêncio da presença.

Concluimos esse capítulo advogando que é preciso romper o silêncio que invisibiliza a população negra do município, para tanto buscamos respaldo na legislação de Direitos Humanos, na legislação específica acerca da questão étnico-racial e em ações afirmativas que buscaram dar voz, incluir e tirar da invisibilidade a comunidade negra. Finalmente, há um quinto e último capítulo apenas destinado a expor brevemente nossas considerações finais.

1.2 DA METODOLOGIA

Compreendemos a metodologia como a maneira de buscar as respostas para os problemas formulados na pesquisa. De antemão informamos que esse trabalho possui um enfoque qualitativo. Segundo Taylor e Bogdan (1996, p.19-20):

La frase metodología cualitativa se refiere en su mas amplio sentido a la **investigación que produce datos descriptivos**: las propias palabras de las personas, habladas o escritas, y la conducta observable. Como lo señala Ray Rist (1977), la metodología cualitativa, a semejanza de la metodología cuantitativa, consiste en más que un conjunto de técnicas para recoger datos. Es un modo de encarar el mundo empírico [grifo nosso].

Uma vez que a intenção é compreender as características do não-lugar do negro em Cerro Largo, recorreremos a esse enfoque que acreditamos ser o mais adequado. Conforme o autor trata-se de um tipo de investigação que produz dados descritivos. Por isso afirmamos que do ponto de vista do alcance a pesquisa será descritiva, mas também será exploratória.

Segundo Sampieri, Callado e Lucio “Os estudos exploratórios são realizados quando objetivo é examinar um tema ou um problema de pesquisa pouco estudado” (2013, p.101). A insuficiência de produções científicas sobre a população negra cerro-

larguense impõe a necessidade de estudos exploratórios até mesmo para que se possam verificar as promessas e limitações desse campo de pesquisa nesta localidade.

Ainda, segundo Taylor e Bogdan as investigações qualitativas são indutivas. Os pesquisadores qualitativos desenvolvem seus conceitos e ideias a partir dos dados coletados, não sendo a intenção utilizar esses dados para validar teorias hipóteses ou conceitos previamente estabelecidos (1996, p.20). Trata-se de uma metodologia de dentro para fora. Para Prodanov indução “É um método responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral” (2013, p.28). Ainda,

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam (LAKATOS; MARCONI apud PRODANOV, 2013, p.28).

Com a finalidade de resolver os problemas propostos nesse trabalho foi necessário a adoção de um conjunto de técnicas principais tais como: A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No que se refere a pesquisa bibliográfica, no geral é elaborada,

a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV, 2013, p.54).

Já a pesquisa documental “baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (PRODANOV, 2013, p.54). No que se refere a meios técnicos utilizados para analisar os dados, tornou-se necessária à construção de uma lupa metodológica.

A lupa a qual recorreremos é uma que combina o método histórico, definido aqui como a “investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje” (PRODANOV, 2013, p.37), com mais duas metodologias distintas: A Análise de Discurso (AD) e a etnografia:

O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.680).

As autoras completam dizendo que:

A língua é considerada opaca e heterogênea, conseqüentemente, ela não é transparente e homogênea como muitas vezes aparenta ser; [...] O sentido não está “colado” na palavra, é um elemento simbólico, não é fechado nem exato, portanto sempre incompleto; por isso o sentido pode escapar. O enunciado não diz tudo, devendo o analista buscar os efeitos dos sentidos e, para isso, precisa sair do enunciado e chegar ao enunciável através da interpretação (CAREGNATO; MUTTI 2006, p.681).

Como colocam as autoras a língua é opaca. Na opacidade de um discurso aparentemente óbvio o silêncio pode esconder os mais diversos significados. O sentido de um discurso não existe independente de um contexto. De fato, o enunciado não diz tudo, no final das contas a mensagem apreendida de um discurso dependerá da interpretação do receptor. Nessa interpretação três fatores são levados em consideração: Ideologia, História e Linguagem:

A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.680-81).

Além de fornecer uma explicação clara sobre o que se entende por ideologia e História, quando se trabalha com Análise de Discurso as autoras levantam uma importante questão quando falam da linguagem, os ecos da memória do dizer. Segundo as autoras se engana o sujeito que pensa ser o dono absoluto de seu discurso, pois todo discurso já foi dito antes.

A outra parte dessa ferramenta metodológica é composta pela etnografia. Segundo Spradley, em um olhar mais amplo, podemos definir a etnografia como o estudo da cultura (1979 *apud* TRIVINOS, 1987, p.121). Em Geertz (2008, p.7) obtemos mais detalhes, segundo o autor,

a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato — a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados — é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Em geral praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Porém, Geertz discorda dessa visão. Para o autor o que define a etnografia é um esforço intelectual para a elaboração de uma descrição densa. Compreendemos a ciência como interpretativa, trata-se de uma busca por significados. Conforme expõe Geertz (2008, p.4),

o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Consideramos que a visão de Geertz sobre a cultura dialoga totalmente com o que Pierre Bourdieu chamou de *habitus*⁵ e Caregnato e Mutti chamam de ecos da memória do dizer. Ou seja, o homem como um animal amarrado em teias de significados que o próprio homem teceu. Isso pode significar que, embora o autor de um discurso seja também um tecelão, essas teias já existiam antes mesmo desse sujeito pensar e formular seu discurso. Nesse caso o olhar etnográfico seria o esforço realizado para analisar essas teias de significado. Teias que, como vimos, permeiam, antecedem e são formadas por discursos e ações.

Quanto à escolha da amostra nas pesquisas qualitativas, Sampieri, Callado e Lucio defendem que antes desse processo deve-se realizar uma imersão inicial, que segundo os autores “nos faz mergulhar no contexto, ao mesmo tempo em coletamos dados” (2013, p.403). Em nossa imersão inicial visitamos o escritório do IBGE de Cerro Largo. Nossa intenção era obter os dados demográficos da zona urbana município, considerando as variáveis raciais, por bairro.

Para conhecer melhor a questão étnica, especialmente da população negra em Cerro Largo, buscamos dados estatísticos separados por bairros em Cerro Largo. Entretanto para a nossa surpresa, constatamos que o município possui apenas um bairro registrado nesse instituto, o bairro Floresta, o que inviabilizou essa busca. O

⁵ Conceito desenvolvido no capítulo 4.

curioso é que os bairros de fato existem, na boca dos populares, em sites da internet, no endereço de órgãos públicos, na prefeitura municipal e até para fins de correspondência. Somente no IBGE eles não estão registrados. Mas, essa é uma questão urbanística que não analisaremos neste trabalho.

Essa situação cria um problema para os pesquisadores que desejam obter os aspectos demográficos do município com esse recorte. Não sendo possível efetuar essa delimitação tivemos que recorrer à outra estratégia. Sendo esses dados tão importantes, a solução para esse impasse foi, em lugar de tentar delimitar o estudo por bairros, utilizar uma divisão própria do IBGE chamada Setor Censitário, que é,

a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. Assim sendo, cada recenseador procederá à coleta de informações tendo como meta a cobertura do setor censitário que lhe é designado (CENSO, 2016, s.p.).

Para a realização do censo 2010 o Brasil foi dividido em cerca de 314 mil setores censitários. Já o município de Cerro Largo está dividido em 23 setores censitários, numerados de 1 a 23⁶. É possível verificar os dados demográficos do IBGE, agregados por cor ou raça, delimitados por setor censitário. Dessa forma tivemos condições de saber quais as localidades do município apresentam maior concentração de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, e assim conhecermos um pouco mais as características dos lugares por eles habitados.

Assim definirmos nossa amostra provisória conforme preconizam Sampieri, Callado e Lucio (2013, p.403):

Em algum momento da imersão ou após ela, começamos a definir a amostra “provisória” sujeita à evolução do processo indutivo. Conforme menciona Creswell (2009), a amostragem qualitativa é proposicional. As primeiras ações para escolher a amostra acontecem a partir da própria formulação e quando selecionamos o contexto, onde esperamos encontrar os casos que nos interessam. Nas pesquisas qualitativas fazemos as seguintes perguntas: Quais casos nos interessam e onde podemos encontra-los?

Nossa imersão inicial nos possibilitou responder as perguntas propostas pelos autores, sobre os casos que nos interessam e onde podemos encontra-los. Por ser

⁶ Descartamos os setores numerados de 13 a 22, pois eles localizam-se na zona rural do município e nosso esse trabalho aborda apenas a zona urbana.

tratar de uma pesquisa exploratória nosso interesse foram notícias, escritos, discursos, documentos, dados, publicações, ou seja, materiais que de alguma forma pudessem ser reveladores da questão étnica em Cerro Largo.

A partir de então as fontes do tipo bibliográficas foram lidas, fichadas, catalogadas e resumidas. Quanto às fontes documentais o tratamento foi o sugerido por Prodanov (2013, p.56):

Todo documento deve passar por uma avaliação crítica por parte do pesquisador, que levará em consideração seus aspectos internos e externos. No caso da crítica externa, serão avaliadas suas garantias e o valor de seu conteúdo. Normalmente, ela é aplicada apenas às fontes primárias e compreende a crítica do texto, da autenticidade e da origem.

A seguir aplicamos técnicas de Análise de Discurso na interpretação dos textos. Finalmente elaboramos essa dissertação tendo como base na proposta de descrição densa da etnografia aliada às características do método histórico.

2 ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO: UM BREVE PANORAMA DO CASO BRASILEIRO

A história da população negra no Brasil e de seu desenvolvimento vai muito além do alardeado processo de escravidão que durou quase quatro séculos. O negro brasileiro é herdeiro de um processo civilizacional da África milenar, repleta de riqueza material e cultural. Ele remonta as civilizações guerreiras, de grandes reinos e reis, viajantes, mercadores que conquistaram e encantaram o mundo. É perverso reduzir o negro brasileiro ao descendente do escravo do período colonial. Tal reducionismo arriscaria “inviabilizar a possibilidade de pensar o negro original como livre, independente, guerreiro, em estado de natureza, ou, principalmente, com civilização própria e sustentável” (SANT’ANA, 2015, s.p.).

Isso não nos impede de reconhecer as profundas marcas deixadas pela instituição da escravidão no Brasil. Compreender esse instituto, em toda sua complexidade, é imprescindível para os que querem aprofundar estudos sobre as desigualdades vivenciadas pela população negra brasileira na contemporaneidade. Afinal “por mais de três séculos, o Brasil foi um país profundamente escravista. Durante essa época, a construção da nação aconteceu sobre tudo assentada no esforço do trabalhador escravizado” (FIABANI, 2012, p.15). Nesse período “o Brasil recebeu cerca de 40% de todos os africanos escravizados enviados para a América” (PAIXÃO; GOMES, 2008, p.39). É que preciso considerar que:

A retirada violenta de africanos de suas comunidades, conduzidos para trabalhar como escravos em terras distantes, foi a solução encontrada pelas potências coloniais européias para povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais das colônias no Novo Mundo. A colônia portuguesa (o Brasil) dependia de grande suprimento de africanos para atender às necessidades crescentes de uma economia carente de mão-de-obra (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.39).

Os africanos foram fundamentais para povoar e colonizar o território que mais tarde viria a se chamar Brasil. Foi por meio desse povo que os lusitanos puderam realizar seu projeto colonialista e exploratório. Além disso, ao introduzirem o cativo africano no Brasil, a metrópole portuguesa integrava sua colônia americana ao já vibrante e lucrativo comércio estabelecido no Atlântico. No Atlântico o comércio que já aproximava Europa e África atendia o interesse da coroa lusitana, fazendo a fortuna

de comerciantes europeus e africanos ao movimentar uma série de “produtos” valiosos, com destaque para o ser humano (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.40).

Na sociedade colonial o cativo africano possuía um lugar muito bem definido. Era o espaço do trabalhador que, juntamente com o indígena, se constituíram na principal força que desbravaram as matas, ergueram cidades e portos, atravessaram rios e abriram estradas que conduziram a colonização aos lugares mais remotos do território. Também era o lugar daquele que estava a serviço do lucro, do bem-estar e do conforto do senhor.

É curioso notar que durante o período escravista, mesmo que sob o signo da escravidão, o negro africano esteve integrado ao projeto das elites coloniais. A descoberta de ouro nas Minas Gerais por volta de 1693 e sua consequente exploração foram responsáveis por um aumento nunca antes visto da demanda por escravos no Brasil, propiciando o imediato incremento dos desembarques de africanos no porto de Salvador, de onde percorriam cerca de 1200 km até a região das Minas Gerais. A Costa da Mina era a principal região de embarque desses sujeitos, através dos portos de Grande Popó, Ajudá, Jaquim e Apá (FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004, p.83-4).

As condições de vida dos cativos eram duras, desde o aprisionamento até o transporte, da chegada à sobrevivência, passando pelo trabalho sob o chicote do feitor. Suas moradias eram precárias e cumpria unicamente a função de depósito de gente. Os resquícios de dignidade existentes nessas localidades foi obra da organização e resistência dos africanos no Brasil. As religiões de matriz africana são, entre outros vários elementos culturais, materializações da força e do poder de resistência desses seres humanos.

Assim, fica evidente a força e a perseverança de tantas etnias africanas, que mesmo sob o jugo da escravidão não se renderam culturalmente, muito menos fisicamente. Outras formas de resistência, por sua vez, influenciaram na linguagem, na música, no teatro, no cinema e na estética em geral de maneira que no Brasil do século XXI é, pois, impossível ignorar a presença da herança cultural africana. O que se pode notar a esse respeito é que de diversas maneiras esses sujeitos contribuíram para o desenvolvimento econômico, social e cultural brasileiro, mesmo sob as terríveis condições que a escravidão lhes impunha.

Sancionada em 14 de novembro de 1850 pelo imperador D. Pedro II a Lei nº 584/1850, Euzébio de Queiroz, se constituiu num duro golpe no trato⁷ de africanos ao finalmente proibir o comércio transatlântico negreiro para o Brasil. No mesmo ano, porém, foi sancionada outra Lei que viria a ter grande influência na vida dos ex-escravos. Trata-se da Lei nº 601/1850 conhecida como a Lei de Terras, que definia a compra ou a herança como únicas formas de acesso a terra. A partir de então se findou o reconhecimento da posse como acesso a terra, prevista pela resolução de 17 de julho de 1822. A consequência foi a quase impossibilidade de acesso à terra pelos trabalhadores pobres e ex-escravos (THEODORO, 2008, p.34).

Vinte e um anos depois da Lei Euzébio de Queiroz, já no auge do debate abolicionista e após anos de lutas e resistência escrava, aprova-se a Lei nº 2.040/1871, chamada Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de escravizados no Brasil. Outra lei, dita abolicionista foi a Lei nº 3.270/1885, lei dos sexagenários que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Entretanto, a abolição só viria a acontecer no ano de 1888, através da Lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea.

Maestri (2012, p.45) define esse ato como a única revolução social brasileira, que deve ser reconhecida, acima de tudo, como uma conquista dos trabalhadores escravizados. A chamada revolução abolicionista, sancionada pela princesa Isabel, deu fim à instituição escravidão no Brasil e livrou do cativeiro setecentos mil escravos e ventre-livres. Entretanto, uma contrarrevolução não tardaria. Esta veio por meio do golpe militar de 15 de novembro de 1889, que instaurou a República no Brasil e, segundo o seu autor, pelo caráter elitista e conservador, sufocou as intenções reformistas liberais embaladas pelo fim do cativeiro.

Dessa forma, para os ex-cativos e seus descendentes a proclamação da República não foi garantidora de direitos civis, políticos e sociais. Nem mesmo direitos mínimos como educação e acesso a terra foram previstos no texto da Lei 3.353/88, que se limitou a abolir a escravidão. O que se seguiram foram políticas

⁷ Nesse trabalho utilizaremos o termo “trato” no sentido empregado por Luiz Felipe de Alencastro em *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, 2000. O autor usa trato no sentido de comércio. Diferencia-se do termo tráfico que transmite a ideia de uma atividade à margem da lei. Longe de ser um negócio marginal, o comércio de africanos escravizados, durante aproximadamente três séculos foi central no processo de formação e integração do território que viria se constituir no Brasil. O trato só passa a ser tráfico a partir de 1850.

higienistas que mais reforçaram a desigualdades sobre novas bases sociais e étnicas (PAIXÃO; GOMES, 2008, p.40).

Em relação às condições de trabalho do pós-abolição, Theodoro (2008, p.24) destaca que:

Enquanto a mão-de-obra imigrante chega e ocupa-se cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população de escravos então liberados, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais se dedicava seja à economia de subsistência, seja a alguns ramos ligados aos pequenos serviços urbanos. Não houve a valorização dos antigos escravos ou mesmo dos livres e libertos com alguma qualificação.

Não houve valorização dos antigos escravos, tal fato se constitui em uma das principais explicações para a atual condição dos descendentes desses cidadãos. Ou seja, no caso brasileiro pós-abolição, a regra foi a de marginalizar os ex-escravos. O debate nacional sobre a questão do negro se limitou a questão da abolição.

A ausência de algum macroplanejamento de como integrar os ex-cativos à sociedade pós-abolicionista não significou, porém, a ausência de esforços desses cidadãos para se integrarem nessa sociedade segundo suas próprias possibilidades e através de seus métodos. Uma vez que “a liberdade alcançada com o fim legal da escravidão teve significados diferentes para ex-escravos urbanos e rurais, com habilitações profissionais ou “de roça”, homens ou mulheres” (RIOS; MATTOS, 2004, p.173). Não podemos, contudo, classificar como homogêneas as experiências de liberdade no momento pós-abolição.

“A instituição praticamente se ‘dissolveu’ no Nordeste, terminando ali mais cedo do que no centro-sul (RIOS; MATTOS, 2004, p.173).” Nessa região que, mesmo antes da abolição, já vinha substituindo sua mão de obra por trabalhadores assalariados, bem como em parte do Rio de Janeiro, esses cidadãos lograram, em algum nível, se integrar através da busca negociada por melhores condições de vida,

destacam-se a busca generalizada por mais autonomia e controle sobre tempo e ritmos de trabalho, a busca da proteção da família com a luta (nem sempre vitoriosa) pela retirada das mulheres e crianças do trabalho coletivo nas gangs ou “turmas”, a recusa ao trabalho e as revoltas contra o tratamento que lhes lembrasse a escravidão, dentre eles restrições à mobilidade espacial e os castigos físicos (RIOS; MATTOS, 2004, p.174)

Uma vez livre, o cidadão negro buscou, onde houve a possibilidade, se afastar da marginalização e se livrar de tratamentos que o lembrasse da época do cativo.

Recuperando o controle sobre o seu corpo e trabalho, bem como sobre sua família, que deveria ficar sob sua “proteção” o homem negro reafirmava sua liberdade. Outra forma foi se revoltando contra quem tentasse lhe restringir a mobilidade e, principalmente, contra quem impusesse castigos físicos. Porém, nem sempre as portas estavam abertas a essas tentativas de integração e melhoria de vida.

São Paulo constituiu o caso extremo de marginalização dos negros, precisamente no quadro do dinamismo excepcional de sua economia. Somente a partir dos anos 20 deste século, quando a imigração estrangeira sofreu drástica queda, fazendeiros e empresários urbanos paulistas procuraram o trabalhador nacional e incentivaram a migração interna, procedente principalmente de Minas Gerais e do Nordeste. Antes depreciados como pertencentes a uma raça inferior incapazes de concorrer com os brancos europeus agora os brasileiros são vistos como bons trabalhadores pelos publicistas de São Paulo (GORENDER, 1990, p.198).

Já na Região Sudeste,

Impregnada como estava de matizes racistas, essa política resultou não apenas na marginalização de negros e mulatos no Sudeste, mas também reforçou o padrão de distribuição regional de brancos e não-brancos que se desenvolvera durante o regime escravista. Como consequência, uma maioria de população não-branca permaneceu fora do Sudeste, na região economicamente mais atrasada do país, onde as oportunidades educacionais e ocupacionais eram muito limitadas (HASENBALG, 1979, p.167 *apud* THEODORO, 2008, p.25).

Constituiu-se um agravante o fato de, justamente o Sudeste, apresentar essa situação de exclusão e marginalização do negro de maneira mais acentuada. Mais especificamente, conforme aponta Gorender (1990), em São Paulo, que viria a se tornar um dos mais dinâmicos estados da nação, do ponto de vista econômico. Nessa localidade, a visão racista de que os ex-escravos não se adaptariam ao trabalho livre, por serem ineficientes e avessos ao trabalho contribuiu para que essa mão de obra fosse descartada em prol do imigrante europeu branco, “trabalhador, inteligente e qualificado”. Enfim, aquele que reunia as características negadas ao negro e que segundo a visão da elite paulista estaria apto a conduzir o Brasil rumo ao progresso.

As políticas racistas paulistas contribuíram para a formação de um imenso contingente de cidadãos negros abandonados pela escravidão e renegados ao subemprego, à pobreza e, em muitos casos, à marginalidade. Ainda em Theodoro (2008, p.27), tem-se que:

No Brasil, a abolição significará a exclusão dos ex-escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Em sua grande maioria, eles não serão ocupados em atividades assalariadas. Com a imigração massiva, os ex-

escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades.

Excluídos do mercado de trabalho em setores mais dinâmicos e modernos da economia do Brasil, essa massa de trabalhadores irá encontrar alguma ocupação em regiões afastadas dos grandes centros. Em boa parte do território a Lei de Terras praticamente inviabilizaram a formação das propriedades familiares para esses cidadãos. A opção foi feita pelo imigrante, estritamente branco e europeu (ao menos em um primeiro momento), além de cumprir a função de substituto de mão de obra, atendia também o projeto de caráter racista, que previa a resolução da questão do negro no Brasil via branqueamento através da mestiçagem.

As leis racistas⁸ de subvenção a imigração se estenderam até por volta de 1915, quando se fechou um espaço socioeconômico que de outra maneira estaria disponível a esses ex-escravos (THEODORO, 2008, p.36). Por fim, tendo sido empurrado para áreas de baixo dinamismo econômico, seja no interior do Brasil ou nas periferias, além de rejeitado com base em teorias racistas, o negro não teve acesso às oportunidades geradas no processo de modernização (conservadora) da economia do Brasil, que passava do sistema escravista de trabalho para o de trabalho assalariado. Tais fatos terminaram por destinar ao negro um não-lugar, tanto na economia, quanto em outras dimensões de vida da sociedade brasileira.

2.1 A DEMOCRACIA GAÚCHA E O NÃO-LUGAR DO ESCRAVO NO RIO GRANDE DO SUL

Durante muito tempo a historiografia gaúcha difundiu a ideia de que no Rio Grande do Sul a escravidão não teria tido tanta importância. Segundo os argumentos utilizados, a escravidão teria sido fundamental no desenvolvimento de outras localidades, como as províncias nordestinas ligadas à atividade açucareira e as províncias do sudeste ligadas ao negócio da mineração e do café (ZARTH, 2002,

⁸ Em 1884, foi aprovada pela assembleia legislativa de São Paulo a Lei nº 28 que autorizava a província a financiar a vinda de trabalhadores para áreas de colonização definidas pelo governo estadual. No texto da Lei a única qualificação exigida desse trabalhador é que seja Europeu, ou das Ilhas dos Açores e Canárias (SÃO PAULO, 1884). Em âmbito nacional o Decreto nº 528 de 20 de junho de 1890, que também versa sobre imigração vai além e deixa explícito o caráter racista da Lei. Já em seu artigo 1º proíbe que os imigrantes a serem trazido sejam indígenas da Ásia ou da África (BRASIL, 1890).

p.105). Essa negação contribuiu para que, não só a escravidão, mas a própria história do negro no Rio Grande do Sul não encontrasse espaço na historiografia oficial. Deste modo, foram lançadas a um não-lugar histórico. Cardoso (2003, p.57) expõe que:

A importância relativamente pequena do escravo na organização do trabalho do Brasil Meridional tem sido acentuada por todos os autores que se preocuparam com o problema. A existência generalizada de escravos também tem sido ressaltada, por outro lado, por quase todos.

Os historiadores tradicionais que tiveram como objeto de estudo a análise do território rio-grandense, quando não suprimiam por completo a questão da escravidão africana, tratavam-na de forma genérica, sem destacar sua importância no contexto socioeconômico da época. Boa parte dessa negação deriva da tentativa de resgatar a memória rio-grandense de forma idílica, na qual o cativo e suas complexidades eram elementos destoantes. Segundo Zarth (2002, p.105):

O maior monumento ideológico do Rio Grande do Sul pastoril é o livro de Jorge Salis Goulart, publicado pela primeira vez em 1927. Premiado pela Academia Brasileira de Letras e baseado em uma sólida erudição sociológica, o livro elabora a ideia de democracia rural e racial forjada nas estâncias. [onde] Estancieiros, peões e escravos seriam quase iguais socialmente.

Como visto, alguns autores admitiam e/ou reconheciam a presença e a importância do escravo para a economia do Rio Grande do Sul, porém enxergavam por aqui um tipo de relação diferente da que era vivenciada pelos cativos no restante do país. Segundo esses escritores se verificava no Rio Grande do Sul uma relação de quase igualdade entre escravos, senhores e homens livres. Uma forma gaúcha de se viver, cunhada na lida do campo, em volta da fogueira e nas rodas de chimarrão. Cardoso (2003, p.132) corrobora com essa visão ao expor que:

A maior parte dos autores que cuidaram do problema do escravo no sul não hesitou em apoiar-se em Saint-Hilaire para responder: "não há, creio, em todo Brasil, um lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, coisa mais sadia que fatigante. Enfim, eles fazem sentir aos animais que os cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos.

A mitologia gaúcha narra que esse cenário foi responsável por aproximar patrões, peões e escravos, criando laços de intimidades nos quais o empregado era

quase família e o escravo quase livre. Cardoso chamou esse pensamento de “Democracia Gaúcha” e trata-se de um tipo de “Democracia Rural”, análoga a “Democracia Racial”, que derivou das publicações do sociólogo Gilberto Freire. Segundo essa teoria o Brasil seria uma sociedade livre do racismo presente em outras sociedades como a estadunidense, expressa no alto grau de mestiçagem entre etnias (GUIMARÃES, 2001).

Hoje sabemos que essa tal “Democracia Gaúcha” não passa de uma falácia! O tratamento recebido pelos cativos no Rio Grande do Sul (RS) era o mesmo dispensado a escravos rurais em outras partes do Brasil. Esses cativos tinham um lugar muito bem definido, o lugar do trabalho forçado. Além disso, pesquisas têm indicado uma presença significativa de escravizados no Rio Grande do Sul. Conforme nos diz Paulo Zarth (2002, p.108) "em 1874 a província possuía 21,3% de cativos, índice apenas inferior, em termos populacionais, ao das províncias do Rio de Janeiro (39,7%) e do Espírito Santo (27,6%) e superior, portanto ao de São Paulo e Minas Gerais".

É irreal falar em falta de relevância dos escravizados no Rio Grande do Sul, quando essa região chegou a representar a terceira maior concentração de escravos, em porcentagem da população, em todo Brasil. Isso em 1874, momento em que o tráfico de escravos já havia sido proibido e o RS perdido muitos escravos no tráfico interno, que movimentava os escravizados em direção ao sudeste cafeeiro (XAVIER, 2010).

A atividade charqueadora certamente incorporou a maior participação de escravos no Rio Grande do Sul atraindo para si, por muito tempo, a centralidade desse processo. Porém, hoje se sabe que a escravidão no Rio Grande do Sul não esteve restrita somente a região charqueadora. Zarth (2002, p.114) destaca a presença de cativos nas estâncias dessa localidade.

No que se refere às atividades dos escravos no interior de uma estância, podemos classificá-los em três categorias básicas: *roceiros*, *campeiros* e *domésticos*. Os primeiros eram lavradores encarregados do abastecimento de produtos agrícolas para o pessoal da estância. Os campeiros eram encarregados do trabalho pastoril propriamente dito e eram considerados melhores qualitativamente. No caso dos escravos domésticos, predominavam as mulheres, e tratavam dos serviços rotineiros ligados a casa.

Para o autor, os escravos roceiros seriam aqueles ligados a agricultura, principalmente de subsistência. Aos campeiros estava reservada a lida com as

criações de gado, na qual o número de cativos variava de acordo com o tamanho da estância e a quantidade de reses do proprietário. Os domésticos trabalhavam no interior das residências e se constituíam em sua maioria por mulheres. Além disso, no período de formação da sociedade escravista rio-grandense em meados do século XVIII,

em dois terços das residências haviam cativos, indicando uma grande dispersão no padrão de posse de escravos [...] Quanto a utilização da mão de obra escrava nas estâncias [...] Havia escravos que trabalhavam como capatazes das fazendas, outros como peões [...] Também eram empregados nas atividades da lavoura, que, hoje sabemos, eram tão ou mais importantes do que a atividade pecuária. Em resumo, mesmo antes da charqueadas havia uma difusão muito grande da escravidão africana no Rio Grande do Sul (KÜHN, 2011, p.68-9).

Ou seja, embora as charqueadas tenham obscurecido a presença dos escravos em outros lugares e atividades, hoje, sabemos que os escravos estiveram muito mais dispersos na sociedade rio-grandense do que propuseram os primeiros pesquisadores. Seja nas estâncias de gado, nas residências das cidades e até mesmo nas pequenas propriedades rurais. Tramontini (s/d) demonstra através de diversos dados a presença de escravos negros, inclusive, nas colônias alemãs, como em São Leopoldo, na primeira metade do século XIX. Dessa forma, cai por terra a tese de que a escravidão no Rio Grande do Sul teria sido inexistente ou até mesmo sem importância.

Na contramão do pensamento dominante, a cada ano que passa mais e mais trabalhos abordam essa temática e se aprofundam na questão. As fontes são as mais diversas, com destaque aos arquivos públicos, processos das instâncias judiciais, leituras de testamentos e inventários, cartas de alforria, periódicos, arquivos diocesanos e paroquiais, entre outros. Na academia há algum tempo a questão dos escravizados e do negro no Rio Grande do Sul tem obtido grande centralidade. Na década de 1980, contabilizou-se 114 títulos publicados sobre a temática. Na década de 1990 o número subiu para 196. Esse número saltou para 416 referências na década de 2000 (XAVIER, 2010, p.15).

Mesmo com os estudos realizados nos últimos anos para lançar luz sobre esse tema, o esforço realizado para suavizar e até mesmo negar a presença, importância e história do escravo e do negro no Rio Grande do Sul, vigorou por muito tempo com o apoio das elites dominantes do estado. Conforme expõe Paixão (2003. p.13):

[...] no Brasil, o mito da democracia racial ainda impera trazendo consigo a marca da invisibilidade dos afrodescendentes. Tal fato torna-se ainda mais marcante no caso dos estados meridionais de nosso país, onde virtualmente o senso comum aponta, simplesmente, inexistirem negros.

Essa negação, aliada com a ausência de oportunidades e a discriminação racial resultaram em uma grave invisibilidade histórica e social desse segmento da população na parte mais meridional do Brasil. Para agravar a situação, semelhante ao que aconteceu no restante do Brasil, após a abolição da escravidão, nenhum tipo de projeto integrador foi pensando para esse contingente no processo de modernização posto em prática no final do século XIX e início do século XX.

Política pública é entendida aqui como "o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade" (HÖLFING, 2001, p.31). Após a liberdade os ex-escravos gaúchos além de não contarem com projetos governamentais que buscassem integrá-los na sociedade e não possuírem acesso a terra, tiveram que enfrentar os preconceitos e adaptarem-se a uma nova realidade, passando a ser indesejados em prol da massa imigrante que vinha sob a bandeira do progresso, do trabalho livre e do branqueamento.

2.2 ESCRAVIDÃO E INVISIBILIDADE NAS MISSÕES

A Região das Missões, localizada no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul teve entre seus primeiros habitantes os ameríndios, compostos, principalmente, por Guaranis, mas também por diversas outras tribos. Este lugar foi um dos principais teatros de operações da Companhia de Jesus. Por volta do início do século XVII, essa população trabalhou pela construção de uma série de espaços historicizados intitulado como Reduções Jesuíticas. Tais espaços, sob a ordem da coroa de Espanha, tinham por objetivo dar cabo ao cumprimento da Missão desses religiosos (daí o nome da região), que era a conquista espiritual dos nativos americanos (QUADROS, 2012, p.19). Para tanto, buscavam reduzir fisicamente os ameríndios dentro dos limites desses espaços.

Conquistar seus espíritos implicava também conquistar seus corpos e tutelar suas vontades. Reduzir também é apequenar o gentio, quando no cativo da

redução subtraíam a cultura e a vida do indígena. Eram atos de violência contra o Ñande Reko⁹, contra a liberdade dos Guaranis, suas organizações políticas, econômicas e sociais. Desrespeitaram a religião do índio com e pela imposição do cristianismo. Violaram sua forma própria de trabalhar e produzir sua vida, por meio da imposição de organizações e tempos de trabalho exógenos ao Ñande Reko.

No que diz respeito à história da escravidão a Região das Missões, bem como todo o Noroeste do estado do Rio Grande do Sul sofreu uma marginalização mais profunda do que aquela que se verificou no restante do estado. Maestri (2007, s.p.) explica que “Essa realidade deveu-se ao mais tardio e desenvolvimento da metade norte do RS e ao fato de que os principais centros historiográficos sulinos ocuparam-se principalmente do centro e do sul do Estado” (2007, s.p.). A referida Região chegou a ser apontada como livre de escravos negros. Zarth (2002, p.116) explica que:

Nesta região da fronteira com Argentina e Uruguai, Fernando Henrique Cardoso aponta para a inexistência de negros cativos, baseado numa descrição de Saint-Hilaire. Indígenas remanescentes das reduções jesuíticas forneceriam a mão-de-obra necessária, sob a forma assalariada ou sob a forma de escravidão dissimulada.

Até mesmo pesquisadores de renome como Cardoso e Gorender, com base nas descrições de Saint-Hilaire, contribuíram para o fortalecimento da concepção de que a produção econômica realizada na Região das Missões se desenvolveu sem a utilização de cativos. Lembramos que Saint-Hilaire foi o autor que fundamentou o mito da democracia gaúcha e o escravo quase livre. Por isso que Daronco e Dalmolin afirmam que na Região das Missões a negação da escravidão e, conseqüentemente, da contribuição desses para o desenvolvimento regional é mais grave ainda, pois,

[...] além da região ser caracterizada no imaginário popular como um local de grande diversidade étnica, a historiografia local ao escrever a história dessa região praticamente não fez referência aos trabalhadores escravizados e ao sistema escravista. Portanto lançar um olhar sobre o passado dessa região significa mergulhar num emaranhado de contradições que embaça ainda hoje sua história (DARONCO; DALMOLIN, 2006, p.4).

Além do esforço realizado por vários autores em produzir uma visão romântica da Democracia Gaúcha, outros fatores podem ter contribuído para que, nessa região, fosse mais profunda a negação da escravidão, do negro e de contradições raciais.

⁹ Expressão no idioma Guarani que define o modo de ser desse povo (QUADROS, 2012, p.58).

Daronco e Dalmolin (2006, p.5) explicam que,

não havia na região Noroeste, grandes concentrações unitárias de cativos, como nas regiões charqueadoras de Pelotas e Jaguarão ou como no centro urbano de Porto Alegre. Os escravos se dispersavam na vasta área territorial que abrangia a região, o que facilitou sua invisibilidade historiográfica.

A invisibilidade historiográfica citada pelo autor é ao mesmo tempo causa e consequência da invisibilidade social vivenciada pelos negros da região. Essa invisibilidade historiográfica vem sendo combatida já há algumas décadas, através de diversos trabalhos que explicitam e reafirmam a presença e importância de escravos e, conseqüentemente, de seus descendentes negros na Região.

No município de São Borja, segundo um relatório da Câmara Municipal, em 1857 entre 492 peões de estância, 153 eram escravos, ou seja, 31,09%. Cruz Alta, um município que não possuía charqueadas chegou a ocupar a 5º posição de município com mais escravos no Rio Grande do Sul, contando com 4019 cativos, correspondentes a 15,17% da população (ZARTH, 2002). Os estudos de Paulo A. Zarth registram ainda a presença de escravos em Uruguaiana e São Luiz Gonzaga. Daronco é categórico ao comprovar sua tese de doutoramento e afirmar que, “o Norte-Noroeste do RS constituiu de fato um dos principais centros escravistas da Província de São Pedro” (2012, p.395).

Semelhante ao que aconteceu em âmbito estadual, também na Região das Missões, nos últimos anos, diversos trabalhos surgiram no sentido de desconstruir visões romantizadas e baseadas na democracia gaúcha¹⁰. As teorias que afirmavam que essa Região se desenvolveu sem utilizar a mão de obra escrava, ou que negavam a importância dos cativos nessa Região estão totalmente refutadas, ao menos dentro da academia brasileira.

Enquanto a invisibilidade histórica a qual os escravos e os negros foram submetidos nessa Região vem sendo combatida, o mesmo não se pode dizer acerca de sua invisibilidade social. Nesse caso, a Região Missioneira se assemelha ao Brasil, pois, além de no senso comum ainda prosperar as visões que menosprezam o negro como sujeito da história do desenvolvimento, este ainda se encontra nas piores posições na imensa maioria dos indicadores de desenvolvimento e qualidade de vida. É o não-lugar social, invisível, que para esse sujeito se constitui em uma cidadania

¹⁰ Destacam-se os trabalhos de ZARTH, 2002; DARONCO, 2012; ZARTH e SOUZA, 2013.

limitada, ou uma quase-cidadania.

2.3 RACISMO À BRASILEIRA E O NÃO-LUGAR DO NEGRO

É difícil imaginar como pode um ser humano ser ao mesmo tempo visível e invisível na sociedade. Ou então, como pode um sujeito, ou um grupo de sujeitos, ocuparem um lugar que, ao mesmo tempo é uma negação desse lugar. Em outras palavras: o que é o não-lugar e por que ele se constitui de modo invisível? Para compreender como esses conceitos se relacionam ao ser negro no Brasil é preciso, antes de tudo, entender como funciona o racismo no Brasil. Para cumprir a função de explicar o surgimento e desenvolvimento das teorias racialistas no país recorre-se a Schwarcz (2005, p.14), ao explicar que:

Modelo de sucesso na Europa de meados do oitocentos, as teorias raciais chegaram tardiamente ao Brasil, recebendo no entanto, uma entusiasta acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e de pesquisa, que na época se constituíam em centros de congregação da reduzida elite pensante nacional.

A ideologia racialista travestida de ciência, segundo a autora acima mencionada, chegou ao Brasil importada da Europa, ainda na metade do século XIX. Logo as ideologias racialistas são reconhecidas pelos cientistas brasileiros. Os institutos de pesquisas científicas, as faculdades de direito e medicina fazem repercutir, de maneira ampla, a verborragia racista como a mais recente novidade intelectual e como a explicação para a situação caótica do Brasil.

Um dos principais nomes dessa perspectiva em nosso país veio a ser o do médico maranhense, radicado na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues. Esse autor, cuja obra foi especialmente influente no período posterior a Abolição (PAIXÃO, 2015, p.9).

Entretanto, esses cientistas brasileiros que aderiram às teorias racialistas, o fizeram de uma maneira peculiar. Segundo Schwarcz (2005, p.41) “O que importava não era recordar o debate original, restituir a lógica primeira dessas teorias, ou o contexto de sua produção, mas, antes, adaptar o que combinava”. Ou seja, se tratava mais de encontrar uma maneira científica de reafirmar o projeto conservador de hierarquia social, que remontava aos tempos coloniais. Para tanto, os cientistas brasileiros adaptaram as teorias raciais, como o Darwinismo Social, que abominava a

mestiçagem e preconizava a Eugenia para a realidade de um país completamente mestiço. Afinal:

Falar da adoção das teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava. No Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em “evolução humana”, porém diferenciando as raças; negar a civilização aos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. Expulsar “a parte gangrenada” e garantir que o futuro da nação era “branco e ocidental” (SCHWARCZ, 2005, p.242).

Sobre o tema, DaMatta (1986, p.30) esclarece que:

não custa lembrar que as teorias racistas europeias e norte-americanas não eram tanto contra o negro ou o amarelo (o índio, genericamente falando, também discriminado como inferior), que eram nítida e injustamente inferiorizados relativamente ao branco, mas que também eram vistos como donos de poucas qualidades positivas enquanto “raça”. **O problema maior dessas doutrinas, o horror que declaravam, era, isso sim, contra a mistura ou miscigenação das “raças”** [grifo nosso].

Assim se configura no Brasil um tipo de racismo diferente. Aqui a teoria racista não foi usada para separar as pessoas e impedir hibridização como fonte de degenerescência, como na Europa, na África do Sul ou nos Estados Unidos. Nesses países a ideologia racista se mostrou de maneira muito mais aberta e escrachada, e como coloca o autor mencionado, declaravam seu horror contra a miscigenação das raças. Esse horror se manifestou inclusive em instrumentos legais e institucionais que deixaram muito claro a opção por separar raças.

O Brasil desenvolveu um tipo de racismo de interesse. DaMatta (1986, p.38) chama isso, de um “racismo a brasileira”. “Numa sociedade onde não há igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é forma muito mais eficiente de discriminar pessoas de cor, desde que elas fiquem no seu lugar e ‘saibam’ qual é ele” (DAMATTA, 1986, p.38-9). O racismo a brasileira preconiza uma forma muito mais sofisticada de racismo. Um preconceito velado e invisível contra o qual é muito mais difícil se lutar:

A mistura de raças foi um modo de esconder a profunda injustiça social contra negros, índios e mulatos, pois, situando no biológico uma questão profundamente social, econômica e política, deixava-se de lado a problemática mais básica da sociedade (DAMATTA, 1986, p.39).

Como diz DaMatta, a mistura de raças foi e continua a ser um modo de esconder a profunda injustiça contra os negros do Brasil. Aos negros é possível estar

presente e ao mesmo tempo ausente. O negro poderia estar presente, viver junto, desde que soubesse seu lugar no espaço ocupado. Além disso, por aqui não se podia assumir que a mestiçagem invalidaria o país, sob o risco de assumir que nunca iríamos progredir.

Muito difícil também seria querer criar mecanismos que proibissem a mistura das raças em um país já altamente miscigenado. Permaneceu então o racismo que interessava ao projeto nacionalista, que além de querer unificar o Brasil, defendia seu progresso e das elites conservadoras, interessadas em manter seu lugar na hierarquia social. Ao invés de separados, mas “iguais”, era preferível juntos, porém desiguais.

Ou seja, o racismo à brasileira preconiza que o negro pode estar junto ao branco. Durante a vida, nas cidades, parques, escolas, ônibus entre outros espaços e até mesmo após a morte, nos cemitérios, desde que saiba que é desigual, pois o lugar que ocupa é um não-lugar. Sobre esse conceito Bonilha (2012, p.4) explica que:

O lugar social ocupado pelo negro na sociedade pode ser considerado como um “não-lugar”, daquele que é silenciado e apagado, nos diversos lugares em que o branco ocupa situação de destaque, de modo que o negro não seja reconhecido como um sujeito histórico, social e cultural.

Dessa forma o não-lugar é,

[...] um espaço do anonimato, que é impessoal, sem qualquer traço de identidade ou de valorização; uma forma eficaz de silenciar e apagar um segmento da população da história e da cultura de um país. É importante destacar que tal exclusão acontece principalmente no nível simbólico, isto é, o “não-lugar” não corresponde apenas a um espaço físico, mas trata-se também de uma exclusão que opera no nível da subjetividade (BONILHA, 2012, p.5).

Usamos diversas vezes o termo não-lugar para nos referirmos a posição ocupada pelo negro em diversos cenários da sociedade brasileira. Explicamos que o não-lugar é o território da invisibilidade e do silêncio. O espaço de uma quase-cidadania. A autora explica também que esse tipo de exclusão acontece principalmente em nível simbólico, porém, não se restringe a ele.

Nesse caso, o nível simbólico é um reflexo do que ocorre na vida material e objetiva desses sujeitos. Existe um não-lugar cultural que pode ser mensurado através da análise das diversas representações sociais acerca do negro, mas também econômico, social, político. O não-lugar ao mesmo tempo que invisibiliza, se constitui invisível. Invisibiliza uma vez que o não-lugar é o limite do excluído e do miserável, do

invisível social. Não há destaque, valorização, nem reconhecimento no não-lugar, tornando invisível quem nele se encontra. Sobre esse assunto Leite (1996, p.41) explica que:

A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações [...] o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência com forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como *não existente*. É interessante observar que este mecanismo, posteriormente percebido também no Brasil, ocorre em diferentes regiões e contextos, revelando-se como uma das principais formas de o racismo se manifestar. Como um dispositivo de negação do Outro, muitas vezes inconsciente, é produtor e reproduzidor do racismo. A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos.

A abolição da escravatura no Brasil extinguiu o lugar do escravo, porém, não podendo extinguir o negro, o lançou em um não-lugar de invisibilidade. Não podendo banir física e materialmente o indesejado, optou-se por ignorá-lo. Não é que o negro não seja visto. Na sociedade do racismo à brasileira, admite-se a mistura de forma que ele está por toda a parte. Parece totalmente integrado em uma perfeita democracia racial. Como questionar uma situação, aparentemente, tão harmoniosa? Essa é a maneira pelo qual o não-lugar que invisibiliza e também se faz invisível. Não se discute algo que, aparentemente, não existe. Como então pode um sujeito ser ao mesmo tempo visível e invisível? No Brasil isto acontece, sendo um negro quase-cidadão!

2.4 DO LUGAR DE ESCRAVO QUASE-LIVRE AO NÃO-LUGAR DE SUJEITO QUASE-CIDADÃO

O mito da Democracia Gaúcha preconizava que por essas bandas o escravo vivia de maneira diferente do resto do Brasil. Já vimos que essa visão é uma fraude, ideologicamente criada e divulgada por muito tempo. Segundo esta concepção, o escravo gaúcho vivia em uma quase-liberdade sendo tratado com uma quase-igualdade pelo patrão. Galopando na lida no campo, sendo aceito na roda de chimarrão, no churrasco, em volta da fogueira, tratado como um “quase humano”. É irônico pensar que essa quase-liberdade falaciosa, que era privilégio apenas do Rio Grande do Sul, tenha se transformado em uma cidadania limitada ou uma quase-

cidadania comum a todo o restante do País.

Antes de falarmos da quase-cidadania da população negra, vejamos aqui como alguns autores conceituam esse termo. Inicialmente Marshall divide o conceito de cidadania em três elementos: civil, político e social. Sobre essa divisão o autor explica que:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito a propriedade e de concluir contratos válidos e o direito a justiça [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo [...] o elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967, p.63-4).

Ou seja, é cidadão aquele sujeito que desfrute de direitos civis, políticos e sociais. No mesmo sentido, Pinsky e Pinsky (2003, p.9) expõem que:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garante a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila.

Além dos deveres, a cidadania está ligada a garantia e usufruto de direitos. Direitos fundamentais como a vida, a liberdade e a propriedade. Direitos civis como igualdade perante a lei, presunção de inocência, ser tratado com isonomia pelos agentes da lei. Direitos políticos, no sentido de participar como sujeito ativo das deliberações da polis.

Ter direitos sociais, ou seja, possuir condições mínimas de viver com dignidade e segurança, sem fome, com teto e renda. Quando se fala em direitos deve-se salientar que esses direitos foram fruto de um processo de lutas e conquistas. De maneira geral o fruto da luta de vários brasileiros foi a Constituição de 1988, que é chamada de constituição cidadã, justamente por outorgar esses direitos a todos os brasileiros, sem distinção de sexo, etnia ou credo.

Quando afirmamos que o negro na sociedade brasileira e gaúcha passou do estado de um lugar de escravo quase-livre para um não-lugar de um sujeito quase-cidadão, estamos afirmando que, de fato, para uma boa parcela da população negra

são negados os direitos básicos previstos na constituição brasileira. Não lhes são oportunizados usufruírem dos direitos que os tornam cidadãos. Essa assertiva pode ser comprovada quando verificamos os lugares ocupados por essa população nos índices que medem saúde, mortalidade, violência, educação, enfim qualidade de vida e desenvolvimento. É sintomático que na imensa maioria das vezes os negros ocupem as piores posições nesses *rankings*.

2.5 OS SINTOMAS DA QUASE-CIDADANIA NEGRA NO BRASIL

O censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2010 expôs uma realidade relativamente nova no Brasil. Pela primeira vez desde a proclamação da República Brasileira em 1889, o número de autodeclarados negros ultrapassou o de brancos. Quando se compara as informações do censo de 2000 com o levantamento do IBGE de 2010, destacam-se três importantes questões. Primeiramente houve aumento do número absoluto de sujeitos autodeclarados negros. Segundo, observa-se um aumento na qualidade de vida dos negros em algumas áreas, conforme destaca Silva (2013, p.13):

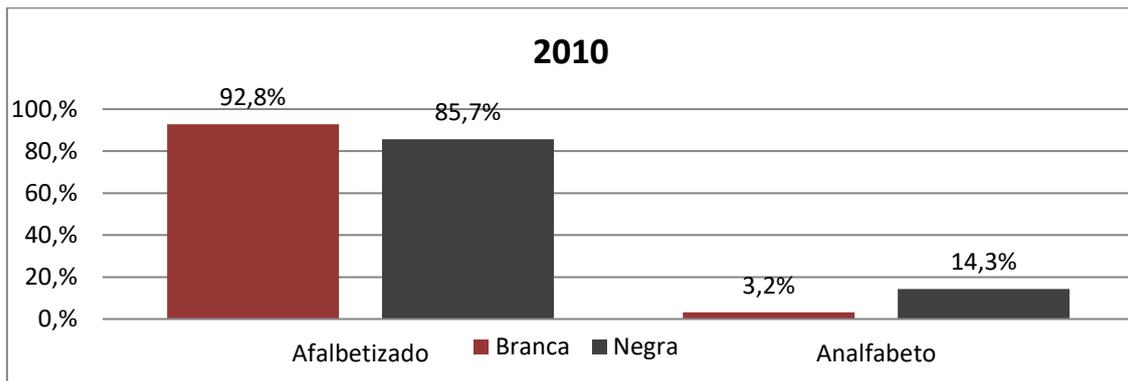
No intervalo entre os Censos de 2000 e 2010, testemunhou-se um período significativo de mudanças, em que os temas do racismo e da desigualdade racial saltam da agenda pública, predominantemente protagonizada pelo movimento negro e por estudiosos, para a agenda governamental. Vários aspectos podem ilustrar esse momento: o reconhecimento governamental do racismo; a intensa participação do governo e da sociedade brasileira na Conferência de Durban a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); o desenvolvimento da política de cotas nas universidades e, com menor difusão, em concursos públicos; e, mais recentemente, em 2012, a unânime decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a favor da constitucionalidade das cotas raciais.

Embora as desigualdades socioeconômicas e de qualidade de vida existentes entre brancos e negros tenham diminuindo entre os censos de 2000 e 2010, conforme aponta Silva, constatamos que essa diminuição não foi suficiente para realizar uma mudança significativa no *status* da desigualdade no Brasil. Isso nos leva a terceira e última questão. Os negros encontram-se sempre em desvantagem, com relação aos brancos na grande maioria das áreas pesquisadas pelo IBGE, como educação, trabalho, violência, entre outros. Esta condição explana a quase cidadania vivenciada no Brasil por esses indivíduos, uma vez que comprova a condição de desigualdade

com a que convivem os negros brasileiros. A fim de ilustrar essas constatações, apresentamos aqui alguns dados estatísticos.

No que diz respeito à educação, o gráfico 1 traz dados sobre a taxa de analfabetismo, por cor, das pessoas das pessoas maiores de cinco anos de idade.

Gráfico 1 - População com mais de 5 anos de idade, alfabetizadas, segundo cor ou raça.



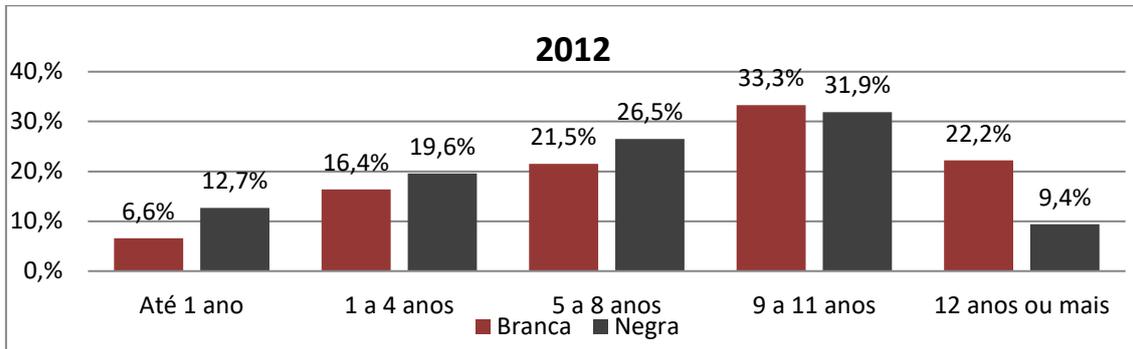
Fonte: IBGE (2010)

Nota: Elaborado pelo autor.

Em um universo de mais de 174 milhões de pessoas o censo de 2010 do IBGE evidencia as assimetrias na taxa de analfabetismo. Os dados revelam que a quantidade de negros analfabetos é quatro vezes maior que em relação aos brancos. Nos tempos em que o mercado de trabalho possui altos níveis de exigência e qualificação, há de se perguntar: que tipo de desenvolvimento pode-se esperar dessa parcela analfabeta da população brasileira? Sobre o assunto Silva (2013, p.17) complementa, “Em qualquer grupo etário, inclusive entre aqueles em idade escolar, a taxa de analfabetismo entre negros ainda representa mais que o dobro daquela relativa à população branca”.

No gráfico 2 são apresentados dados sobre a quantidade de anos de estudos concluídos, dividido por cor.

Gráfico 2 - População com 15 anos de idade ou mais ou mais, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluídos.



Fonte: MATIJASCIC; SILVA (2014, p.19) / IPEA.

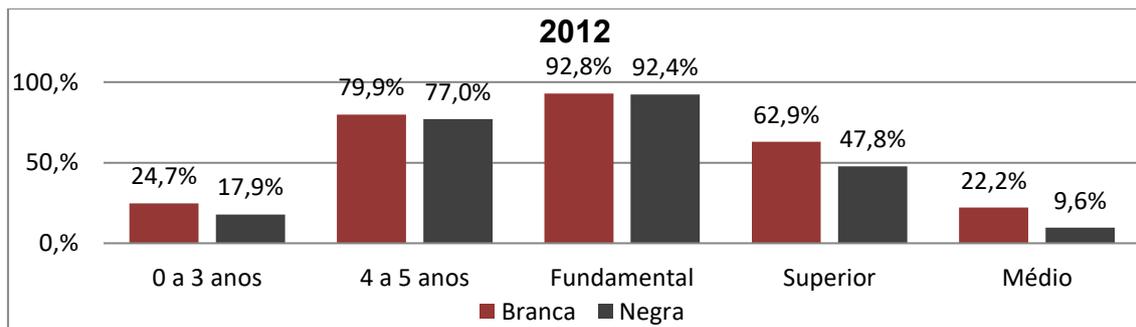
Nota: Elaborado pelo autor.

Sobressai-se o fato de que os negros são quase o dobro dos brancos, entre aqueles sujeitos que concluíram apenas um ano de estudo. No entanto, entre os que concluíram mais de doze anos são menos da metade. Levando em consideração o papel exercido pela educação para o desenvolvimento do sujeito e para que esse possa fazer valer seus direitos de cidadão, esses dados adquirem uma importância maior ainda.

[...] a frequência líquida mede o percentual de alunos em idade escolar correta para um determinado ciclo sobre o total da população da faixa etária prevista para o ciclo. Para as crianças de até cinco anos, a opção foi a cobertura por faixa etária, e não por nível de ensino, já que muitas delas com idade para frequentar a creche podem estar na pré-escola e vice-versa (MATIJASCIC; SILVA, 2014, p.20).

No gráfico 3 estão demonstradas as taxas de Frequência Líquida dos alunos entre os anos de 2001 e 2012.

Gráfico 3 - Cobertura e escolarização líquida, segundo cor ou raça e faixa de anos de estudo concluídos.



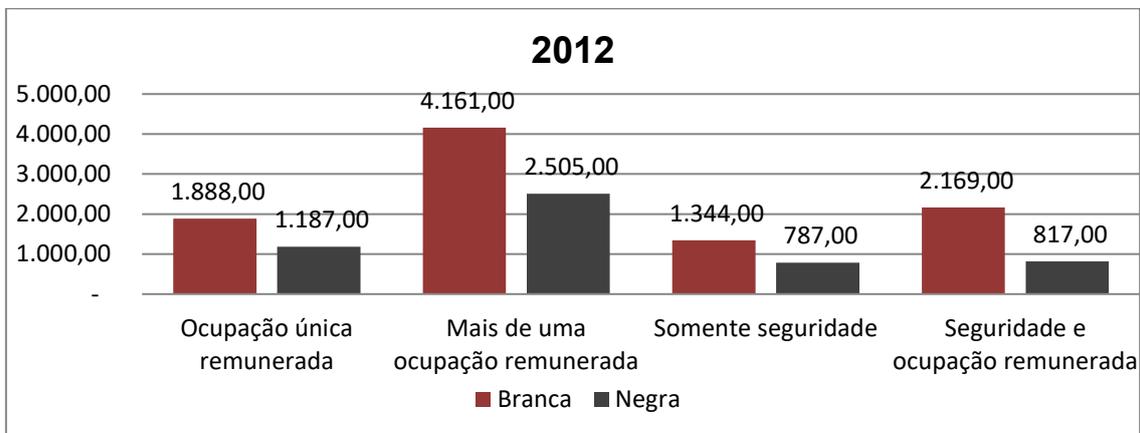
Fonte: MATIJASCIC; SILVA (2014, p.20) / IPEA.

Nota: Elaborado pelo autor.

Destaca-se o ensino médio e o ensino superior, nos quais as diferenças entre negros e brancos em 2012 são respectivamente de 15,1% e 12,6%. Analisando a evolução da frequência líquida de alunos negros no ensino superior, percebemos que ela duplicou entre os anos de 2001 e 2012, seguramente em razão das políticas de incentivo ao acesso e permanência ao ensino superior, com destaque para a política de cotas raciais.

No mundo do trabalho as assimetrias apresentadas tendem a se repetir. O censo de 2010 apontou que a população negra economicamente ativa no Brasil recebe por mês em média R\$ 838,06, enquanto brancos recebem R\$ 1.535,47 (PAIXÃO, 2010, p.207). Em outras palavras, a renda média mensal da população negra gira em torno da metade da renda média mensal da população branca. O gráfico 4 traz dados atualizados pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) sobre o ano de 2012 em relação ao indicador de renda.

Gráfico 4 - Rendimento da população com 16 anos de idade ou mais segundo as fontes de rendimento, por cor ou raça (em R\$).



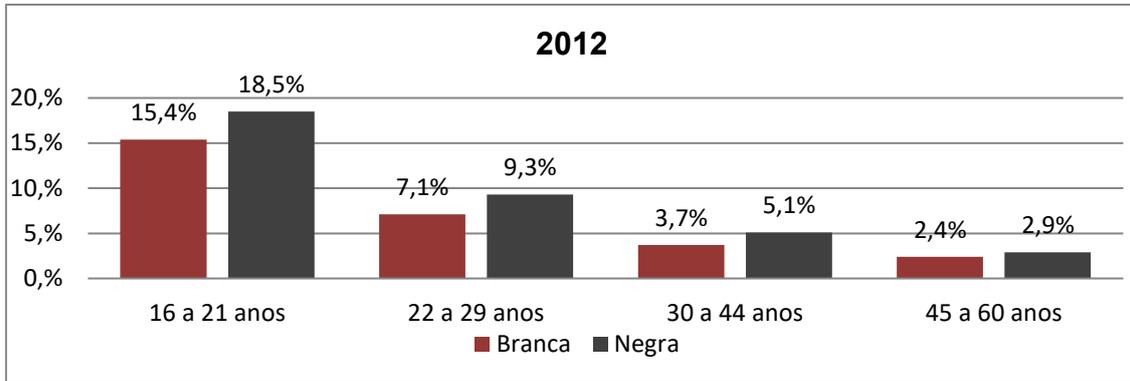
Fonte: MATIJASCIC; SILVA (2014, p.20) / IPEA.

Nota: Elaborado pelo autor.

No gráfico 4 pode-se observar que a população negra possui rendimento inferior a população branca em todas as situações. Entre os que possuem uma única ocupação, a renda da população negra equivale a 62,9% da população branca. Nos que possuem mais de uma ocupação remunerada essa razão é de 60,2%. No grupo que obteve renda somente da seguridade, a razão da diferença é de 37,7% e, finalmente, entre aqueles que recebem renda da seguridade e ainda por cima possuem uma ocupação, a renda da população negra equivale a 57,6% da renda da população branca.

No gráfico 5 são retratados dados sobre as pessoas economicamente ativas desocupadas.

Gráfico 5 - Desocupados sobre a PEA com 16 anos de idade ou mais segundo cor ou raça.



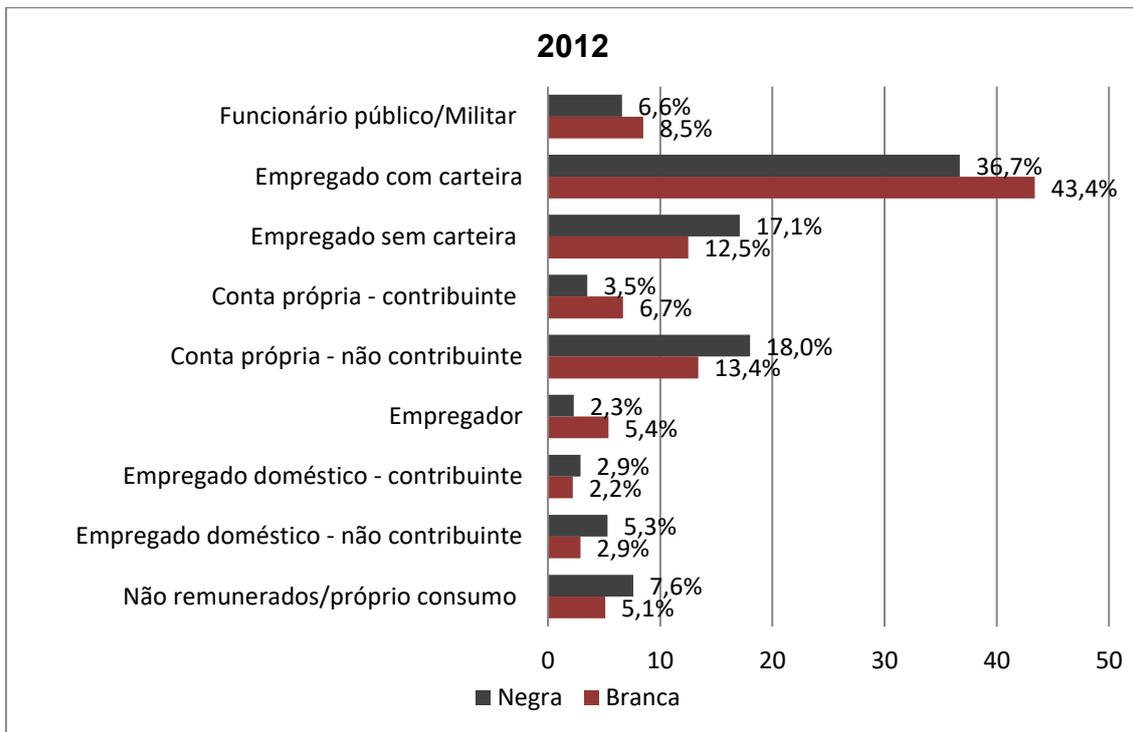
Fonte: MATIJASCIC; SILVA (2014, p.23) / IPEA.

Nota: Elaborado pelo autor.

Nessa questão, as diferenças mais flagrantes estão localizadas entre os jovens de 16 a 21 e de 22 a 29 anos. A partir dos 30 anos de idade as assimetrias tendem a diminuir. A análise do gráfico revela a dificuldade entre os jovens negros de se colocarem no mercado de trabalho e poderem ser relacionados nos índices educacionais apresentados nos gráficos anteriores.

O gráfico 6 contém dados sobre a ocupação da população com mais de 16 anos dividida por cor ou raça.

Gráfico 6 - Distribuição da população com 16 anos ou mais segundo a posição por cor ou raça.



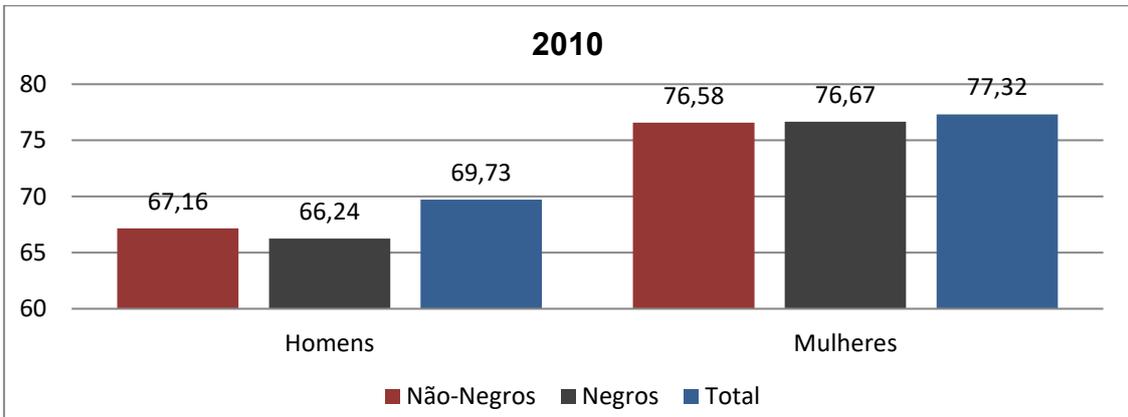
Fonte: MATIJASCIC; SILVA (2014, p.24) / IPEA.

Nota: Elaborado pelo autor.

Sobre os dados apresentados cabem algumas considerações. É sintomático constatar que a porcentagem de negros supera a de brancos nas seguintes posições: empregado sem carteira, conta própria não contribuinte, empregado doméstico contribuinte e não contribuinte e não remunerados. Cabe salientar, ainda, que a porcentagem de empregadores brancos é mais que o dobro da de negros.

Em outras palavras, esses dados revelam que, no que diz respeito ao trabalho, o negro aparece nas piores posições. Ocupando a maioria dos postos no trabalho informal e do subemprego esse trabalhador não segurado, encontra-se sujeito a todo tipo de trabalho precário, ausente de direitos, aumentando assim os riscos de doenças, acidentes e desemprego. No que diz respeito à saúde, no gráfico 7 está apresentada a expectativa de vida da população brasileira.

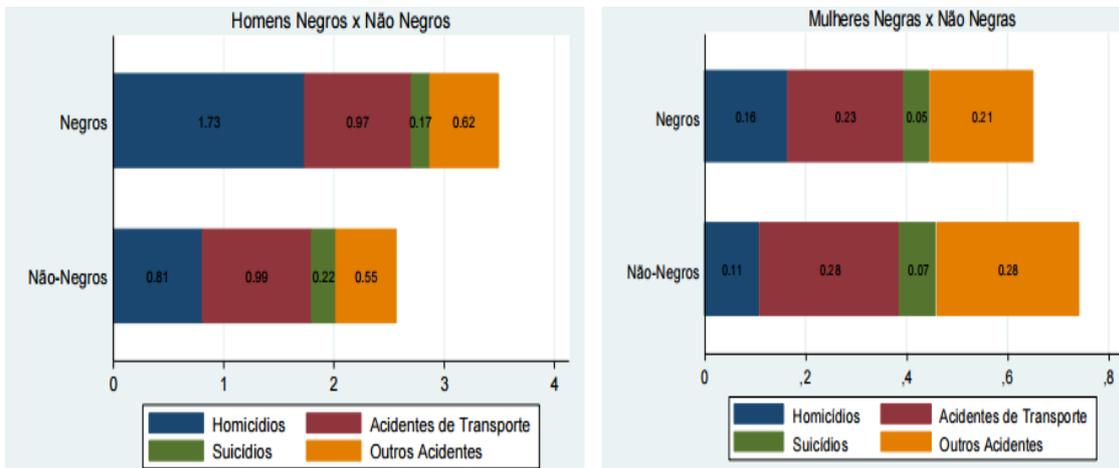
Gráfico 7 - Expectativa de vida ao nasce de homens e mulheres, descontada a perda de expectativa e total, por negros e não-negros (em anos de idade).



Fonte: IBGE (2011) / CERQUEIRA (2013)
 Nota: Elaborado pelo autor.

Analisando os dados expostos percebemos que a expectativa de vida dos homens negros no nascimento é significativamente menor do que a dos homens não-negros. Isso ocorre devido aos fatores que acarretam em perda de expectativa, dentre eles homicídios, acidentes de transportes, suicídios e outros acidentes, conforme demonstra o gráfico 8:

Gráfico 8 - Perda de expectativa de vida ao nascer - 2010



Fonte: CERQUEIRA (2013)

Segundo os dados, os homicídios diminuem 1,73 anos da vida dos homens negros, ou seja, mais que o dobro dos não-negros. Totalizando os fatores que diminuem a vida do cidadão homem negro temos 3,49 anos. De fato, no Brasil a cada três assassinatos, dois são de negros. Em 2008, morreram 103% mais negros que brancos. Dez anos antes, essa diferença já existia, mas era de 20%. A chance de um

jovem negro ser assassinado nas cidades com mais de 100 mil habitantes é 3,7 vezes maior em comparação com brancos (WAISEFISZ, 2011, p.50-7).

Conforme visto, o número de jovens negros assassinados é mais do que o dobro de brancos. Quando se analisa a taxa de homicídios, sob a ótica do recorte racial percebemos a extrema gravidade desse processo. Tal fato tem levado diversos autores, principalmente ligados ao movimento negro, a denunciar esse fato como um genocídio que estaria sendo cometido contra a população negra.

Ainda com relação à saúde, outros dados podem ser apresentados. Em 2008, por exemplo, 67% dos atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) eram negros, 47,2% eram brancos. No mesmo período temos apenas 17,2% da população negra tinha acesso a algum tipo de plano de saúde privado, contra 34,9% da população branca. Entre as mulheres, as negras de 40 anos de idade ou mais, que tinham realizado, em 2008, exame clínico de mamas era de 33,1% contra 45,1% de brancas. Entre as que realizaram mamografia o percentual fica em 28,7% para negra e 40,2% para brancas (PINHEIRO, 2011).

Em Marshall (1967, p.76) temos a cidadania como “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”. Diante dos dados apresentados e que constituem apenas uma pequena amostra da situação, fica evidente no Brasil, que os negros vivenciam uma quase cidadania. Não podem ser considerados membros integrais, pois são sujeitos que estão alijados de seus direitos. Entendemos que todo esse quadro é fruto do racismo estrutural, da falta de oportunidades que se convertem em negação de direitos. Chamamos de não-lugar, pois é um lugar de negação e de invisibilidade social.

3 CERRO LARGO NO INCERTO AMANHÃ DOS TEMPOS NOVOS

“Quando o século vinte amanhecia, para o incerto amanhã dos tempos novos, sob o chão imortal dos Sete Povos, flor do tempo, flor da audácia, flor do trabalho, Serro Azul nascia” (PREFEITURA, 2013). O verso que inicia esse capítulo compõe o hino oficial de Cerro Largo. A canção que costuma ser entoada nos momentos de festa e solenidades do Município começa versando sobre o incerto amanhecer dos novos tempos.

Faz alusão ao período que o historiador Eric Hobsbawm (2012) denominou como o Breve Século XX, a Era dos Extremos. Um século de transformações para o capitalismo liberal, desafiado como nunca, tanto pelo projeto soviético, quanto por crises endógenas. Nesse período recordes de produtividade e de longevidade humana coexistiram com a fome e com a miséria extrema.

Um breve momento no qual a constante ameaça de aniquilação nuclear aterrorizou o mundo. Onde revoluções e guerras de toda grandeza ceifaram a vida de milhões de pessoas. E mesmo com tantas mortes e destruições, foi o período em que o planeta Terra alcançou uma quantidade inédita de seres humanos. No último ano do século XX as estimativas giravam em torno de seis bilhões de pessoas (BASTEN; LUTZ; SCHERBOV, 2013, p.1153). O Breve século XX, entre tantas outras coisas, foi também o século do desabrochar de ideologias como o fascismo, o nazismo e o racismo (HOBSBAWM, 2012, p.11-26).

Essa introdução torna-se essencial para contextualizarmos a fundação da colônia Serro Azul, que mais tarde se transformou na cidade de Cerro Largo. Embora se trate de um pequeno município do interior do estado do Rio Grande do Sul, sua História revela uma estreita conexão com os acontecimentos mais significantes do mundo e do Brasil. É importante notar que no Brasil a chegada dos incertos novos tempos, além fazer florescer Serro Azul, trouxe consigo algumas ideologias “científicas”. Nesse período,

[...] a antropologia [...] pode ser dividida em duas grandes vertentes. De um lado, havia aqueles que, sobretudo ligados a faculdades de medicina, ocupavam-se em estudar a anatomia das “raças” humanas; de outro, juristas preocupados em se aprofundar nas especificidades culturais dos povos ditos “não-civilizados” (como eram vistos as populações de negros e indígenas) (DA SILVA E SÁ et al., 2008, p.199).

Destacando as novidades no campo das ciências antropológicas, recorreremos a Schwarcz. Segundo a autora desde “1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo” (2005, p.43). Complementa dizendo que:

A partir do século XIX a hipótese *poligenista* transformava-se em uma alternativa plausível, em vista da crescente sofisticação das ciências biológicas e, sobretudo diante da contestação ao dogma monogenista da Igreja. Partiam esses autores da crença na existência de vários centros de criação que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas (SCHWARCZ, 2005, p.48).

A poligenia teoriza que a espécie humana se originou em diferentes centros. Essa tese foi um dos pilares para a visão racialista do final do século XIX e início do século XX, defendendo que as diferenças verificadas entre as etnias se originavam no fato de se tratarem de espécies diferentes. Ainda segundo Schwarcz:

A versão poligenista permitiria [...] o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultados imediatos de leis biológicas e naturais. Esse tipo de viés foi encorajado, sobretudo pelo nascimento simultâneo da frenologia e da antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos. (2005, p.48).

Essas “ciências”, como a Frenologia¹¹ e a Antropometria¹² tentaram analisar, classificar e prever aspectos cognitivos e morais, bem como comportamentos criminais, através do exame das características biofísicas dos seres humanos. Evidente que dessas análises surgiam constatações também “científicas” da inferioridade de etnias não originadas no continente Europeu. A visão racialista promovida por essas “ciências” foi uma das premissas utilizadas para o projeto

¹¹ [...] práticas científicas que, entre outros pontos, pretendiam explicar diferenças étnicas e de gênero em termos de grau de inteligência; além de aptidão para atividades específicas, saúde física e mental e até mesmo a personalidade dos indivíduos (Gould, 1991; Spencer, 1997). A frenologia pautava-se no estudo detalhado das características cranianas e das circunvoluções cerebrais dos indivíduos. Essa prática notabilizou-se pela análise de cérebros de indivíduos considerados “geniais”, possuidores de “dons naturais”, e de pessoas com comportamento tido como desviante (prostitutas, assassinos, homossexuais etc.) (DA SILVA E SÁ et al., 2008, p.199).

¹² Tida como disciplina que, em seu tempo, centralizava as atenções do que em sentido mais amplo chamaríamos de antropometria, a craniometria pretendia estabelecer padrões para distinguir e inter-relacionar as diferentes “raças” humanas. Partia-se do pressuposto de que características como capacidade craniana, peso do cérebro e a conformação das circunvoluções cerebrais poderiam informar sobre aspectos morais e intelectuais dos indivíduos e, em uma dimensão mais ampla, as possibilidades de aprimoramento das sociedades humanas (DA SILVA E SÁ et al., 2008, p.199). Mais em SCHWARCZ, 2005.

colonizador empreendido no Brasil.

O município fundado no incerto amanhã do século XX não logrou passar alheio as ideologias que lhes eram contemporâneas. Assim, no decorrer desse capítulo, relacionamos essas ideologias com a História de Cerro Largo, para explicar a construção de isolamentos, hegemonias e exclusões de grupos étnicos/raciais no município. Para tanto analisamos discursos e silêncios em sua história e cultura contada desde a fundação da colônia Serro Azul até os dias atuais.

3.1 FLOR DO TEMPO: INDÍGENAS, MISSIONEIROS E ESQUECIDOS.

Foi no “incerto amanhã do século XX, em terra imortal, chão dos setes povos” que a colônia de Serro Azul floresceu. No hino municipal de Cerro Largo o termo “sete povos” vigora como única referência que podemos considerar multiétnica. Refere-se aos Sete Povos das Missões e conseqüentemente aos nativos que viveram nas chamadas “Reduções Jesuíticas” construídas na região por volta do século XVII.

Essa curta história explica a também curta referência contida no hino. Entretanto, não é suficiente para se compreender mais profundamente o seu significado, muito menos a relação entre Cerro Largo e as etnias indígenas que habitavam essa região. Para tanto precisamos ir um pouco além.

Alguns historiadores locais reconhecem certo pioneirismo indígena, ou ao menos registram sua presença, no município. Eles explicam que:

Bem no início, os primeiros habitantes foram os índios. Cerro Largo era apenas matas, rios e natureza. Os índios viviam em comunidades e estavam espalhados por todo o país. Aqui no Rio Grande do Sul e principalmente em nossa região moravam os Guaranis e os Caingangues (Kaingang) [...] Tinham um chefe que era cacique. O pajé era o feiticeiro e curador [...] Os índios eram muito alegres e também guerreiros. Eles é que faziam seus instrumentos musicais e de guerra como o arco, flecha, tacape, machadinho, lança e outros. Todos trabalhavam muito e cuidavam muito da natureza que é de onde tiravam a sua alimentação para sobreviver [...] Mais tarde com a chegada dos espanhóis e ainda mais especificamente, quando chegaram os jesuítas, muita coisa começou a mudar (HENZ; STEFFENS; SPIES, 1983, p.19)

O texto revela os nativos como seres que viveram em uma época remota, temporalmente muito anterior à formação do Município e a colonização germânica. É como se a História dos nativos que habitavam o espaço que viria a ser Serro Azul e depois Cerro Largo, fosse de alguma forma descolada da própria História do

Município. Um tempo esquecido.

Outro ponto que chama a atenção é a atribuição exclusiva aos espanhóis e jesuítas de serem os protagonistas das mudanças desencadeadas na vida desses sujeitos. Como se eles, juntamente com sua história, tivessem sumido muito antes da chegada dos colonizadores germânicos. Como se os indígenas não tivessem sofrido e perpassado todo o processo de colonização, resistindo, muitas vezes sob condições precárias, até os dias atuais.

Cabe ressaltar a forma que autores se referem aos nativos. São formas corriqueiras de se referir, simplificando suas vidas e inferiorizando-os. Acabam colocando suas existências em um estado natural quase selvagem, dotando-os de uma inocência e pureza que beira a infantilização¹³.

A inferiorização e desumanização da diferença é algo que acompanha a nossa história, marca os encontros intergrupais e opera integrando traços físicos e biológicos a teorias implícitas de personalidade (LIMA; FARO; SANTOS, 2016, p.219).

Segundo os autores, esse tipo de pensamento tem como base a tese do biologista Karl Linneaus (1707-1778), que advogou que a espécie humana se dividia em quatro grupos:

(a) Índios americanos – coléricos, rígidos, obstinados, possuem cabelos pretos e lisos, rosto severo, barba rala e pele cor de cobre. Estariam contentes apenas quando em liberdade e seriam regulados pelos costumes e tradições; (b) Europeus – gentis, inventivos e inteligentes. Teriam cabelos loiros ou marrons e olhos azuis. Seriam governados pelas leis; (c) Asiáticos – melancólicos, severos, rígidos e avaros. Teriam cabelos e olhos escuros e seriam governados por opiniões; (d) Africanos – relaxados, espertos, preguiçosos e negligentes. Teriam a pele, os olhos e os cabelos escuros e seriam regidos por caprichos (Popkin, 1999 *apud* LIMA; FARO; SANTOS, 2016, p.219).

Mesmo sendo essa uma teoria nascida no amanhecer do século XVIII

¹³ Índio como criança é um clichê muito difundido [...]. No caso dos povos indígenas, até os mais sábios, muitas vezes sem o saber, eram – e ainda são – rebaixados a níveis de infantilidade que lhes tiravam – e ainda tiram – qualquer possibilidade de expressar sua vontade e exercer sua agencialidade no campo das relações interétnicas. A inspiração europeia para infantilizar os indígenas parece seguir de perto a classificação sociológica de Aristóteles que atribuía aos adultos de culturas subjugadas a qualidade de criança [...]. Para ele as crianças eram pouco mais que animais a quem faltava razão e sobriedade [...] Desse modo, o maior filósofo do mundo ocidental antigo forneceu a justificativa intelectual perfeita para que os europeus de séculos posteriores percebessem o índio “como um “homem natural”, incapaz de fazer escolhas racionais e, portanto, morais”. Decorre daí o “dever cristão de cuidar de povos que ainda viviam na condição de imbecilidade infantil” (Pagden, 1982: 3 *apud* RAMOS, 2011, p.66-67).

percebemos sua perenidade até os dias de hoje, como corrobora o autor:

Mesmo na atualidade, estudos mostram que muitos dos povos indígenas ainda são vistos como bárbaros ou primitivos, percebidos sem nenhum tipo de refinamento ou “civilidade”, e suas características são associadas às de animais ou de crianças (LIMA; ALMEIDA, 2010; TORRES; MARTIGNONI; OLIVEIRA, 2011 *apud* LIMA; FARO; SANTOS, 2016, p.221).

É a figura do índio sempre alegre e guerreiro, que vive sua vida na tranquilidade das matas. Vidas que se resumem a caçar, pescar e confeccionar seus rudes instrumentos. Trata-se de um processo de infantilização que retira dos nativos suas individualidades mais complexas, ignora sua capacidade de se indignar, de deliberar, criar estratégias e resistir à dominação. Essa visão os concebe como incapazes de desenvolver ciência e tecnologia e de, como seres humanos, se adaptarem as mais diferentes situações. Como crianças, o nativo precisa ser tutelado, conduzido, “protegido” e acima de tudo aceitar a imposição daqueles que lhes são superiores.

Essa forma de conceber o indígena não é exclusividade de Cerro Largo. Ela apenas reflete uma realidade maior. A construção da figura do indígena na identidade gaúcha também está repleta de infantilização e inferiorização, Oliven (1996, p.27-8) expõe que,

[...] numa das vertentes da construção da identidade sul-riograndense é motivo de orgulho afirmar que no gaúcho corre o sangue de índio [...] Contribui para isso o fato de o índio ter sido reduzido a um número mínimo e portanto ter pouco contato com os brancos, de ele não ter sido escravizado na mesma proporção que o negro, de ele estar associado a uma imagem de bravura e altivez [...]

O que se vê atualmente, entretanto, são os descendentes dos guaranis e dos kaingang, grupos indígenas remanescentes no Estado, procurando defender-se dos camponeses brancos sem terras que procuram se tornar posseiros das terras indígenas. Essa situação não impede que no Rio Grande do Sul se enalteça a figura de Sepé Tiaraju, líder dos guaranis [...] como símbolo da coragem do gaúcho (1996, p.27-8).

Não sendo os indígenas tão numerosos, nem tão demograficamente representativos a ponto de ameaçar as hegemonias étnicas regionais, não há perigo de incluir aqui ou ali referências a esses grupos étnicos. O mesmo vale para o município. Conforme vemos em Oliven, essas exaltações costumam ficar apenas no plano da simbologia onde são evocadas qualidades que simplificam e infantilizam os índios. Cabe lembrar que no processo de povoamento do Sul brasileiro posto em prática pelo estado:

Os grupos indígenas foram considerados empecilhos à colonização, tanto pelo poder público como pelos colonos; nesse sentido, muitos preconizaram seu extermínio (o que, em grande parte, ocorreu). Nas áreas onde existiam os chamados "caboclos" (como no oeste de Santa Catarina e no Paraná) eles ficaram à margem do sistema, pois nem o Estado nem as companhias particulares de colonização reconheceram seu direito de posse e não tinham condições financeiras para adquirir lotes em projetos de colonização (RENK, 1991 *apud* SEYFERTH, 1993 s.p.).

Dessa forma, torna-se clara a lógica por trás do tratamento historicamente dispensado ao indígena. Desde sempre do índio tem se desejado para compor o construto social, apenas os valores do bom selvagem. Enquanto isso seus corpos físicos, suas demandas, lutas e contradições foram e continuam a ser exterminados e sistematicamente rejeitados.

3.2 FLOR DO TRABALHO: A FUNDAÇÃO E OCUPAÇÃO GERMÂNICA DE SERRO AZUL

Para esclarecermos o processo de fundação de Serro Azul é necessário abordar a história de seu herói fundador. O hino municipal versa "Padre Max, que acendeste nestas plagas a primeira luz te lembramos, hoje e sempre, operário da enxada e da cruz" (PREFEITURA, 2013). Nascido em 13 de fevereiro de 1857, na cidade de Detmold no Reino da Baviera, Maximiliano Von Lassberg prestou seus estudos no Ginásio Stella Matutina onde demonstrou grande interesse pelos assuntos religiosos. Foi ordenado padre jesuíta no ano de 1888, na cidade de Montevideu no Uruguai. A partir de então passou a participar ativamente da comunidade teuto-brasileira, na qual atuou como pastor e mentor (BLUME; WITT *apud* WESZ, 2016).

O padre Max, como ficou conhecido, tornou-se um homem de confiança para os imigrantes alemães no Brasil. Na primeira metade do século XX, Lassberg foi considerado um dos maiores especialistas em implantar e consolidar projetos de colonização, tendo colaborado para a implantação das de San Alberto e Puerto Rico na Argentina, Porto Novo em Santa Catarina e Serro Azul, que viria a se tornar Cerro Largo, no Rio Grande do Sul (BLUME; WITT *apud* WESZ, 2016, p.56).

Inicialmente, a missão de Padre Max era ser o representante católico, junto à comitiva de colonização que havia adquirido terras no local que hoje abriga o município de Cerro Largo. Em carta, padre Max demonstra sua inconformidade com

a decisão de seu superior:

O superior da Missão, Pe Fáh, destinou minha pessoa para acompanhante religioso católico da comitiva. Isto não me agradou, e eu expus as dificuldades: 1) estou passando por uma crise de mal-estar, cansaço e stress. 2) na minha opinião o Pe Amstad seria uma pessoa muito mais indicada para a tarefa. Mas o Pe Fáh respondeu sem rodeios. “O sr. Os acompanha”. Com isso estavam descartadas minhas objeções e dificuldades, e lhe escrevi novamente:

“Neste caso vou levar a sério minha tarefa, e peço permissão para não só ficar alguns dias com a Comissão, mas permanecer por mais tempo para fazer um reconhecimento da vizinhança e suas condições, como por exemplo, as possibilidades de expansão, vias de comunicação e outros itens indispensáveis para a ordenada fundação de uma colônia. E o Pe Fáh respondeu: “Está é também minha opinião. “Por isto desejo que permaneça um bom tempo para averiguar as condições” (RABUSKE, 2002).

A historiografia oficial de Cerro Largo¹⁴ costuma traçar o alicerce da missão por Padre Max e a posterior ocupação dessas terras como marco inicial da fundação da cidade. “Destá forma, a colônia de Cerro Azul – agora, Colônia Nova – foi fundada em 04 de outubro de 1902, tendo como coordenador o Pe. Maximiliano Von Lassberg, acompanhado por 10 pioneiros” (HENZ; STEFFENS; SPIES, 1983, p.21).

Franqui destaca que “Tudo começou com a *Bauerverein*” (2002, p.3). Segundo o autor, a *Bauerverein* era uma associação de colonos alemães que compraram as terras que hoje abrigam o município de Cerro Largo de uma companhia férrea alemã, a *Nordwestbahn*. “Após 1850, a Lei de Terras, a propriedade fundiária foi transformada em mercadoria e cessou a distribuição gratuita para os imigrantes e que despertou o interesse da iniciativa privada” (SANTOS, 2017, p.237). Assim, no início do século XX, a colonização de terras, principalmente no sul do Brasil, movimentou um vigoroso mercado que mobilizou inúmeras empresas, inclusive internacionais¹⁵. Tal companhia havia adquirido essas terras do governo alguns anos antes com a missão de construir ferrovias na região e em troca adquirir o direito de vender lotes para colonizar a terra.

¹⁴ Nesse trabalho os principais estudiosos dessa temática são: DEWES, 1966. HENZ; STEFFENS; SPIES, 1983. FRANQUI, 2002. SCHNEIDER, 2003.

¹⁵ O interesse maior na exploração da madeira (e também da erva-mate) levou à formação de diversas empresas colonizadoras que podiam associar a atividade extrativa com o estabelecimento de núcleos coloniais. Tiveram amplo apoio dos governos estaduais. A principal concessionária de terras públicas foi a Brazil Railway Co. (RENK, 1997; FOWERAKER, 1997 apud SEYFERTH, 2002). As terras entregues como pagamento pelo serviço das ferrovias, no geral, provinham das chamadas terras devolutas do estado. E muito embora o governo considerasse essas terras desabitadas, na maioria dos casos essa não era a real situação. No território entre os estados do Paraná e de Santa Catarina as contradições envolvendo a Brazil Railway Co., empresa parte do “sindicato Farquahr”, um poderoso truste estadunidense, explodiram na Guerra do Contestado.(PAULA,1971 apud SEYFERTH, 2002).

Segundo os autores, o início a colonização foi difícil devido à falta de recursos e principalmente precariedade das estradas. Além de um incêndio, seca e pragas de insetos que devastaram as plantações dos colonos dos primeiros anos (DEWES, 1966). “Os colonizadores passaram por muita penúria. Mesmo assim, a colônia foi recebendo novas pessoas e famílias que para cá se dirigiam a fim de fazer produzir a terra e dela tirar o sustento” (HENZ; STEFFENS; SPIES, 1983, p.19). A partir de então a colônia desenvolveu-se com base no trabalho das famílias dos descendentes europeus.

Relatando sobre o processo de ocupação de outro território, também, do noroeste gaúcho, lugar que atualmente corresponde ao município de Novo Machado, Busse (2009) relata com detalhes as diversas dificuldades encontradas pelos imigrantes alemães. A narrativa conta a viagem de Gerhard Kleinert, que com aproximadamente oito anos de idade emigrou de Sagan na Alemanha, juntamente com seus pais em 1924. Após uma longa e cansativa viagem,

Quando chegaram ao local, o pavor tomou conta. Inexperientes naquele ambiente, estavam num mundo de selva nunca visto. Abismados, a floresta era densa e fechada, entrelaçada de cipós, criciúma, xaxins e teias de aranhas que envolviam e grudavam quando se encostava (BUSSE, 2009, p.27).

A essa altura – momento da chegada – o pouco dinheiro dos imigrantes pobres já havia terminado. Iniciando um período de fome e miséria. Se por algum infortúnio algum adulto ou criança adoecia, em muitos casos o destino era a morte. A narrativa segue abordando as dificuldades impostas pela ausência de infraestrutura mínima. Não havia estradas, os lotes não possuíam nomes e os poucos comércios da região encontravam-se a quilômetros de distância dessa colônia. “O trabalho do homem na terra era direto e braçal. Havia muitos tocos, troncos, raízes, de sorte que nem arado, nem junta de bois, nem carroça, podiam auxiliar muito o colono” (CLAUS, 1982 *apud* BUSSE, 2009, p.29).

O descaso do governo brasileiro contrastava com as promessas realizadas por seus agentes na Europa.

As histórias se repetiam e por toda parte eram idênticas. Desde a chegada dos primeiros colonos em São Leopoldo e com todos os demais nas outras regiões. Na Europa as promessas feitas por parte do governo brasileiro ou por meio dos agentes não eram poucas, mas chegando aqui os colonos viram que a realidade era outra. Muitos gostariam de voltar, o que para a maioria

era impossível. Aos poucos, os próprios colonos abriam as picadas e construíam um caminho, cortavam troncos, arrancavam tocos, quebravam pedras, nivelaram o chão, construíram uma estrada, procuravam nos rios lugares rasos e faziam possível uma travessia (BUSSE, 2009, p.32).

Seyferth (1993) explica que a ausência do estado brasileiro no fornecimento de serviços públicos (educação, saúde, crédito, comunicações, etc) aos colonos alemães, contribuiu para que os mesmos se vissem obrigados criarem suas próprias organizações. Assim, os colonos e seus descendentes tiveram que abrir estradas, picadas, construir hospitais, escolas (em idioma alemão) e criar suas associações e cooperativas de crédito.

Segundo Santos (2017, p. 238):

Ao construírem para si o lugar do pioneiro, colonizador e civilizador, os imigrantes europeus e seus descendentes determinaram também o lugar dos demais residentes da terra, ou seja, para: negros e índios o papel de selvagens e incultos e para os descendentes de portugueses, de pessoas sem refinamento e de maneiras rudes. Preconceito expresso no apelido pelo qual são conhecidos: o “duro”, designação regional conhecido no país como “casca grossa”.

Trata-se de um construto que vincula os imigrantes germânicos e seus descendentes a um lugar superior. Nesse lugar estão aqueles dotados dos valores da “civilização” como o “amor ao trabalho, a ordem e o zelo do aliado ao cooperativismo”. Essa narrativa se constitui em etnocentrismo¹⁶ quando se recusa a reconhecer esses mesmos valores nas demais etnias¹⁷, destinando-as a lugares inferiores e papéis depreciativos.

Nas localidades onde o projeto colonizador logrou sucesso como, por exemplo, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul e Cerro Largo essa relativa autonomia contribuiu ainda mais para reforçar a visão difundida pelas ideologias alemãs de “bom trabalhador, ordeiro, culto e civilizado” atribuído ao alemão como algo inato a sua “raça”.

¹⁶ Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc (ROCHA, 1988, p.4).

¹⁷ Lisboa (2008) ao analisar os escritos de autores alemães que versaram sobre a colonização germânica constatou, haver indício de etnocentrismo e preconceitos contra outras etnias, no esforço do alemão em preservar a sua identidade cultural. A autora emprega o conceito de germanocentrismo, ideologia que prega a superioridade moral, laboral e cultural dos teuto-brasileiros, inclusive sobre outras etnias de origem europeia que se instalaram no Brasil.

A figura "heróica" que emerge desse tipo de argumento é a do colono pioneiro, que transformou a selva brasileira em civilização, apesar de todas as dificuldades e da omissão do Estado. Aliás, nos relatos de trajetórias bem sucedidas (inclusive de empresários e políticos que nunca trabalharam na terra) o ponto de partida é quase sempre o colono na selva, o pioneiro (SEYFERTH, 1993, s.p).

Sendo a “raça alemã” possuidora de tão nobres características são justificáveis posturas que se revelem contrárias ao abasileiramento desse contingente. Ainda mais diante das dificuldades encontradas no novo mundo e do descaso das autoridades brasileiras. Daí a endogamia, o uso cotidiano do idioma ou dialeto alemão, a reprodução de instituições culturais, as sociedades esportivas associadas a ideias nacionalistas. Nesse sentido, em Cerro Largo “O Grupo Folclórico Alemão Heimatland foi fundado em 31 de março de 1987, tendo como componentes 12 pares de dançarinos do antigo Grupo Alma de Imigrante (1983-1987)” (HISTÓRICO, 2017).

O termo *Heimatland* significa pátria e se deriva *Heim*, lar. Seyferth explica que para os alemães e teuto-brasileiros do final do século XIX e início do século XX: “A nova pátria é a colônia, a nova cidadania a brasileira, mas a etnia continua sendo alemã (1993, s.p)”. Essa frase é cabalística, capaz de explicar muito do que tratamos até agora. A insistência em não se abasileirar, se opondo ao caldeamento e a assimilação étnica contrariou os interesses das elites republicanas que defendiam o projeto de branqueamento da população brasileira.

Assim como Cerro Largo, o município de Santa Cruz do Sul possui uma forte comunidade e identidade germânica, além de remeter sua fundação à imigração alemã. Ao analisar a questão étnica nesse município Silva (2012, p. 343) expõe a seguinte situação:

O discurso fortemente germanista é um fator proeminente [...], geralmente relacionados à superioridade dos valores agregados como a ética do trabalho, o empreendedorismo, a higiene, a organização da cidade, a religiosidade, entre outros, associados à etnia alemã que comumente é contrastada com o “desleixo” dos luso-brasileiros e afrodescendentes, como a falta de iniciativa para o trabalho, a falta de higiene, a desorganização, a falta de espírito empreendedor, entre outras.

Aparentemente o pensamento que discrimina o *brasileiro*¹⁸ faz parte da

¹⁸ Neste trabalho utilizaremos o termo *brasileiro* em itálico como essa idiomática social que possui o valor denotativo de forasteiro étnico, aquele de fora, que não reúne as características necessárias para participar do grupo étnico hegemônico. Também utilizaremos o termo *alemão* com a mesma

construção do imaginário de diversos lugares onde houve uma presença maciça do, chamado, “imigrante de origem¹⁹”, não sendo uma exclusividade da colonização alemã,

referindo-se aos trabalhadores da Metalúrgica Eberle, afirma que a relação de vizinhança entre imigrantes italianos, negros e caboclos era bem difícil. Nas suas palavras: “Este era o nome dado aos pretos: os brasileiros. Termo que trazia muito de pejorativo e muito de um racismo que o descendente italiano cultivou em favor da sua superioridade” (LAZZAROTTO, 1981, p.92 apud SANTOS, 2017, p.239).

Nesse discurso existe os de dentro “nós” e os de fora “outros²⁰”. Os de dentro são os membros da comunidade hegemônica, aqueles dotados de qualidades inatas que os identificam como sujeitos valorosos que estão dentro do sistema. Os outros, do ponto de vista da comunidade, são os forasteiros, nesses não se identificam as características que são valorizadas pela comunidade.

Não pode passar despercebida a constatação de que o termo *brasileiro* é utilizado para designar os forasteiros étnicos. No caso em análise, são aqueles que não pertencem ao *Deutschtum* (germanidade), pois não compartilham o “sangue que une todos os alemães numa grande Volksgemeinschaft (comunidade nacional)” (SEYFERTH, 1993). Embora os teuto-brasileiros tenham adquirido a cidadania brasileira muitos ainda se enxergam etnicamente como “alemães puros”, dotados dos valores dos pioneiros. Essa identidade está fundamentada na História e na difusão do germanismo por diversas corrente ideológicas.

A reação a esse fechamento foram os discursos contra o “Perigo Alemão²¹”.

formatação, não para nos referirmos estritamente aos cidadãos da República Federal da Alemanha, mas sim para identificar aquele sujeito que, pertencendo à comunidade teuto-brasileira incorpora a si mesmo os valores míticos do colono alemão que o coloca como parte do grupo étnico hegemônico do município de Cerro Largo. Para nos referirmos ao grupo étnico dos ítalo-brasileiros usaremos *italiano* e para os polono-brasileiros utilizaremos *poloneses*. Lembramos que essas são as formas de tratamento comumente utilizadas no município.

¹⁹ Colonos “de origem” são aqueles descendentes de origem europeia não portuguesa. Segundo Paulilo (1987, p.159 apud SANTOS, 2017) “Alemães e italianos são chamados de ‘os de origem’, como se o brasileiro não tivesse uma origem da qual pudesse se orgulhar”.

²⁰ Tais grupos não podem ser pensados como grupos étnicos, mas a literatura sobre etnicidade se ajusta ao seu estudo e permite iluminar algumas questões. O conceito que mais se adapta ao estudo de tais grupos é o de Max Weber (1981) em que o grupo não se define apenas mediante características raciais ou culturais, pensado por meio do pertencimento, definido de maneira subjetiva. Segundo Weber, o seu sentido, aparece no contato interétnico à medida em que a “solidariedade étnica” se manifesta no confronto com elementos estrangeiros em oposição ao que é diferente, a despertar, neste embate entre o “nós” e os “outros”, o sentido da unidade grupal (SANTOS, 2017, p.232).

²¹ Mais em SEYFERTH, 1997; GERTZ, 1998.

Nos jornais proliferaram denúncias contra a formação de verdadeiros quistos étnicos no Brasil²². O medo do “perigo alemão” fez com que o estado brasileiro, principalmente em tempos de guerra, tomasse medidas repressivas contra os teuto-brasileiros.

Essas medidas tiveram seu auge entre 1937 e 1945, período de existência do Estado Novo no Brasil e que mundialmente abarcou a Segunda Grande Guerra. Os atos visavam à nacionalização forçada e o “caldeamento de todos os alienígenas em nome da unidade nacional” (SEYFERTH, 1997, p.95) e incluíram a proibição de se falar o idioma alemão, bem como o fechamento de associações, jornais e escolas que ensinavam em alemão.

Criou-se então uma situação de isolamento da comunidade teuto-brasileira. Essa situação faz com que dentro dessa comunidade o termo *brasileiro* tenha se tornado uma idiomática social que demarca a fronteira étnica. A fronteira que separa o “nós” do “eles” e relembra que embora vivam juntos, *brasileiros* e *alemães* não são iguais. Na “comunidade germânica” ser *brasileiro* é ser empurrado para fora do centro por aqueles que estão ou que se enxergam no centro.

Esse fenômeno pode ser explicado por fatores históricos e ideológicos. Os fatores históricos são: A epopeia de sofrimentos, lutas e superações vivenciadas pelos pioneiros germânicos; as deficiências no auxílio do Governo Brasileiro; os conflitos étnicos e religiosos trazidos do velho mundo e a opressão, empreendida contra esses grupos pelo Estado Brasileiro.

Como fator ideológico cabe citar o desenvolvimento de uma visão que Paixão (2015, p.12) em sua crítica chamou de Culturalista:

Ao longo do século XX as interpretações sobre as múltiplas diferenças entre os seres humanos passaram por uma importante transição. Assim, as explicações que recorriam às determinações biológicas foram sendo paulatinamente substituídas no plano teórico por vetores psicológicos e culturais. Na tradição culturalista brasileira, um dos mais íclitos autores representante dessa nova concepção veio a ser o médico e antropólogo alagoano Arthur Ramos [que] propôs a mudança do conceito de raça para cultura como matriz explicativa básica do nosso modo de ser coletivo. operando com um conceito de cultura ancorado nos instrumentos teóricos do psicólogo francês Levy Bruhl, considerava as coletividades indígenas e, especialmente, negras, seriam portadoras de uma mentalidade pré-lógica.

Essa concepção racialista e etnocêntrica não reconhece na cultura miscigenada dos *brasileiros* alguns valores que seriam inatos à cultura do *alemão*

²² Para Seyferth “O uso desse termo é significativo porque transforma os grupos étnicos em elementos patológicos, supondo a necessidade de remoção” (1997, p.126).

puro. Aos brasileiros são atribuídos outros valores.

Brasileiro e caboclo é a mesma coisa. Caboclo é sujo, passa a vida comendo feijão com farinha de mandioca, por isso é amarelo, barrigudinho. Caboclos vivem doentes e não gostam de trabalhar. Quase sempre são mestiços com alguma coisa (índio, negro) e vivem em casa de barro, por isso são uns Schlambuger (desqualificados) (SEYFERTH, 1990, p.159 apud SANTOS, 2017, p.243)²³.

Nas palavras do próprio padre Maximiliano Von Lassberg:

No dia seguinte, 15 de maio [1902], saímos mais cedo, divididos em três grupos para vistoriarmos melhor a gleba em todas as regiões. Sai sozinho com o Diretor e tive ocasião de tratar com ele muitos assuntos. Nesta estrada encontramos alguns dos poucos moradores da região, na maioria de origem indígena, residindo em cabanas miseráveis e arruinadas, levam uma existência de fome sobre um chão sobremaneira fértil. **A indolência do brasileiro é detectada em todas as camadas da população e em todas as regiões** (RABUSKE, 2002, p10) [grifo nosso].

A indolência, valor atribuído ao *brasileiro*, não por acaso, contrasta com o principal valor atribuído ao *alemão*: o trabalho. Sobre os negros e indígenas e sua cultura, além da indolência, somam-se outros valores depreciativos como a “a falta de higiene, a desorganização, a falta de espírito empreendedor, entre outras” (SILVA, 2012, p.343).

3.3 DE SERRO AZUL À CERRO LARGO: NO INCERTO AMANHÃ DO SÉCULO XXI

Passados pouco mais de cem anos desde sua fundação, Serro Azul se transformou em um vibrante município da região noroeste do Rio Grande do Sul. A essa altura o município já havia mudado de nome e recebido sua atual denominação²⁴. Do incerto amanhã do século XX ao incerto amanhã do século XXI Cerro Largo vivenciou ao mesmo tempo movimentos de expansão e contração. A expansão foi econômica e em seus índices de desenvolvimento²⁵. Já, o movimento de contração ficou por conta da diminuição de sua população e território, principalmente em

²³ Trecho de discurso dos descendentes de imigrantes alemães, recolhidos em entrevistas realizadas na década de 70 do século XX em Santa Catarina.

²⁴ Em 1942 “por exigência do IBGE, a denominação de Serro Azul foi alterada para Cerro Largo” (PREFEITURA, 2016, s.p.).

²⁵ Entre os anos de 1991 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de Cerro Largo saltou de 0,541 para 0,764. No mesmo período a renda per capita do município subiu de R\$ 298,14 para R\$ 862,05 (DATAPEDIA, 2017).

decorrência de um processo de êxodo rural e de diversos desmembramentos territoriais.

Tendo se tornado um subdistrito de São Luiz Gonzaga em 1915 (DEWES, 1966), foi somente em 1954, após diversos plebiscitos, que Cerro Largo obteve sua secessão, tornando-se de fato um município. Nos anos seguintes foi a vez da recém-criada Cerro Largo perder territórios por meio de diversos movimentos emancipacionistas que originaram os municípios de Porto Xavier, Roque Gonzáles e São Paulo das Missões. Na década de noventa emanciparam-se São Pedro do Butiá e Salvador das Missões.

Em 2002, ano do centenário da fundação de Cerro Largo o jornal Folha da Produção²⁶ publicou uma edição especial em comemoração a data. Na apresentação da publicação, referindo-se ao processo colonizador o Jornalista Maxmiliano Dewes destacou que:

Para avaliarmos o que foi a epopeia da colonização, devemos reportar-nos aos primórdios do século 20 e lembrar da terra hostil, a falta de recursos e crédito, a produção sem energia elétrica ou máquinas, sem escolas ou hospitais. Somente picadas abertas a foice e facão entrecortavam as grotas da mata selvagem.

De várias partes do *Alt Colonie* (região do Vale dos Sinos) eles vinham chegando com os olhos fixos em uma mesma estrela. Era a estrela da esperança, da força de trabalho e do desprendimento que fez com que, mesmo distantes de suas **raízes étnicas**, eles adotassem essa terra serroazulense e lutassem com justo orgulho de sol a sol para fazer deste chão um grande polo de progresso (FRANQUI, 2002, p.4) [grifo nosso].

Um breve olhar sobre o texto, com ares de editorial, é o suficiente para se perceber com clareza que seu objetivo principal é exaltar a colonização germânica. Nesse sentido, o escrito faz questão de ressaltar as tantas dificuldades vividas pelo “virtuoso” colono. Sobre a história e contribuição das demais etnias para o desenvolvimento do município não se faz menção. Nem mesmo outras etnias oriundas da Europa escapam dessa negligência.

Compartilhamos do entendimento de que uma vez em solo brasileiro, os imigrantes alemães enfrentaram e venceram uma série de adversidades. Entretanto é preciso reconhecer que sua empreitada contou com as facilidades de quem era bem quisto. Com base em suposta maior aptidão para o trabalho agrícola os alemães lograram ser a etnia preferida para colonizar alguns espaços do Brasil. Tal fato é

²⁶ Publicação de abrangência regional.

confirmado por Seyferth, na seguinte explicação:

O esforço classificatório dirigiu-se para a nomeação das virtudes e defeitos de cada nacionalidade europeia, em função do interesse maior: o imigrante agricultor. [...] o bom colono deve ter amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc. Alemães e italianos são as nacionalidades mais frequentemente situadas no topo da hierarquia dos desejáveis “bons agricultores” [...] A escolha dos alemães, porém, foi ditada pela imagem do agricultor eficiente cultivada por uma parte da elite imigrantista, (2002, p.120).

Além disso, intelectuais atuantes no início do século XX, como:

Nina Rodrigues nutria grande pessimismo em relação ao futuro de nosso país. Tal processo, ao olhar do médico maranhense, faria com que estoques raciais inferiores contaminassem o sangue europeu que corria nas veias dos brasileiros brancos. A população brasileira, então, estaria fadada à inevitável degenerescência biológica, moral e psicológica (PAIXÃO, 2015, p.10).

Assim, miscigenado e “degenerado” Brasil só se viabilizaria através do branqueamento²⁷. Nesse sentido, os alemães que emigraram para o Brasil, o fizeram na condição de colonos ideais, preferidos para a colonização e para o branqueamento. Na visão da época esses sujeitos eram os representantes do que havia de melhor e mais moderno em termos de raça.

Em contrapartida, a situação dos negros brasileiros, afrodescendentes, foi extremamente diferente. Indesejados, sua “inferioridade” foi bradada aos quatro cantos, nem o mais radical dos abolicionistas brancos – caso de Joaquim Nabuco – duvidava da inferioridade de negros e mestiços (SEYFERTH, 2002, p.120).

Por isso, não é de se estranhar que da colônia de Serro Azul à cidade de Cerro Largo tenham prevalecido representações que destacam a participação dos “alemães” e seus descendentes como os construtores únicos do município. O patrimônio histórico e cultural é um exemplo material dessa hegemonia. Os monumentos são muitos: Uma cruz de pedra no local da primeira missa rezada por Padre Max; um busto do próprio fundador, confeccionado em pedra e bronze situado na Praça da Matriz; um obelisco, também na praça da matriz, em homenagem aos 150 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul. Cabe citar ainda, o destaque recebido pelas diversas

²⁷ João Batista Lacerda, diretor museu nacional do Rio de Janeiro, em sua participação no I Congresso Universal das Raças, realizado em Londres em 1911, expôs que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 2005, p.11-12). Além de Lacerda, outros autores defenderam essa tese, com destaque para Sívio Romero, Oliveira Vianna e Modesto Brocos (SEYFERTH, 1995, p.180).

habitações típicas, feitas no modelo enxaimel²⁸, que outrora pertenceram aos primeiros ocupantes de Cerro Largo (WENZEL, 2003, p.61).

Das festas populares de caráter étnicas promovidas e fomentadas pelo poder público municipal reina soberana em primeiro lugar a Oktoberfest. Em um distante segundo lugar têm-se as comemorações de 25 de julho, dia do imigrante. O idioma alemão segue sendo falado por alguns munícipes, contando, inclusive, com cursos oferecidos pela prefeitura municipal. Lembramos que não existe nenhum demérito em preservar o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial de um município. A questão aqui está na exclusividade recebida pelos elementos culturais que apresentam características germânicas. Essa exclusividade silencia as manifestações culturais das outras etnias presentes nessa localidade.

Demograficamente os descendentes dos antigos colonizadores alemães dominam e preenchem os principais espaços privados e públicos de poder do município. A fim de exemplificar essa hegemonia recorreremos a fontes como: A lista telefônica do município; a composição histórica do poder legislativo e executivo e dados sobre o empreendedorismo da cidade²⁹.

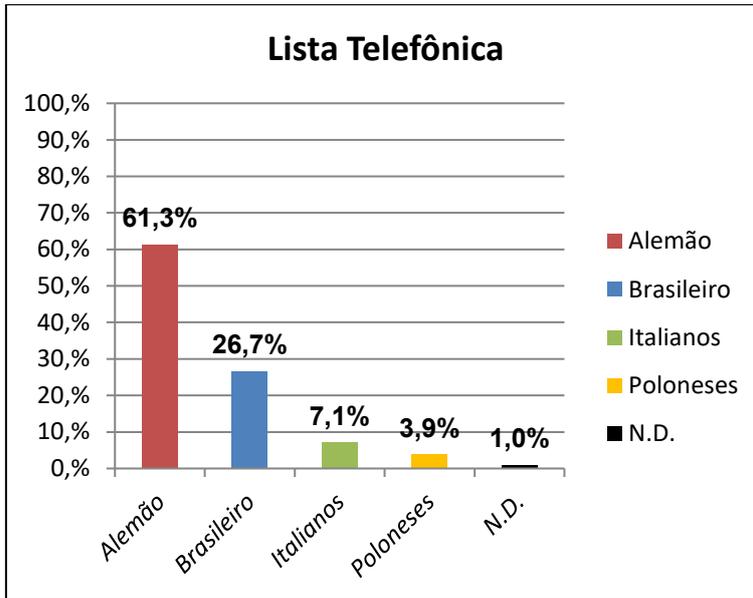
A lista telefônica serve para nos fornecer uma básica, porém importante, imagem acerca da sociedade cerro-larguense. É como o viajante recém-chegado ao município que, seduzido, observa as pessoas na ágora³⁰. Estar na lista, já é por si só um diferencial, afinal possuir telefone fixo foi por muito tempo sinal de elevado status social. O resultado dessa análise pode ser visto no gráfico 9.

²⁸ Modelo arquitetônico típico da Alemanha e de outras regiões da Europa. Construção quadrada ou retangular cuja fundação de madeira tinha mais ou menos 10 metros de profundidade [...] O corpo da construção, [...] tem nas suas arestas pilares de madeira, encaixados nos vértices [...] A cobertura possuía em alguns casos ramos vegetais, muito comumente com placas de madeira e posteriormente com telhas planas de argila ou ardósia (GÜTTGES; VALQUES, 2003, p.199).

²⁹ Ao olharmos a lista telefônica, bem como os dados das casas legislativa e executiva buscamos sujeitos que apresentam ao menos um dos sobrenomes tipicamente originários da Alemanha. Essa metodologia foi amplamente aplicada por pesquisadores da temática étnica com destaque para o professor historiador, especialista na temática alemã René E. Gertz. Nos casos em que a grafia ou a fonética não foram conclusivas para estabelecer a origem étnica do sobrenome recorreremos a consultas em fontes que apresentam as listas de passageiros dos principais navios que partiram da Alemanha para o Brasil no período de imigração. Nesse quesito destacam-se os projetos Rootsweb (ROOTSWEB, 2003) e o web-site da Paróquia Martin Luther (PARÓQUIA, 2017).

³⁰ Na Grécia antiga é comum às cidades possuírem em sua parte baixa uma grande praça, a Ágora. Na praça, enquanto diversos negócios eram feitos, a vida política da cidade ganhava corpo e era levada a cabo pelos cidadãos.

Gráfico 9 - Pessoas físicas na lista telefônica de Cerro Largo, por sobrenome.



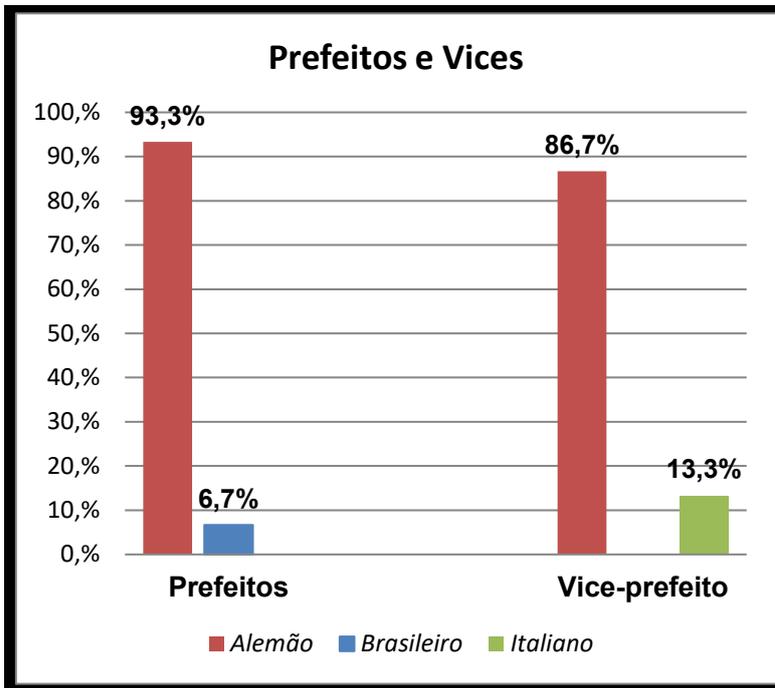
Fonte: NOVOGUIA, 2016.

Nota: Elaborado pelo autor.

Na confecção do gráfico supracitado foram excluídas as instituições e pessoas jurídicas. Dessa forma, trabalhamos com um universo de 1441 indivíduos que possuem telefone fixo e estão listados no Novo Guia. Desse total, 884 pessoas, ou seja, aproximadamente 61,3% apresentam sobrenome *alemão*. Entre os de sobrenome de *brasileiro* consta a presença de 384 indivíduos, correspondendo a 26,7% do total. O terceiro grupo mais numeroso foi o dos ítalo-brasileiros 103 cidadãos, ou seja, 7,1%. A seguir temos os descendentes dos imigrantes poloneses, com 56 pessoas, sendo esses 3,9% do total e por fim sujeitos de ascendência não definidas 14 sujeitos, aproximadamente 1% do total.

Assimetrias maiores são percebidas quando analisamos a lista de prefeitos e vereadores eleitos no município desde sua emancipação em 1955. A situação encontrada pode ser observada por meio dos Gráficos 10 e 11:

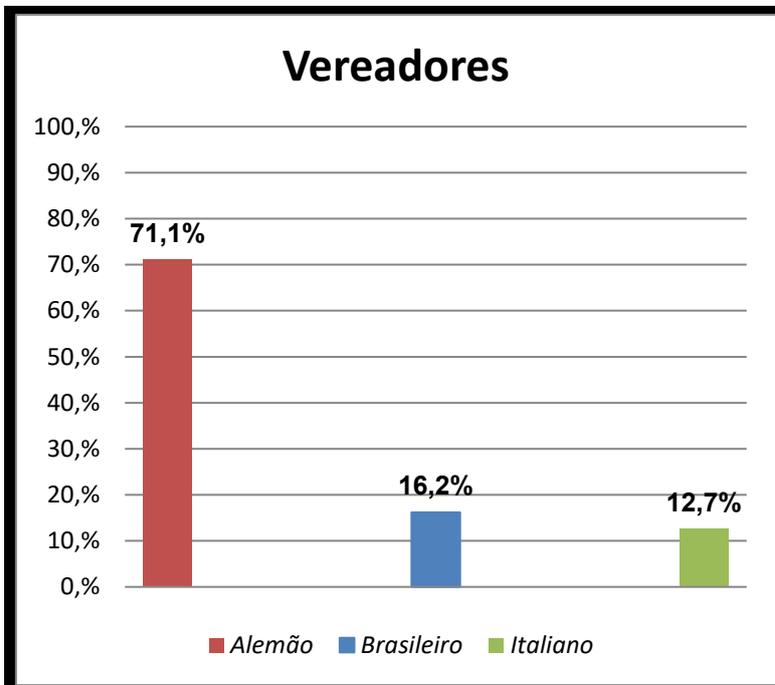
Gráfico 10 - Prefeitos e Vice-prefeitos de Cerro Largo por sobrenomes entre 1955 e 2017



Fonte: CÂMARA, 2017.

Nota: Elaborado pelo autor.

Gráfico 11 - Vereadores de Cerro Largo por sobrenomes entre 1955 e 2017



Fonte: CÂMARA, 2017.

Nota: Elaborado pelo autor.

Desde 28 de fevereiro de 1955, data da emancipação política de Cerro Largo até o presente momento a casa legislativa municipal presenciou 15 legislaturas. Pelo poder executivo passaram, também, 15 prefeitos e vices. Dos quinze administradores do município, apurou-se que 14 são de ascendência germânica, ou seja, uma porcentagem de 93,3% de sujeitos que podem ser identificados como pertencentes ao grupo *alemão* enquanto apenas 1 é *brasileiro*. Embora entre os vice-prefeitos as assimetrias sejam menores nem por isso deixam de serem significativas. O grupo *alemão* representa 71,1% do total, contando com 13 vices. Os outros 2 vice-prefeitos, pela nossa análise, seriam *italianos*.

Em 62 anos de emancipação política passaram pelo poder legislativo 142 vereadores, distribuídos etnicamente da seguinte maneira: 101 *alemães*, 23 *brasileiros* e 18 *italianos*. Fica evidente que os teuto-brasileiros historicamente dominaram as duas esferas públicas. Entre os prefeitos a proporção está em 14 para 1. Já, entre os vereadores eleitos em Cerro Largo o elemento *alemão* supera em mais de quatro vezes o *brasileiro*.

Os dados sobre empreendedorismo na cidade apontam para as mesmas conclusões no que dizem respeito à hegemonia da comunidade teuto-brasileira. Por meio da plataforma Sócios Brasil pode-se verificar que das vinte maiores empresas de Cerro Largo, listadas pela Econodata (ECONODATA, 2017) com base no capital social, dezoito são controladas por *alemães*. Nesse sentido, as principais famílias empreendedoras são: Becker, Jacobs, Ely, Winter, Rech, Munchen, Griebler, Spohr, Dahmer, Jaeschke, Strieder, München, Fischer, Mumbach, Hentz, Grings, Schneider, Tonel, Schweinberger, Heckler, Arnhold, Hilgert, Wauden, Caye, Faistel (SOCIOSBRASIL, 2017).

Até esse ponto a narrativa oficial nos conduziu a ter um vislumbre de características que parecem únicas sobre a vida em Cerro Largo. Ao que tudo indica, diferentemente do processo histórico brasileiro, por aqui não houve a contribuição de outras etnias, que não a *alemã*. Seria possível? Cerro Largo é mesmo uma cidade de *alemão* e encerram-se as discussões? Ou seria mais racional teorizar que as representações culturais da comunidade que é demograficamente, politicamente e economicamente hegemônica não deram espaço para as demais representações?

3.4 NA SEGUNDA MORADA: A MORTE NÃO NOS IGUALA

Embora incipiente no Brasil, os estudos cemiteriais vêm obtendo cada vez mais relevância no espaço da pesquisa acadêmica. Isso se deve a grande importância desse local que,

pode ser considerado a segunda morada, onde o túmulo é a casa e o cemitério é a projeção de um quarteirão, de uma vila ou até mesmo de uma cidade. São nos cemitérios que se repetem os elementos arquitetônicos e paisagísticos presentes nas cidades e onde se reproduz, de fato ou de forma idealizada, **a ordem sócio-econômica dos vivos** (RAGON, 1981, p.37 *apud* CARRASCO; NAPPI, 2009, p.48-49, [grifo nosso]).

Desse modo, os cemitérios são ricas fontes de pesquisas, utilizados frequentemente pela História, Antropologia, Sociologia, entre outras ciências. A ciência geográfica, mais recentemente, vem buscando respostas através da pesquisa cemiterial, investigando a representatividade dos túmulos na reprodução da Geografia social dos grupos (CAETANO; BEZZI, 2011, p.2)

Objetivando obter uma visão mais completa voltamos nosso olhar para a segunda morada dos cerro-larguenses, o cemitério municipal. A intenção aqui é verificar como o mundo dos mortos reproduz o mundo dos vivos e suas assimetrias. Interessa saber como se comportam as fronteiras éticas no “mundo dos mortos”.

Segundo Caetano e Bezzi:

O estudo cemiterial [...] reflete as diversas expressões dos túmulos, pois eles consolidam-se como fonte de pesquisa (nomes, sobrenomes e fotografias), código cultural material (elaboração dos jazigos, tipo de decoração) e código cultural imaterial (é resultado das crenças, normas e valores dos indivíduos, da relação subjetiva entre os vivos com aquele que já se foi) (2011, p.4).

O cemitério de Cerro Largo foi fundado durante os primeiros anos da ocupação germânica desse território. O levantamento realizado por Lauro de Wallau³¹ apontou a existência de 2307 sepulturas nesse local, até o ano de 2009, data do estudo. O primeiro túmulo presente nesse cemitério³² data do ano de 1904, em nome de Ludwig Jacob, apenas dois anos após a chegada de Padre Max e sua comitiva. O último registrado túmulo registrado pelos estudos de Wallau data de 25 de julho de 2009 e está em nome de Otto Priesnitz.

³¹ Os estudos realizados nesse trabalho sobre o cemitério de Cerro Largo têm como base uma série de documentos produzidos de forma independente pelo Sr. Lauro de Wallau no ano de 2009.

Wallau realizou um trabalho que mapeou esse espaço, registrando todas as sepulturas com nome, sobrenome, data dos sepultamentos, quadrante e posição na qual se encontram os túmulos.

³² Percebe-se [...] que há uma dificuldade em adotar um termo para o monumento erigido sobre o sepultamento, que ora aparece como jazigo, ora como túmulo, entre outras denominações. Existem algumas tentativas de classificação nomeando essas construções; não há, entretanto, consenso. De modo geral, as obras produzidas na França utilizam o termo “tombeau”, ou seja, túmulo. Assim, [nesse trabalho] utilizar-se-á o termo túmulo (CARRASCO; NAPPI, 2009, p.48).

No interior desse espaço existem duas estradas pavimentadas. Uma corta o cemitério no sentido Leste-Oeste e outra no sentido norte-sul. Dessa forma, o cemitério de Cerro Largo está dividido em quatro quadrantes. O fragmento de imagem a seguir, retirado do serviço de mapas do Google, deixa clara essa divisão:

Figura 1 - Cemitério de Cerro Largo



Fonte: Google, 2017

Nota: Elaborado pelo autor.

Como é possível verificar na figura 1 os dois quadrantes ao norte (Nordeste e Noroeste) são divididos dos dois quadrantes do Sul (Sudeste e Sudoeste) pela estrada Leste-Oeste. Tal estrada tem início na Rua Dr. Otto Flach e final na Rua Nereu Ramos. Esta divisão é importante, pois também demarca a ordem de ocupação do cemitério municipal de Cerro Largo.

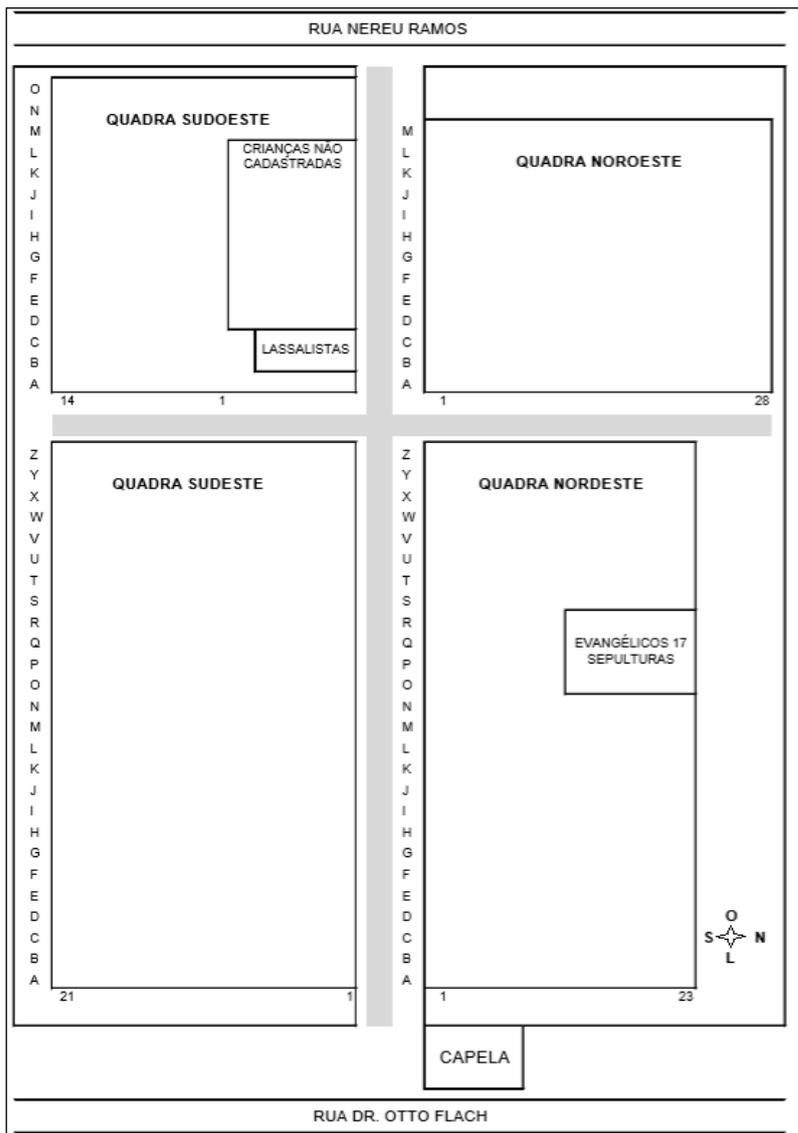
Na figura 2 está ilustrado um mapa mais detalhado do Cemitério de Cerro Largo. Nele podemos ver com clareza os quatro quadrantes do cemitério, bem como as estradas que os demarcam. Também é possível visualizar outros detalhes do local. Há no quadrante nordeste uma parte destinada exclusivamente ao sepultamento de “evangélicos”³³. Acreditamos que esse cercado esteve destinado aos luteranos que se instalaram nessa região juntamente com os católicos liderados por padre Max. Segundo Franqui (2002, p.13):

Já estando as terras da colônia destinadas aos imigrantes católicos, Helmuth Smidt [...] destinou aos protestantes as linhas 3 (hoje Linha Boa Esperança), 4 (Dona Otília) e 5 (Dona Helena) [...] A maioria dos protestantes [...] se encaminhou para a linha Dona Otília, que foi a primeira a ser ocupada.

³³ O termo “evangélico” foi mantido como no mapa original elaborado pelo Sr. Wallau.

Ao que tudo indica o cercado em questão é a “Linha Dona Otília” da segunda morada cerro-larguense. É a geografia dos corpos, construída pelo processo histórico e cultural da cidade que, separa cidadãos em vida e em morte, bem como impõe aos sujeitos saberem seu lugar. Se em vida, católico e luterano não possuem lugar comum, também não possuirão em morte.

Figura 2 - Mapa do Cemitério de Cerro Largo



Fonte: Wallau, 2009.

Nota: Elaborado pelo autor.

A separação de sepulturas com base em critérios étnicos e religiosos não é uma exclusividade de Cerro Largo. Antes da proclamação da república e consequente separação entre igreja e estado a grande maioria dos cemitérios públicos no Brasil estiveram diretamente ligados à igreja católica. Dessa forma, grupos acatólicos, como

os alemães luteranos, que a partir de 1824 imigraram para o Brasil, tiveram que lutar pelo direito a um espaço para sepultamento:

Mesmo já estando em funcionamento o primeiro cemitério público da capital e com o decreto do governo de 1863, que determinava a criação de espaços para acatólicos em Florianópolis nos cemitérios públicos, os acatólicos tiveram que se reunir em forma de uma associação para ter direito ao seu espaço de sepultamento. Em 1869 os protestantes germânicos criam o cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis para abrigar aqueles que não encontravam espaço nem nas igrejas e seus cemitérios contíguos e tampouco no primeiro cemitério público da capital catarinense, recém inaugurado em 1841 (CASTRO, 2010, p.1).

No cemitério da Santa Casa de Caridade, na cidade de Bagé (RS), no ano de 1877:

Um imigrante [judeu] foi proibido de ser sepultado neste local, como nos narra o pesquisador Harry Rotermund (1981, p.77). Seu túmulo foi edificado fora dos muros que então delimitavam o espaço cemiterial, atrás da capela (CERQUEIRA; BASTIANELLO, 2012, p.180).

Os recortes apresentados estão inseridos no período pré-republicano do Brasil. Sendo, o Império Brasileiro de confissão Católica Apostólica Romana, as segregações e discriminações contra outros grupos eram constantes e parte do cotidiano. Podemos compreender esses casos dentro desse contexto. A presença de judeus e protestantes não era bem vista ou aceita nesse período, em cemitérios hegemonicamente católicos, controlados pela burocracia clerical. Em vida, os acatólicos também encontravam as mais diversas dificuldades:

Seus templos não podiam ter uma arquitetura que representasse seu credo, não poderiam casar e nem registrar legalmente este ato e também os seus filhos e “[...] as crianças evangélicas sofriam discriminação nas escolas públicas e havia outras formas de intolerância aberta ou disfarçada” (CASTRO, 2010, p.1).

Tendo a colônia Serro Azul sido fundada no ano de 1902, ou seja, apenas treze anos após a proclamação da república, é compreensível que essas ideias discriminatórias tenham chegado até os alemães católicos que por aqui se estabeleceram. Parece ser falsa a ideia, difundida pelo senso comum, de que “a morte nos iguala”.

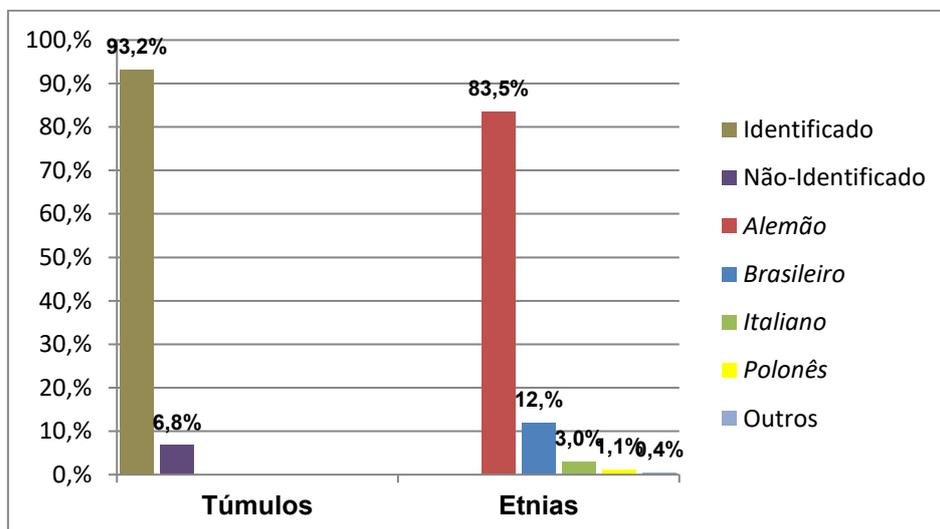
Voltando ao material produzido por Wallau sobre o cemitério de Cerro Largo, destacamos algumas informações. Como a presença de um *brasileiro* de sobrenome

Silva sepultado em 16 de fevereiro de 1912, cerca de dez anos após a colonização. Certamente devido a questões legais, o registro dos mortos parece mais democrático que o dos vivos. Pois, dentro dos primeiros cinquenta anos do município, não se encontram na historiografia dos vivos, registros de um Silva em Cerro Largo.

Deixando de lado as minúcias partimos para uma análise mais ampla sobre a geografia da disposição dos corpos nesse espaço peculiar. Assim como Wallau, individualizamos nossa análise pelos quatro quadrantes do cemitério. A intenção foi identificar o percentual de ocupação desse espaço de acordo com a origem étnica dos sepultados. Para tanto, recorreremos à mesma metodologia utilizada para analisar a lista telefônica, a composição histórica do poder legislativo e executivo e os dados do empreendedorismo em Cerro Largo, ou seja, os sobrenomes.

O quadrante nordeste é o maior de todos, possuía até o ano de 2009, 1080 túmulos, abrigando 46,81% do total de sepulturas do cemitério de Cerro Largo. Nesse setor está o túmulo que deu início à ocupação do cemitério, datado de 04 de março de 1904, em nome de Ludwig Jacob. Os dados referentes aos túmulos desse quadrante originaram o gráfico 12.

Gráfico 12 - Túmulos Mapeados no quadrante Nordeste.



Fonte: Wallau, 2009

Nota: Elaborado pelo autor.

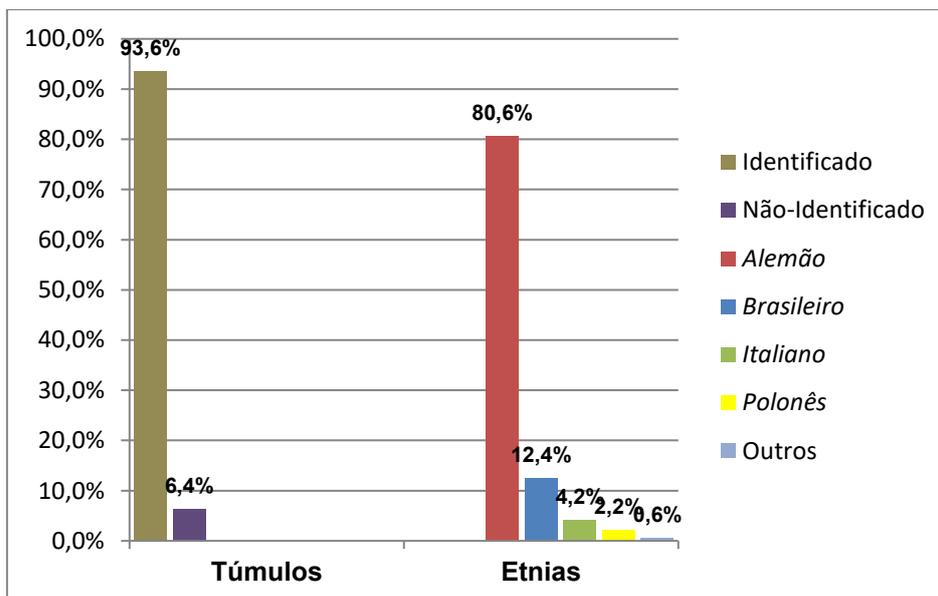
O gráfico 12, que representa o quadrante nordeste do cemitério de Cerro Largo, está dividido em dois setores: túmulos e etnias. O setor túmulos mostra o percentual de sepulturas com e sem identificação. Nesse setor 93,2% dos túmulos possuem algum meio de se identificar o sepultado, enquanto 6,8% não possuem. Sem

identificação são túmulos sem qualquer gravação de nome ou sobrenome, fato que torna impossível identificar o sepultado.

Com base no gráfico, podemos afirmar que o quadrante nordeste, primeiro a ser ocupado, esteve destinado principalmente aos *alemães*. Esse contingente étnico está presente em expressivos 83,5% dos túmulos registrados nesse quadrante. Os *brasileiros* representam 12%, dos sepultados nesse quadrante, *italianos* 3%, *poloneses* 1,1% e outros 0,4%. Nesse caso a categoria “outros” foi composta, principalmente, por sujeitos cujos sobrenomes não puderam ser rastreados até sua origem étnica.

A seguir, o setor noroeste com 533 sepultados, abrigava 23,1% do total de sepultados em Cerro Largo até 2009. Seu primeiro túmulo está datado de 11 de julho de 1906, em nome de Jacob Konzen. O quadrante em questão está representado no gráfico 13:

Gráfico 13 - Túmulos mapeados no quadrante Noroeste.



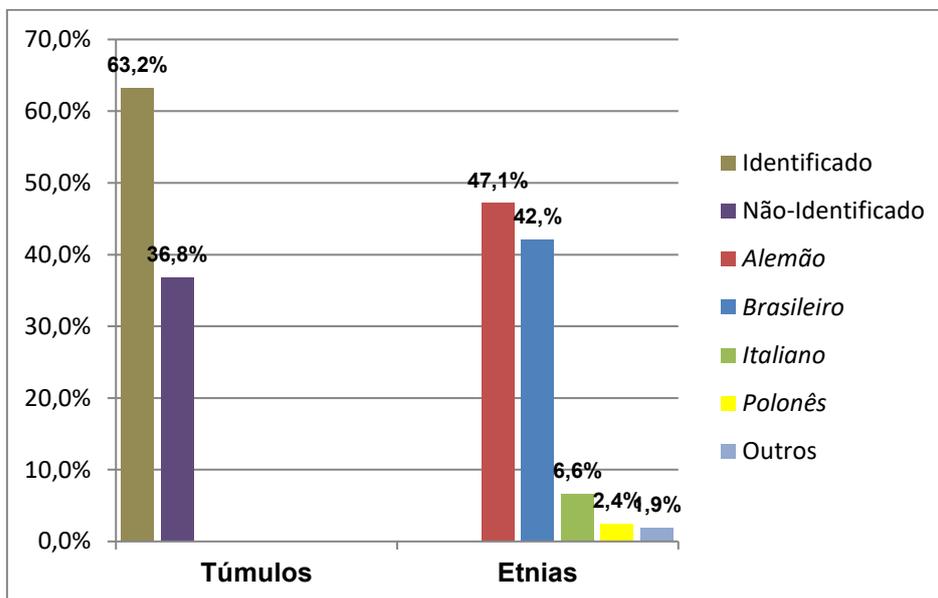
Fonte: Wallau, 2009

Nota: Elaborado pelo autor.

A situação encontrada no quadrante noroeste não difere muito do visto no setor nordeste. A grande maioria dos túmulos possui alguma identificação, 93,6% contra 6,4% de não identificados. Nesse quadrante também há uma grande maioria de sujeitos *alemães* sepultados, 80,6%. O percentual de *brasileiros* também é bem semelhante ao do setor nordeste, 12,4%. *Italianos* 4,2%, *poloneses* 2,2% e outros 0,6% complementam o cenário.

Como vistos os dois quadrantes ao norte da estrada que corta o cemitério de Cerro Largo, apresentam características semelhantes, no que diz respeito à taxa de túmulos identificados e a etnia dos sepultados. A partir daqui serão expostos os dados dos dois quadrantes da parte sul. Os túmulos da parte sul são sensivelmente mais recentes. O primeiro registrado no quadrante sudeste data de 01 de março de 1938, em nome de Permínio R. Lopes. O gráfico 14 expõe os dados do quadrante em questão:

Gráfico 14 - Túmulos mapeados no quadrante Sudeste.



Fonte: Wallau, 2009

Nota: Elaborado pelo autor.

O quadrante sudeste contava com 527 túmulos até o ano de 2009, ou seja, 22,84% do total de sepulturas do cemitério de Cerro Largo. Esse setor apresenta um conjunto de situações radicalmente diferentes do apresentado na parte norte do cemitério. Primeiramente por esse setor contar com uma taxa de 63,2% de túmulos identificados, contra 36,8% de túmulos não identificados. Tal percentual não passa de 7% em nenhum dos dois quadrantes da parte norte. A análise dos dados étnicos também revela situação diversa. Dessa vez não há uma hegemonia absoluta de *alemães* 47,1%. A presença dessa etnia fica próxima a de *brasileiros* 42%. Percebe-se ainda um aumento percentual da presença de *italianos* 6,6%, *poloneses* 2,4% e outros 1,9%.

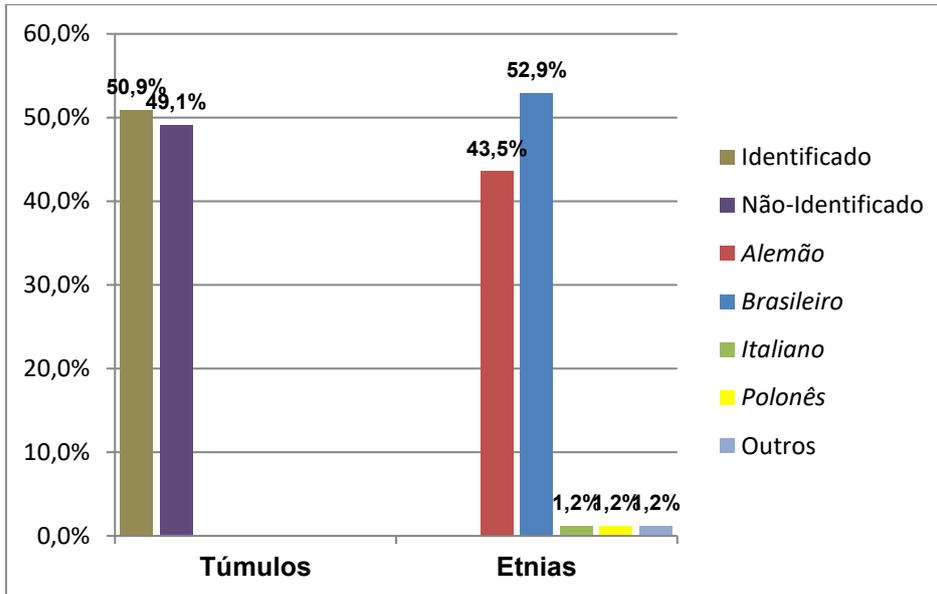
É preciso levar em consideração que o quadrante sudeste teve sua primeira ocupação no ano de 1938, trinta e seis anos após o início da colonização de Cerro

Azul. A essa altura a colônia já havia sido agregada ao município de São Luiz Gonzaga, na qualidade de distrito, fato ocorrido em 1915. O primeiro subintendente desse distrito possuía sobrenome de *brasileiro* e atualmente nomeia uma das principais ruas do município: Major Antônio Cardoso (FRANQUI, 2002, p.55). É possível que em 1938, o crescimento da colônia já tivesse atraído cidadãos das mais diversas etnias, de forma que Serro Azul passa a não ser mais um reduto exclusivo de *alemães*.

O elevado percentual de *brasileiros* presentes nesse setor permite-nos inferir que, a partir de então, o quadrante sudeste passou a ser preferido para sepultar os não pertencentes a comunidade teuto-brasileira. O fato dessa parte do cemitério ter tido um “Lopes” como primeiro sepultado é se constitui em mais um indício que sustenta essa inferência. Outra explicação seria o esgotamento dos espaços para sepulturas nos quadrantes nordeste e noroeste. Porém, essa explicação não se sustenta quando constatamos que até 1938 há somente 54 registros de túmulos no quadrante nordeste e 76 no quadrante noroeste. Esses números representam, respectivamente, 5% e 14% da ocupação atual, quando comparados com o total verificado no ano de 2009 por Wallau.

Enfim passamos a análise do setor sudoeste, menor e mais recente dos quadrantes do cemitério de Cerro Largo. Nesse setor havia até o ano do estudo de Wallau, 167 sepulturas, ou seja, 7,24% do total. Sabe-se que sua ocupação se iniciou em 02 de abril de 1984, com um túmulo em nome de Aldino Reinoldo Wenzel. Os dados desse quadrante podem ser visualizados no gráfico 15.

Gráfico 15 - Túmulos mapeados no quadrante Sudoeste.



Fonte: Wallau, 2009

Nota: Elaborado pelo autor.

Nesse quadrante destaca-se imensamente o percentual de túmulos sem identificação, 49,1% contra 50,9% de túmulos identificados. Conforme exposto no mapa do cemitério referido na Figura 2 há nessa parte do cemitério duas áreas delimitadas, segundo os escritos de Wallau. Uma área menor identificada com o nome “Lassalistas” que se certamente se refere à porção do cemitério exclusivamente destinada ao sepultamento dos irmãos da ordem de São João Batista de La Salle. Os irmãos Lassalistas chegaram a Cerro Largo no ano de 1935 e desde então se dedicaram a atividades educativas. Atualmente dirigem o colégio La Salle Medianeira, instituição privada, confessional e católica (FRANQUI, 2002, p.28).

A outra área delimitada por Wallau é maior e está a oeste da porção destinada aos irmãos Lassalistas. Esta, por sua vez, foi identificada com o título de “Crianças não cadastradas”. Acreditamos que nesta parte foram sepultados recém-nascidos que vieram a falecer antes mesmo de serem oficialmente registrados. O alto índice de sepulturas sem identificação neste quadrante sudoeste pode ser, em parte, atribuído à existência dessa área. Entretanto, lembramos que a parte sudeste analisada anteriormente, mesmo não possuindo nenhum espaço reservado a “crianças não cadastradas” ostenta também, um alto índice de túmulos não identificados. Esses dados nos fazem pensar que o alto índice de indigência é uma característica marcante das sepulturas do lado sul do cemitério de Cerro Largo.

Os dados étnicos desse quadrante apresentam uma novidade. Pela primeira

vez os *brasileiros* figuram como etnia mais representativa, estando presentes em 52,9% dos túmulos do setor sudoeste. A seguir temos os *alemães* com 43,5%. *Italianos*, *poloneses* e outros complementam o quadro com 1,2% cada.

Assim, chegamos satisfeitos ao final desta breve, porém, importante análise cemiterial. Para além de destacar as semelhanças e diferenças entre as sociedades dos vivos e dos mortos em Cerro Largo, buscávamos saber o que os mortos nos revelariam que a história dos vivos esconde. As conclusões as quais chegamos é que, primeiramente os mortos nos falam com mais franqueza que os vivos, ao menos reconhecem a presença de sujeitos de diversas etnias em Cerro Largo.

Mesmo que por força de lei, mesmo que separados, porém todos estão registrados: *alemães*, *brasileiros*, *italianos*, *poloneses* e até mesmo um ou outro *árabe* ou *oriental* colocado na categoria de outros. Difere da história viva no município que registrou o *alemão* na medida em que ignorou os demais. Embora em menor escala se pareça com a composição da lista telefônica do município, destoa radicalmente da composição das casas legislativa e executiva analisadas nesse trabalho.

Entretanto, a principal conclusão que podemos obter através dessa análise cemiterial é de que a “morte não nos iguala”. A morte não igualou os luteranos, que desde em vida foram separados e destinados à comunidade Dona Otília. Em morte são também separados e sepultados em lugar diferente dos católicos, como ocorreu em diversos lugares do Brasil. A morte não iguala os irmãos de São João Batista de La Salle, que vivendo uma distinta vida de religioso, possuem também um lugar distinto para seus túmulos no cemitério em questão.

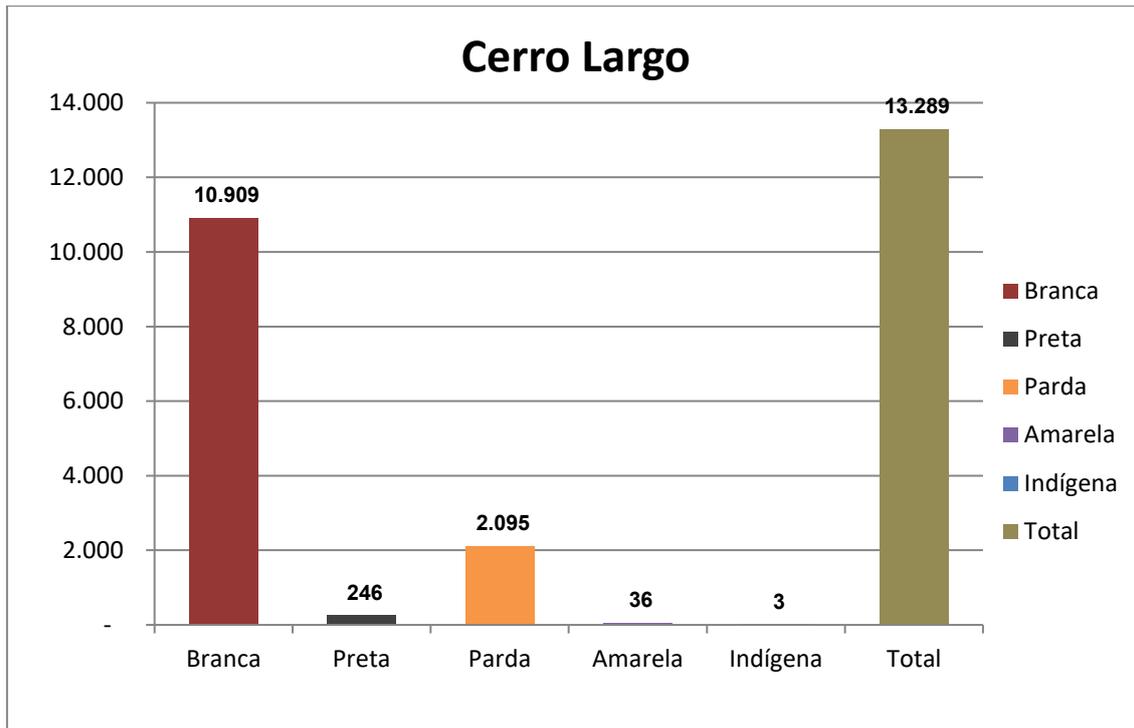
Acima de tudo a morte não iguala *brasileiro* e *alemão*. Na geografia da disposição dos corpos do cemitério de Cerro Largo há uma fronteira muito visível. A parte norte do cemitério é claramente lugar de *alemão*. Área nobre, antiga, bem conservada e organizada. Assemelha-se ao centro da cidade e áreas nobres. A parte sul abriga os *brasileiros*, separados. Lugar de ocupação mais recente, o Sul sofre com o alto índice de túmulos sem identificação, sinal de pobreza e falta de organização. O sul do cemitério corresponde às vilas e aos bairros pobres de Cerro Largo. Aqui percebemos que o mundo dos mortos, em certa medida, reproduz o mundo dos vivos.

3.5 CERRO LARGO: CIDADE DE ALEMÃO?

Qualquer análise demográfica que não levasse em consideração os dados

fornechos pelo Censo do IBGE seria incompleta, por isso, para melhor compreendermos a sociedade cerro-larguense voltamos nossos olhares para essa valiosa fonte. Segundo o Censo no ano de 2010 havia em Cerro Largo 13.289 habitantes distribuídos etnicamente conforme apresentado nos gráficos 16 e 17:

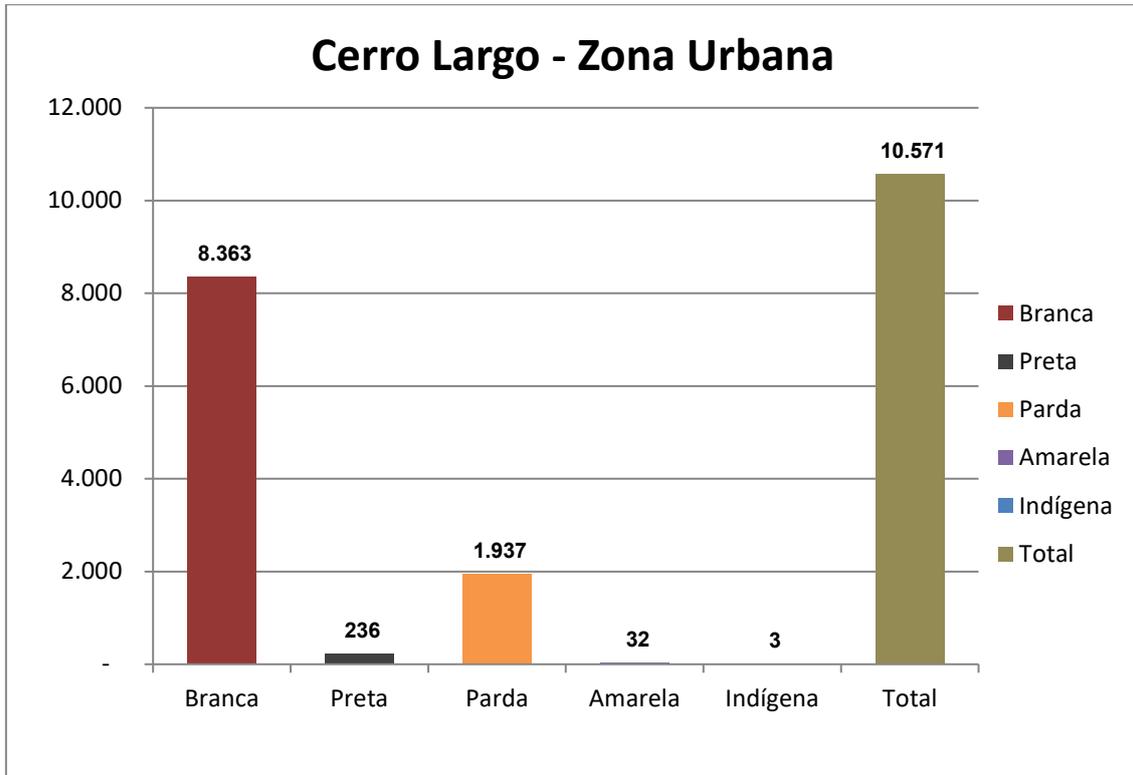
Gráfico 16 - População de Cerro Largo por cor ou raça.



Fonte: IBGE, 2010.

Nota: Elaborado pelo autor.

Gráfico 17 - População da Zona Urbana de Cerro Largo por cor ou raça.



Fonte: IBGE, 2010.

Nota: Elaborado pelo autor.

Alcançamos agora um importante estágio de nossa análise. O leitor que chegou até esse ponto o fez como alguém que em visita ao município transitou apenas em seu centro e adjacências, visitou os espaços públicos como a prefeitura municipal, a câmara de vereadores e até o *campus* de Cerro Largo da UFFS³⁴. Uma vez em Cerro Largo abriu o jornal e percebeu as principais empresas anunciantes. Almoçou em um dos restaurantes da cidade e eventualmente visitou joalherias, centros de estética e depois estabelecimentos comerciais neste município.

De todas as conclusões superficiais que esse visitante pode ter tirado uma se sobressai. Cerro Largo é mesmo uma cidade de *alemão*. “Gente boa e trabalhadora, que segue vivendo sua vida e prosperando na mais perfeita harmonia”. Não há contradições. Não existem conflitos étnicos aparentes. Reina o silêncio. Não é que não se encontre elementos de outras matrizes étnicas. Negros e indígenas são vistos em pequenas quantidades transitando por aí. Todos em seus lugares, inclusive no cemitério, juntos, porém desiguais, sem muita importância, sem realmente fazer parte

³⁴ Dados da Secretaria Acadêmica e da Secretaria da pós-graduação do Campus de Cerro Largo da UFFS (Set/2016) apontam que dentre 1.173 estudantes de Graduação 15,43% se declaram negros. Na pós-graduação, dentre os 69 alunos matriculados 13,04% se declaram negros.

da *polis*.

Em primeira análise os gráficos apresentados, com bases no Censo Demográfico do IBGE confirmam essa análise superficial. Afinal, em todo o município de Cerro Largo os autodeclarados brancos representam 82,09% da população, entre esses brancos, como visto, predominam os teuto-brasileiros. Se considerarmos apenas a zona urbana do município essa porcentagem cai pouco, ficando em 79,11%. Conforme analisamos de maneira mais atenta os dados do IBGE algo começa a nos chamar a atenção.

Como o visitante que não se contenta apenas com o olhar superficial do centro e resolve conhecer mais profundamente o município. No cemitério ele percebe algumas contradições, mas não suficientes para quebrar o mito da cidade harmônica. Sem se contentar com o que vê ele decide ir além. Ao se afastar do centro, conhece os bairros da periferia de Cerro Largo, as “famigeradas” Vilas. Lá ele percebe que a mística da aparente ausência de contradições começa a se desfazer, surge outra Cerro Largo. Há algo de invisível neste município, algo que o Censo do IBGE nos oferece apenas um vislumbre. Quem sabe Cerro Largo não seja somente uma cidade de *alemão*.

Em Cerro Largo a população negra representa 17,62% e considerando apenas a zona urbana essa porcentagem fica em expressivos 20,56%. Sim, consideramos 20% de negros uma porcentagem expressiva em um município como Cerro Largo. Um município onde, na zona urbana um a cada cinco cidadãos é um *brasileiro* negro e mesmo assim vivem de maneira totalmente invisível. Até esse ponto as fontes que indicassem a presença desse contingente foram demasiadamente escassas, seja na História oficial, nas representações culturais, na imprensa ou em demais fontes. Até então esses atores sociais vinham sendo amplamente ignorados tanto pela comunidade hegemônica, quanto pelo poder público municipal. Mesmo existindo são invisíveis.

Indo além, observamos que seguindo os dados do IBGE a situação desse contingente populacional reproduz o caso brasileiro, estando sempre nas piores colocações. A renda média mensal dos negros em Cerro Largo é de R\$ 854,02, enquanto a dos brancos é de R\$ 1.129,17. Na educação o censo 2010 explicitou a seguinte disparidade: entre os negros a taxa de analfabetismo é de 12,7%, enquanto entre os brancos esse número fica em 4,0%. Quando o quesito é o nível superior completo a desigualdade se agrava. De um total de 893 habitantes que declararam

possuir ensino superior, 854 (95,6%) se declararam brancos e 39 (4,4%) se declararam pardos, não havendo nenhum autodeclarado preto com ensino superior em Cerro Largo, período da consulta. (IBGE, 2010).

Após reunir e analisar todas as informações apresentadas nesse capítulo fica claro que os negros em Cerro Largo vivenciam uma quase cidadania, que na prática se constitui em uma negação de seus direitos e demandas. São excluídos por serem *brasileiros* e invisíveis por serem negros. Isso se demonstra na História, na praça, na prefeitura, na câmara de vereadores e nos demais espaços públicos, privados e de lazer do município. Consideramos que a invisibilidade é uma característica do não-lugar a qual esses sujeitos estão submetidos na sociedade cerro-larguense.

As profundas contradições étnicas, reascendidas pelas teorias racialistas marcaram todo o Brasil no início do século XX. Entretanto, em Cerro Largo essas contradições adquiriram uma singularidade que merece atenção, por ter criado uma sociedade do tipo “cebola³⁵”. Do lado de dentro o *alemão* e seus descendentes. Branco, cristão, muitas vezes católico e mesmo entre os demais europeus considerados superiores por reunir as características morais e materiais do colono ideal. Do lado de fora o “brasileiro indolente e grosso” aquele ao qual não é dado pertencer à comunidade hegemônica do município.

Ainda mais às margens, dentre os *brasileiros* está o negro afrodescendente, que por aqui habita um não-lugar. Cidadão invisível sobre o qual pairou e ainda paira o silêncio. Assim, Cerro Largo foi se configurando uma sociedade hegemônica. Essa hegemonia parece ter suprimido as manifestações culturais e políticas de elementos destoantes. A amplitude dos dados do IBGE é o último bastião que advoga pela existência dos negros em Cerro Largo de forma que urge a necessidade de construirmos maiores referências, tendo em vista a atualização de políticas públicas na cidade.

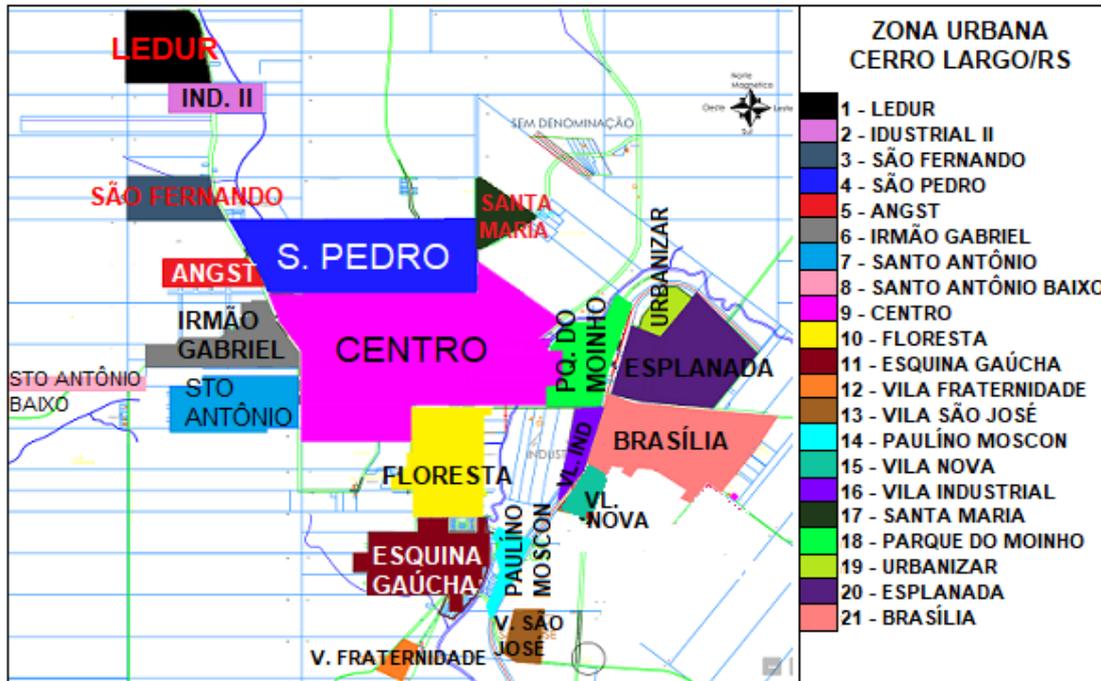
³⁵ Organizadas em camadas, onde o teuto-brasileiro encontra-se no lugar central e o negro em lugar nenhum. Por aqui o teuto-brasileiro se impôs de tal forma que empurrou para fora até mesmo os descendentes de outras etnias europeias, como portugueses, espanhóis e italianos. Até mesmo dentro da comunidade teuto-brasileira notam-se diferenças de lugar, em razão da religião, estando o católico mais ao centro que o protestante.

4 O NÃO-LUGAR DO NEGRO EM CERRO LARGO

Os dados até aqui evidenciaram uma realidade contraditória em Cerro Largo. O Município que ostenta uma hegemonia de cidadãos brancos e teuto-brasileiros possui, também, 20% de pretos e pardos. Cidadãos que estão relegados a um não-lugar. É imperativo desvelarmos essa situação, buscando desvelar as características desse não-lugar. Assim, no decorrer desse capítulo procuramos, analisar as características físicas e materiais do não-lugar ocupado pelos negros em Cerro Largo. Em seguida buscamos compreender o silêncio sobre as questões étnicas que paira sobre o município. No sentido de ouvir e compreender o que o silêncio nos diz, incluímos nesse capítulo os resultados da análise de um dos poucos discursos sobre os negros publicados no município. Nessa publicação pudemos identificar um tipo sutil de silêncio. Finalizando o capítulo procuramos apontar alguns caminhos para quebrar o silêncio e a invisibilidade do negro em diversos níveis.

Cerro Largo possui uma área de 177,675Km² (IBGE, 2015). Tomando a região central como referência, com base em mapas fornecidos pela prefeitura municipal, fragmentamos a área urbana em 21 localidades. O Norte é formado pelos bairros: Loteamento Ledur, Área Industrial II, São Fernando, São Pedro e Santa Maria. A zona oeste abriga os bairros: Loteamento Angst, Irmão Gabriel, Santo Antônio e Santo Antônio baixo. O Sul abriga os bairros: Floresta, Esquina Gaúcha e Paulino Moscon. E as chamadas vilas: Fraternidade, São José, Vila Nova e Vila Industrial. Por fim, os bairros da zona mais ao leste são: Parque do Moinho, Urbanizar, Esplanada e bairro Brasília (BARCELOS, 2017). Essa disposição de bairros pode ser verificada na Figura 3.

Figura 3 - Localidades da Zona Urbana de Cerro Largo.



Fonte: CERRO LARGO, 2017.

Nota: Elaborado pelo autor.

Cruzando os dados da zona urbana de Cerro Largo, extraídos dos setores censitários do IBGE com as informações fornecidas pela prefeitura municipal elaboramos um quadro que demonstra, percentualmente, a presença da população negra em Cerro Largo³⁶.

³⁶ O fato de as informações demográficas encontrarem-se agrupadas por setores censitários e não por bairros nos impõe uma questão complexa. Torna objetivamente impossível saber a quantidade de negros estritamente por bairro. Porém, sabendo que os negros em Cerro Largo estão entre os mais pobres, infere-se que dentro dos setores censitários esses seriam maioria, também, nos bairros ditos mais pobres. Um exemplo dessa complexidade é o setor censitário número 9 que engloba a parte leste do Centro e o Parque do Moinho que no ano de 2010, época do censo do IBGE abrigava a Vila São Jorge. No município o termo Vila é utilizado para designar uma comunidade pobre. Análogo a favela ou periferia em outras regiões. No caso do setor 9 as maiores parcelas de negros seriam encontradas na Vila São Jorge, também conhecida como “Garrafão” e não na parte leste do Centro.

Quadro 1 – População negra em Cerro Largo.

Setor Censitário	Residentes	Pretos	Pardos	Negros	% de negros	BAIRROS/LOCALIDADES CORRESPONDENTES
11	851	49	301	350	41,13%	Bairro Brasília-Sul / Vila Nova
9	547	36	181	217	39,67%	Bairro Centro-Leste / Pq. do Moinho (VI São Jorge) / Urbanizar
23	437	16	112	128	29,29%	Bairro Brasília
12	1076	23	283	306	28,44%	Bairro Paulino Moscon / Vila Industrial (CIEP) / Vila São José
5	1175	20	294	314	26,72%	Esquina Gaucha / Vila Fraternidade
4	637	13	115	128	20,09%	Bairro Centro-Sudeste / Floresta
7	1033	29	178	207	20,04%	Bairro São Fernando / Ind. II / Loteamento Ledur
8	687	10	85	95	13,83%	Bairro Centro-Nordeste / Morro Santa Maria
10	960	4	123	127	13,23%	Bairro Esplanada
6	1218	14	143	157	12,89%	Bairro Centro-Oeste / Santo Antônio / Ir. Gabriel / Sto ant. baixo
2	715	15	56	71	9,93%	Centro-Norte / Bairro São Pedro / Angst
1	473	3	41	44	9,30%	Bairro Centro
3	497	4	16	20	4,02%	Bairro Centro-Sul

Fonte: IBGE 2010; CERRO LARGO, 2017.

Nota: Elaborado pelo autor.

Destacamos em cor azul os bairros ou localidades que apresentam uma maior concentração percentual de negros e em vermelho os bairros ou localidades que apresentam uma menor concentração desse contingente populacional. O setor censitário número 11, que corresponde a partes do bairro Brasília e da Vila Nova se sobressai por apresentar a maior taxa de negros no município de Cerro Largo, mais de 40%.

Em segundo, coube ao setor 9 com 39,67% de negros. Esse setor engloba a parte leste do centro, bem como, o bairro Parque do Moinho que no ano de 2010, data do último censo do IBGE, época que abrigava, também, uma icônica localidade de Cerro Largo, a Vila São Jorge. Em 2013 os moradores dessa Vila foram removidos para casas populares construídas para esse fim, localizadas no bairro urbanizar (FILHO, 2013).

Em terceiro lugar aparece o setor 23, correspondente ao centro do gigante bairro Brasília, com aproximadamente 30% de negros. No quarto lugar o setor 12, referente ao bairro Paulino Moscon, Vila São José e a Vila Industrial. Finalmente, com 26,72% de pretos e pardos vem o setor 5, formado por porções da Esquina Gaúcha e da Vila Fraternidade. Todas essas localidades apresentam um percentual maior que os 20% de pretos e pardos.

Na outra extremidade estão os setores com menor concentração de negros. Esses setores correspondem em sua maioria às áreas centrais da cidade e suas adjacências. Encabeçando essa relação temos o setor 3, que corresponde a parte do sul do centro da cidade. A seguir temos os setores 1 e 2, referentes ao centro e a parte

norte do centro com porções dos bairros São Pedro e Angst. Em quarto lugar, entre os setores com menor concentração de pretos e pardos está o setor 6, relacionado a parte oeste do centro e ao nobre bairro Santo Antônio. Finalizamos essa relação com o setor 10, que se refere à parte ao bairro Esplanada.

Comparando o Quadro 1 com a Figura 3 fica fácil perceber que os bairros que apresentam maior concentração de população negra estão na periferia do município. Algumas dessas localidades periféricas como são as chamadas vilas, como a Vila São Jorge, Vila São José, Vila Fraternidade e Vila Nova seus habitantes são os famigerados “vileiros”.

Furtado (2014) explica que as vilas se diferenciam dos bairros, uma vez que o bairro é o melhor lugar para se morar. No bairro as ruas são asfaltadas, existem opções de lazer e serviços de todo o tipo. No bairro as residências são bonitas e espaçosas, as ruas são calmas, limpas e seguras. A vila por sua vez é definida por Furtado como um entre-lugar, onde as ruas hora são asfaltadas hora de chão batido. Um lugar onde convivem casas de alvenaria com casas de madeira, lar de pessoas pobres cuja capacidade de consumo depende da remuneração mensal advinda do trabalho. Esse registro é importante, pois denota uma hierarquia.

Por mais simples que seja o exame das características relativas à distribuição da população segundo seus diversos estratos e à repartição de serviços públicos, dos tipos comércio, dos preços das amenidades, pode-se inferir a existência de uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível social e de renda. Em outras palavras, pode-se dizer que, com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diretamente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana. (SANTOS, 1987, p.83 *apud* FURTADO, 2014, p.63).

O geógrafo Milton Santos, citado por Furtado, trata de explicar as diferenças no lugar que ocupa cada classe social. Aquele que habita o bairro, o faz em razão de certa condição social e de renda e o mesmo vale para o habitante da vila. A vila urbana é por natureza lugar de exclusão, semelhante a favela. Nessa analogia o “vileiro” cumpre o papel de excluído, semelhante ao “favelado”.

A exclusão da qual falamos é de dois tipos. Uma exclusão a priori, na qual o habitante da vila é prioritariamente inferior ao habitante do bairro. O termo “vileiro” assim como “favelado” costuma ser empregado quando se quer menosprezar os habitantes da vila. Também é uma forma de generalizar e equiparar os sujeitos nessa condição, na medida em que se coletivizam suas individualidades. Não há o cidadão,

nem o sujeito. Há o coletivo “vileiro”, o habitante da vila, dotados de características indesejáveis aos habitantes dos bairros.

Não causa estranheza constatar que a maioria dos negros de Cerro Largo habitem a periferia e as vilas. Esse dado reflete uma condição brasileira, onde de acordo com estudo do IPEA de todas as habitações presentes em periferias em nosso país 66% são chefiadas por negros (PINHEIRO, 2011, p.63). Pequeno (2008, s.p) explica que as periferias e favelas associadas,

ao rápido processo de urbanização que marca o século XX nas diferentes regiões. Progressivamente, as cidades, onde a oferta de oportunidades e de serviços era o diferencial, passaram a alojar pequenos núcleos residenciais, ilegalmente ocupados, compostos por construções precárias e improvisadas [...] A medida que cresceram e se consolidaram, estes assentamentos, ditos subnormais, passaram a se constituir em verdadeiros incômodos urbanos: como barreira física, impedindo a expansão do sistema viário; como agentes da degradação ambiental, dada a falta de saneamento; como focos de insalubridade, devido às precárias condições de moradia; como antros de marginais, fazendo da favela o lócus da exclusão social.

Não há demérito em residir na periferia, a não ser pelo fato de que aqueles que se veem obrigados a morar nesses locais encontram-se em situação de desvantagem comparados aos moradores do centro e dos bairros. As desvantagens são de natureza variada. Desde a dificuldade de acesso a serviços essenciais como saúde e educação até mesmo fatores de insalubridade e marginalidade conforme expõe Pequeno (2008). Os moradores das vilas, periferias e favelas enfrentam ainda a ausência de opções de lazer e de cultura. Assim, habitar essas localidades é vivenciar a priori uma condição de exclusão social.

Em Cerro Largo a situação não é diferente. Analisando os dados urbanísticos do Censo do IBGE (2010) constatamos que o setor censitário número 11, que corresponde à parte sul do bairro Brasília e a parte leste do bairro CIEP, local da maior concentração de negros do município é o único onde os moradores convivem com esgoto a céu aberto. Quando o assunto é a falta de pavimentação³⁷ das vias, o setor 11 com 40,54% das vias não pavimentadas é o setor menos pavimentado de todos analisados.

O segundo lugar é ocupado pelo setor 23 com 13,79% de vias não pavimentadas. O contraste fica por conta dos setores 1, 2 e 3 que possuem 100% de vias totalmente pavimentadas. Os dados sobre as calçadas municipais também não

³⁷ Cobertura da via pública com asfalto, cimento, paralelepípedos, pedras, etc. (IBGE, 2012).

são muito animadores. Do total de vias públicas presentes no setor 11, 98,84% não possuem esse acesso aos pedestres.

Segundo Furtado:

Nos elementos da paisagem urbana encontram-se outros marcadores dessas diferenças que, ao impactarem na qualidade de vida dos indivíduos, se transformam em desigualdades. Ruas de chão batido, casas pequenas em terrenos apertados, ausência de sinalização de trânsito e de centros de compras e de lazer compõem o cenário cotidiano, tão conhecido e tão distinto daqueles outros observados nos deslocamentos pela cidade (2014, p.65).

Em Cerro Largo, especificamente no setor 11, a ausência de pavimentação, combinada com a existência de esgotos a céu aberto são marcadores que impactam diretamente na qualidade de vida dos moradores. Combinando esses dados com o percentual de calçadas, torna-se fácil vislumbrarmos o tipo de cenário cotidiano enfrentado pelos moradores dessa localidade.

Ruas de chão batido, sem espaço adequado para o tráfego de pedestres. Por vezes, esses cidadãos precisam enfrentar e transpassar esgotos a céu aberto. Entre os pedestres, crianças que diariamente se deslocam por esses espaços para o cumprimento da jornada escolar.

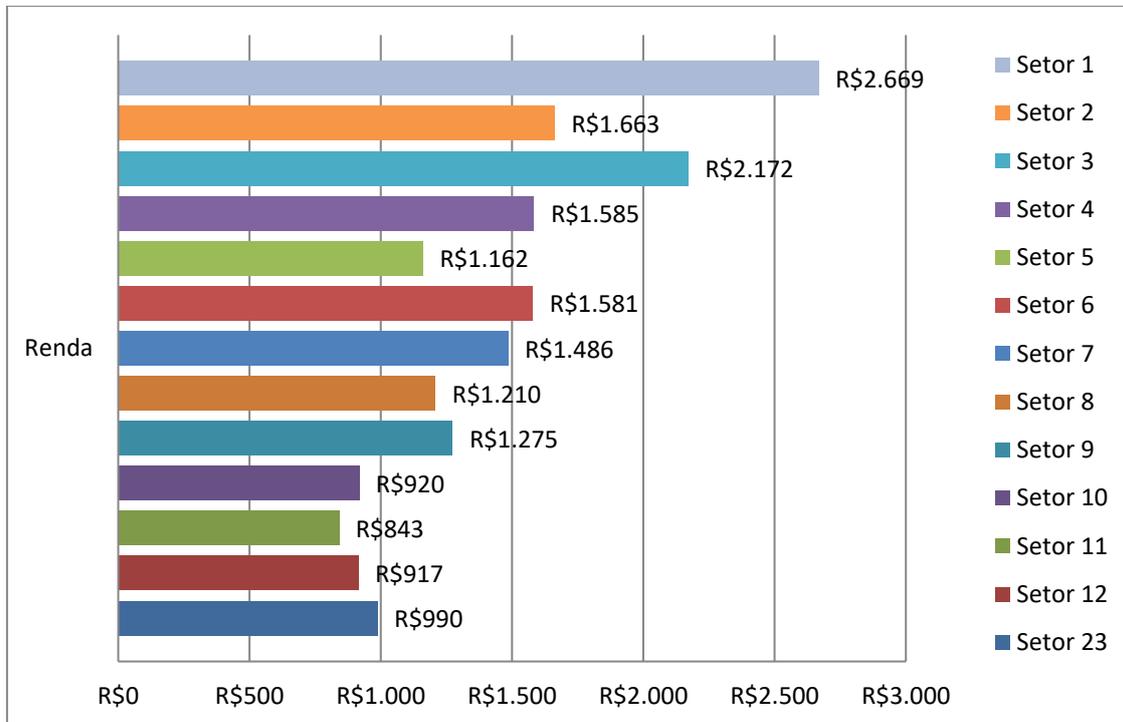
Quem então moraria em um lugar como esse? Quais cidadãos escolheriam conscientemente se privarem das condições mínimas de dignidade e bem-estar social. Possivelmente pessoas que não tiveram essa escolha. Muitos menos possuem condições de mudar de áreas, saindo da periferia em busca de um local mais salubre. Santos (2007, p.111) explica que:

Há, em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa em que mora, isto é, para mudar de bairro, e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor.

Pessoas com menor condição financeira muitas vezes não reúnem as condições necessárias para buscar um lugar melhor para viver. Dessa forma, seria de se esperar que no setor 11 estivessem os mais pobres do município de Cerro Largo. O IBGE analisou a renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios situados

nas diferentes zonas de Cerro Largo. O resultado pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 18 – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares, por setor censitário.



Fonte: IBGE, 2010

Nota: Elaborado pelo autor.

De um total de treze setores censitários urbanos de Cerro Largo, o setor número 11 é aquele que apresenta maior quantidade de negros. Ao mesmo tempo em que é o setor apresenta menor índice de saneamento. E também onde os responsáveis pelos domicílios recebem o menor rendimento mensalmente.

O valor da média mensal neste setor, conforme pode ser visto no Gráfico 18 é de R\$ 843,00. Sobre esse assunto, destaca-se o setor número 1 que corresponde ao centro de Cerro Largo onde a renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios é de R\$ 2.669,00. A média do setor 1 corresponde a mais de três vezes o valor da renda média do setor 11. Em seguida, como setores com maior renda temos o setor 3 com R\$ 2.172,00 e o setor 2 com R\$ 1.663,00.

Seria coincidência que os três setores onde a renda média mensal dos responsáveis por domicílios é mais alta são os mesmo três setores onde o percentual de pretos e pardos do município é menor? Acreditamos que não. Utilizando os dados mais amplos do censo 2010 do IBGE pudemos triangular essa informação e

percebemos as relações existentes no município entre negritude e pobreza. Esses dados nos mostram que no município a situação desse contingente populacional reproduz o caso brasileiro. Ou seja, sempre nas piores colocações.

As disparidades não se limitam a renda. Entre os negros cerro-larguenses a taxa de analfabetismo é de 12,7%, percentual superior ao triplo da taxa de brancos analfabetos esse número fica em 4,0%. Quando o quesito é o nível superior completo a desigualdade se agrava. De um total de 893 habitantes que declararam possuir ensino superior, 854 (95,6%) de declararam brancos e 39 (4,4%) se declararam pardos, não havendo nenhum autodeclarado preto com ensino superior em Cerro Largo, período da consulta. (IBGE, 2010).

Assim, vamos desvelando o não-lugar do negro. Consideramos que a invisibilidade é uma característica do não-lugar a qual esses sujeitos estão submetidos na sociedade cerro-larguense. O que parece é que, nessa localidade, esses seres humanos vivenciam uma situação de quase cidadania, que na prática se constitui em uma negação de seus direitos e demandas. São invisíveis na História, mas também na praça, na prefeitura, na câmara de vereadores e nos demais espaços públicos, privados e de lazer do município.

Na cidade onde o *alemão* dominou todos os espaços, onde ser *brasileiro* já é sinônimo de ser excluído, o que dizer então de *brasileiros* negros. Esses cidadãos estão tão desintegrados da comunidade que até mesmo suas existências são negadas. Entretanto, eles existem e em Cerro Largo, segundo o Censo do ano de 2010, constituíam 20% da população na zona urbana.

São os “vileiros” e “favelados” sem voz e sem vez. Ocupam as áreas mais pobres da cidade, distantes do centro, em meio ao esgoto e a falta de pavimentação. Sobre eles e a situação por eles enfrentada paira o silêncio, que se constitui em uma das principais características desse não-lugar.

4.1 SILÊNCIO: O *HABITUS* CERRO-LARGUENSE

No intento de melhor caracterizar o não-lugar do negro em Cerro Largo abordamos o silêncio como uma importante categoria de análise. Como já visto, o silêncio é uma das principais características do não-lugar vivenciado pela população negra. Como um véu, o silêncio esconde aquilo que a cidade não deseja mostrar. A paisagem silenciosa traz a impressão de que não há conflitos étnicos no município,

que afinal de contas, tudo está pacificado na Cidade Feliz³⁸.

Silva (2012) identifica quatro principais formas pela qual o silêncio se manifesta e, assim, contribui para a manutenção das desigualdades entre negros e brancos. Para o autor há o silêncio sobre a branquitude, que atua para estabelecer o branco como norma; A negação da existência plena do negro; O silêncio sobre as particularidades culturais do negro brasileiro e o silêncio, utilizado como estratégia para ocultar as desigualdades e assimetrias étnico-raciais no Brasil.

Schucman explica que a branquitude é um construto ideológico de poder, no qual brancos percebem sua identidade racial como norma e padrão, sendo os demais, grupos considerados marginais, desviantes e até mesmo inferiores (2012, p. 17).

a branquitude é [...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2012, p.23).

Em Silva (2012, p.115) temos que:

A partir de uma análise sobre o conceito de branquitude na pesquisa norte-americana Giroux (1999) discute que para a análise das formas de hierarquização na contemporaneidade é significativo estar atento a como os brancos passam a reconhecer-se não como grupo racial, mas como norma, como padrão de “civilização”. A branquitude via de regra não se mostra de forma explícita, opera de forma “invisível”, não dita, para estabelecer o branco como norma e como desejável, como plasmado em uma séria de produções culturais entre as quais cinematográficas, que o autor analisa.

Conforme os autores, é comum vermos, como parte das publicações que descrevem sujeitos negros, suas características étnico/raciais. Esse é, inclusive, o caso do obituário que, no decorrer de nossas pesquisas analisamos e, cujo resultado apresentaremos no capítulo quatro. Em contrapartida, quando as publicações versam sobre sujeitos brancos os dados sobre etnia ou raça estão ausentes. Esse silêncio colabora para o estabelecimento do branco como raça padrão, princípio da branquitude.

A negação da existência plena do negro, configura um tipo de silêncio que se manifesta através da invisibilidade ou da sub-representação desses cidadãos em diversos espaços sociais. No Brasil que é um país majoritariamente negro (IBGE,

³⁸ Cidade Feliz é um dos *slogans* de Cerro Largo/RS.

2010) existem diversos estudos que evidenciam sua invisibilidade nos livros didáticos, nas telenovelas, nas demais formas de mídia e espaços de poder (SILVA, 2012). Em Cerro Largo, onde, na zona urbana, um a cada cinco cidadãos se declara preto ou pardo a sub-representação é aterradora, adquirindo ares de invisibilidade, quando considerados os espaços públicos e privados de poder.

Outra forma de silêncio, é a que esconde as particularidades do negro brasileiro. Sua principal característica é a de apresentar o negro com características estereotipadas, silenciando sobre sua real condição. A hipersexualização é um desses estereótipos constantemente reforçados principalmente sobre a mulher negra, mas também sobre o homem. São visões que ao valorizar apenas certas partes dessas pessoas, negam sua completude como ser humano. Outros estereótipos constantemente reforçados, tanto na mídia, quanto na literatura são a violência, a ignorância e a malandragem do negro (SILVA, 2012).

Por fim, Silva (2012) fala sobre o silêncio que ao apregoar uma pretensa harmonia nas relações étnico-raciais age como uma cortina de fumaça um véu para invisibilizar as contradições étnicas brasileiras. É o silêncio sobre as terríveis desigualdades raciais que assolam a sociedade brasileira. Nesse caso o silêncio é utilizado como uma estratégia para ocultar as desigualdades entre negros e brancos. Tal postura é inerente ao mito da Democracia Racial e do racismo à brasileira.

No Brasil, silêncio e invisibilidade atuam juntos para estabelecer o negro em um não-lugar de quase-cidadania e negação de direitos. No município de Cerro Largo o silêncio é tamanho que, como já mencionado, não fosse pelos dados do IBGE dificilmente conseguiríamos provar a existência da população negra, como 20% dos habitantes da zona urbana do município. Nesse lugar não há apenas o silêncio do tipo que reforça ao branquitude, ou do tipo que nega a existência plena do negro. O caso aqui não é o constante reforço das características estereotipadas do negro. Em Cerro Largo, o silêncio sobre a população negra, de uma forma geral, só não é total pois poucas coisas nas relações humanas o são. Com muito trabalho e pesquisa encontram-se alguns raros indícios que traem o silêncio.

Utilizando de uma concepção bourdieana podemos dizer que o silêncio sobre as relações étnico-raciais em geral e sobre a questão do negro em específico se constituiu em um *habitus* do cidadão cerro-larguense. O *habitus* pode ser entendido como:

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz. de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças as transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados. Princípio gerador duravelmente armado de improvisações regradas [...] o habitus produz praticas que, na medida em que elas tendem a reproduzir as regularidades imanentes as condições objetivas da produção de seu principio (BOURDIEU, 1983, p.65).

Coadunando com a teoria do *habitus* de Bourdieu é possível compreendermos a naturalidade com a qual esse silêncio transita na sociedade cerro-larguense. Considerando o *habitus* como um sistema de disposições que integram todas as experiências passadas e ao mesmo produz práticas que tendem a reproduzir certas regularidades é possível perceber que esses aspectos têm sido historicamente, produzidos e reproduzidos nessa localidade. Setton (2002, p.63-5) complementa o sentido de *habitus* explicando que o:

Habitus é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano. [...] Os habitus individuais, produtos da socialização, são constituídos em condições sociais específicas, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ ou a cultura de massa.

Precisamos considerar que:

Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria habitus implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O habitus é uma subjetividade socializada (Bourdieu, 1992, p.101 *apud* SETTON, 2002, p.63).

O *habitus* como subjetividades socializadas se internaliza e se reproduz sem fazer acepção de indivíduos. As escolhas resultantes do acesso à rede de esquemas atrelados ao *habitus* são realizadas quase que de maneira inconsciente, logo natural. A naturalidade com que essas práticas reproduzem contribuindo para desenvolver um sistema social onde, o corpo da cidade revela e reforça apenas uma imagem sobre si. Cerro Largo, terra de *alemão*. Para Wacquant:

o *habitus* (i) resume não uma aptidão natural, mas social, que é, por esta mesma razão, variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, das distribuições de poder; (ii) é transferível a vários domínios de prática, o que explica a coerência que se verifica, por exemplo, entre vários domínios de consumo, música, desporto, alimentação, mobília e, também, nas escolhas políticas e matrimoniais, no interior e entre indivíduos da mesma classe, e que fundamenta os distintos estilos de vida (Bourdieu 1984 [1979]); (iii) é durável mas não estático ou eterno: as disposições são socialmente montadas e podem ser corroídas, contrariadas ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas, como demonstrado, por exemplo, a propósito de situações de migração (2007, p. 66)

O *habitus* integra um sistema de esquemas individuais que se retroalimenta. Os sujeitos são silenciados (nas mentes) na medida em que contribuem (no social) para reproduzir esse comportamento. O silêncio sobre as questões étnico-raciais na forma de *habitus* se desenvolveu como uma aptidão social do cidadão cerro-larguense. O *habitus*, que pode ser durável, não estático nem eterno. Esse silêncio que persiste e perpassa diversos domínios pode se manifestar de diversas formas e intensidades. Assim é o silêncio dos professores, dos jornalistas, do ministério público, do poder legislativo, executivo, das universidades e de tantos outros grupos ou campos. São diferentes formas de incorporar o *habitus* e silenciar sobre esses assuntos.

Como visto o silêncio pode estar presente até mesmo na voz e em atitudes ou discursos que externamente aparentem questionar essa situação, mas que em seu íntimo contribuem para o reforço de estereótipos, para apresentar uma versão incompleta do sujeito negro, enfim para a reprodução do *habitus*. Utilizarmos, para nos referirmos a esse tipo sutil de silêncio o termo “Silêncio da presença”, do qual falaremos mais na próxima seção. É preciso salientar que não sendo eterno, o *habitus* pode ser corroído e até mesmo desmantelados por forças externas.

4.2 O SILENCIOSO NÃO-LUGAR DO NEGRO EM CERRO LARGO

Quando o foco do trabalho são minorias invisíveis, ouvir o silêncio torna-se uma tarefa necessária e fundamental. Em Cerro Largo o silêncio sobre as questões étnico-raciais se fez *habitus* e se constituiu em um véu que separa a realidade do discurso sobre a realidade. Segundo o Silva (2012) é possível encontrar,

no discurso racista brasileiro a estratégia ideológica do silêncio que opera sistematicamente para manter hierarquias entre brancos(as) e negros(as),

podendo ser compreendido como uma estratégia ideológica relacionada ao modo de operação denominado dissimulação (p. 111).

Com base nessa análise do *habitus* e nos subsídios fornecidos por Silva (2012) cunhamos os termos *silêncio da ausência* e *silêncio da presença* como elementos que compõe a paisagem silenciosa do município de Cerro Largo. Acreditamos que nesses silêncios residem informações valiosas, que nesse caso nos ajudam a compreender o não-lugar do negro.

O termo *silêncio da ausência* é utilizado aqui como referência a uma série de carências que concorrem para manter a população negra invisível e silenciada em seu não-lugar. Trata-se da falta de representatividade desses cidadãos no poder público. O descaso das autoridades na elaboração de medidas voltadas a melhorar suas condições básicas de vida. A carência de políticas públicas no sentido de promover saneamento básico, pavimentação, urbanização, lazer, cultura e mobilidade nos bairros onde esse contingente populacional é mais representativo.

Há silêncio, também, na ausência de representações desses indivíduos nos registros da História oficial do município. Registros esses, que se negam a vincular o negro e até mesmo o *brasileiro* como partícipe da História e da vida da cidade. Vemos as marcas do silêncio na ausência de debates sobre o racismo, sobre as condições de vida e sobre a situação socioeconômica dos cidadãos negros do município. Enfim, o silêncio da ausência é o mais perceptível, podendo ser verificado por todos aqueles que busquem enxergar.

Por sua vez, utilizamos o termo *silêncio da presença* para nos referirmos a um tipo de silêncio que consideramos mais sofisticado, visto que sua detecção é, também, mais difícil. O silêncio da presença se manifesta nas ações que representam o negro, ou seja, onde ele está presente, porém forma incompleta ou estereotipada. Percebemos esse tipo de silêncio também em atos que promovem uma falsa inclusão. Um exemplo é a presença de negros em comerciais e propagandas unicamente por um critério politicamente correto. Ou políticas públicas que propagandeiam intenção de promover igualdade, como as que valorizam o carnaval, o samba e a capoeira, mas que de fato não atuam no cerne da problemática racista.

Entretanto,

O racismo também se manifesta no discurso e na comunicação, frequentemente em relação com outras práticas sociais de opressão e exclusão, e as cognições sociais que subjazem essas práticas são fortemente

formadas por meio da comunicação discursiva no interior do grupo dominante (VAN DIJK, 1993a, p.13 *apud* STEFFENS, 2015, s.p).

No caso dos discursos, o silêncio cumpre a função de esconder significados mais profundos dessas representações. Por isso escolhemos um discurso para analisar o silêncio da presença em Cerro Largo. Coadunando com a visão de que:

discursos são como icebergs: boa parte dos significados permanece implícita porque algumas implicações poderiam ser inferidas de qualquer maneira, porque elas são irrelevantes para o discurso em questão, ou porque o discursante prefere esconder tal (STEFFENS, 2015, s.p.)

O discurso escolhido para desvelar o silêncio é do obituário de um *brasileiro* negro que viveu e morreu em Cerro Largo. O negro em questão é o Victor Marques de Oliveira, cidadão cerro-larguense, popularmente conhecido pela alcunha de “Nego Tico”. O discurso foi publicado pelo jornal Folha da Produção em 14 de agosto de 2014, por ocasião da morte do “Nego Tico” e traz a assinatura de um colunista, também cidadão cerro-larguense. Como forma de situar melhor o leitor, apresentamos de antemão e na íntegra a publicação:

Vitor Marques de Oliveira (1931 – 2014)

Por Colunista³⁹: Sábado, 2 de agosto... Bem cedo a cidade foi surpreendida com a notícia do falecimento naquela madrugada de Vitor Oliveira, o popular “Nego Tico”, e que seu velório acontecia no salão comunitário da Vila São Jorge e enterro no cemitério municipal. Inobstante o tradicional toque grave e cadenciado do sino da matriz, foi de boca a boca que a notícia chegou rapidamente a todas as vilas e bairros da cidade, pois que comentada em todos os bares, mercados, rodas de chimarrão, barbearias, pontos de táxi, posto de combustíveis e alhures.

Mas porque será que a morte desse cidadão humilde, como tantos outros que o precederam, morador obscuro de uma das vilas mais carentes da cidade, foi tão comentada e, por muitos, lamentada? Afinal quem era, quem foi o Nego Tico, cujo apelido, como contam seus familiares se originou quando ainda guri tomava os bодоques da molecada que caçavam tico-ticos.

Muitos o recordam como o torcedor símbolo dos áureos tempos do Aurora. Em domingo de jogo no campo da baixada, o Nego Tico era dos primeiros a chegar, para torcer e brigar pelas cores do avi-azul. Torcia com entusiasmo e garra pelo seu time, onde inclusive jogavam familiares seus, e mesmo quando já estava um tanto floreado respeitava a torcida adversária, mas não levava desaforo pra casa... Outros lembram daquele preto, vestindo bombacha branca, imaculada, bota lustrada, a pedalar pelas ruas da cidade, cumprimentando pelo nome as pessoas, com menção de tirar o chapéu: Bom dia seu Prínio... Seu Bernardo... Seu Juca... Boa tarde Dr. Paulo... Dr. Darto... Dr. Pio... Dona Lori... Dona Serma... Dona Lucia... E quando recebia algum regalo ou ajuda, agradecia emocionado com um sincero “que Deus lhe pague”.

³⁹ Optamos por utilizar o termo Colunista a fim de preservar o anonimato do autor do obituário, visto que se trata um cidadão conhecido e atuante no município de Cerro Largo.

Conheci-o há exatos 60 anos, quando Cerro Largo ainda era distrito de São Luiz Gonzaga. Ele então já adulto, jovem, robusto, andava pela vila, procurando trabalho (emprego não) na casa dos “alemão” e que sempre encontrava, pois de vadio e preguiçoso, não tinha nada... Pela cor de sua pele e suas feições era um genuíno representante da valorosa, raça negra, construtora do império brasileiro. Pertencia a uma das tantas e numerosas famílias lusas, que desde os primórdios da Colônia Serro Azul, aqui coabitavam pacificamente com os migrantes alemães, inserindo-se na comunidade e exercendo papel importantíssimo para o desenvolvimento de Cerro Largo, e ao longo de décadas, carregaram o piano, executando os trabalhos braçais mais pesados, muitas vezes refugados pelos brancos: derrubaram mato, abriram estradas, drenaram banhados, ombreamos sacos nos armazéns e silos, carpimaram e colheram lavouras, quebraram pedras, calçaram ruas, concretaram lajes, apagaram cal virgem, cavaram poços negros, extraíram areia do Ijuí... Todas tarefas braçais, pesadas, porém dignas e essenciais para o progresso de qualquer comunidade e que lamentavelmente jamais mereceram o devido destaque e reconhecimento nas comemorações oficiais.

O Nego Tico não refugava empreitada. O que vinha, abraçava e dava conta do recado, pois tinha que dar duro para, com o suor de seu rosto, ganhar honestamente o pão de cada dia para o sustento de sua numerosa família. Mas o ofício a que ele, juntamente com outros verdadeiros artistas da pedra, dedicou a maior parte de sua vida e se notabilizou, foi o de extrair, quebrar, falquejar pedras ferro, para a construção dos alicerces e muros de casas e edifícios, antes da era da pedra britada, do cimento e do ferro de construção. Um trabalho difícil, bruto, rude, sem luvas nem protetor solar, com as mãos calejadas e muitas vezes sangrando. Com que maestria, aprumo, solidez e segurança estes artífices, exímios escultores da pedra bruta, semi-analfabeto mas profissionalmente formados na escola da vida, lançaram alicerces, ergueram muros e muralhas que, imponentes, resistem ao tempo, como as da Igreja Matriz, do Colégio Medianeira, da Sociedade Hospitalar, do acesso à gruta e ao ex-Seminário São José e tantos outros prédios e residências. Por tudo isso, penso que a vida exemplar do Nego Tico, amigo leal, benquisto dos cerro-larguenses de todas as idades e camadas sociais, no momento que registramos seu passamento, por todas suas qualidades de cidadão humilde, pobre mas honrado, pacífico e cioso de seus direitos e obrigações, trabalhador honesto, fiel e competente, pai zeloso e exemplo de dignidade, merece ser exaltada, para orgulho de seus familiares e para a memória dos que com ele tiveram a graça de conviver.

Que descanse em paz!

“A vida do homem vale pelo que ele foi e realizou e não pelo que possuiu” (VITOR, 2014, p.6.).

Após apresentar o fato consumado o colunista questiona o porquê da morte de um cidadão humilde – negro – como tantos outros, morador da periferia da cidade foi digna de ser comentada e lamentada por tantas pessoas? O que tinha esse sujeito de tão especial que o tornou digno, inclusive, de receber menção do colunista em um jornal de ampla circulação no município?

Acreditamos que esse também é um discurso do tipo *iceberg*, uma vez que o conteúdo revelado é menos significativo do que o conteúdo velado pelo silêncio. Como vimos, o colunista inicia seu texto estranhando o fato da morte de um brasileiro humilde, morador da periferia ter tido tanto destaque na sociedade.

Um cidadão negro de Cerro Largo, cidade berço regional da cultura alemã, presente em um dos principais periódicos do município. Esse fato só é estranho por ser incomum. O comum e aceitável é o que os cidadãos negros, pobres e moradores das periferias desse município ocupem outros lugares, que não honras *post mortem*.

Há então, um negro que cruzou o umbral da invisibilidade e de fato, mesmo depois de morto, apareceu em Cerro Largo. O que nos leva a perguntar o que fez de “Nego Tico” um alguém tão especial? O que ele tinha que os outros não tinham? Será então que os fatos que fizeram com que “Nego Tico” fosse lembrado são os mesmos que justificam o esquecimento dos demais? O colunista fala, porém, é seu silêncio que fala mais alto sobre as características do não-lugar do negro em Cerro Largo.

Enquanto o dito deixa claro que “Nego Tico” reunia “qualidades especiais” e aparentemente isso o tornou digno de tantas homenagens, onde de “vadio e preguiçoso” ele não tinha nada (VITOR, 2014, p.6). O não dito nos lembra de que “vadio e preguiçoso” são adjetivos utilizados para ofender os negros desde a época da escravidão⁴⁰. Trata-se de uma fala que dialoga com Padre Max, que há cerca de um século atrás, em suas cartas, já se referia aos *brasileiros* como indolentes. O silêncio nos revela que é a indolência o motivo pelo qual os demais negros não aparecem na sociedade cerro-larguense.

O discurso diz que “Nego Tico” era preto, mas era dos bons. O silêncio diz que “Nego Tico” era o próprio “preto de alma branca⁴¹”. Um merecedor, dotado de qualidades que faltam aos demais. “Cidadão humilde, pobre, mas honrado, pacífico e cioso de seus direitos e obrigações, trabalhador honesto, fiel e competente, pai zeloso e exemplo de dignidade”. Sua forma de cumprimentar os “doutores” de Cerro Largo relembra a representação do escravo subserviente e submisso. A valorização dessa passagem deixa transparecer o que se espera de um preto bom.

⁴⁰ De sujeito indispensável para o trabalho durante mais de três séculos, o negro escravo passou a ser representado justamente por práticas que assumiu nesse longo tempo enquanto resistência à compulsoriedade do trabalho: o negro é lento no trabalho, indolente, sabotador e mais afeito à festa. Desprovido de hábitos de disciplina ao trabalho, pouco afeito ao mando e à ordem (já que a desobediência e as fugas eram constantes), o negro escravo passa a ser representado como atrasado e inapto para o trabalho livre (GOETTERT, 2002, p.107).

⁴¹ O “preto de alma branca” é um dos termos mais cabalísticos do racismo a brasileira. Na visão racista é um negro que, se afastando dos valores de seu povo, se aproximou dos valores da branquitude a ponto de ser reconhecido como bom. É um negro que pode ser aceito, pois sabe se portar e se colocar em seu lugar, reúne características que o diferencia dos demais. É o termo que exalta a presença da ausência, que troca a visibilidade de um pela invisibilidade de todos. Ainda mais, segundo fontes que nos parecem muito verossímeis “Preto de Alma Branca” era o título do artigo em questão, editorialmente modificado nas vésperas da publicação.

“Negro Tico” era bem asseado, com sua bombacha branca, imaculada. De fato, tratava-se de um preto limpo. Contrapõe-se a imagem do “preto sujo”, outra frase cabalística do racismo brasileiro que o silêncio presente no discurso atribui a todos os outros que não o “Negro Tico”. Além do mais era “Negro Tico” respeitoso para com as autoridades do município. E mesmo trabalhando essencialmente no pesado, com as mãos calejadas e às vezes até sangrando, conviveu pacificamente com o *alemão*, quieto. Sem aparecer, soube seu lugar. (VITOR, 2014, p.6).

Um discurso nunca é completamente inédito e original, na medida em que todo discurso já foi dito antes. O discurso analisado reproduz o que é comum nos meios racistas de nossa sociedade. Acreditamos nas boas intenções do articulista ao querer prestar sua homenagem ao um homem humilde que faleceu em Cerro Largo, porém seu discurso encontra-se impregnado do que DaMatta chamou de racismo à brasileira. Um racismo que como bem explicou Schwarcz foi adotado pelos nossos cientistas pela metade, excluindo a parte da segregação e do horror a miscigenação. Sobrou o que interessava as elites, ou seja, manter a hierarquia social.

Tal qual um *iceberg*, existem elementos submersos ao texto, ou seja, silenciados. Esses elementos nos dão conta de que em Cerro Largo é possível um cidadão negro ser aceito e se integrar aos *alemães*, desde que esse negro saiba seu lugar de subalterno. Essa mecânica faz parte de um tipo de racismo que se desenvolveu de maneira muito sofisticada no Brasil. Um tipo de racismo que preenche de silêncio o drama das relações étnico-raciais em nosso país. Contribui para silenciar e invisibilizar os negros, suas vidas, demandas e lutas.

A presença de “Negro Tico” como personagem principal desse discurso denuncia a ausência dos 20% de pretos em pardos que efetivamente não possuem um lugar em Cerro Largo. Em diversos momentos no texto o colunista falava de seu objeto sem falar. Frequentemente são ressaltadas as boas características de trabalhador, honesto, limpo, ordeiro, pacífico, entre outros.

O *alemão* ao falar do negro, atribui-lhe os valores que, no geral, são atribuídos ao próprio *alemão* fazendo com que sua fala diga mais a respeito de si do que do outro. O articulista *alemão* acredita que sua fala reverbera alto sobre os negros, porém é seu silêncio que fala mais alto. E assim se constitui o silêncio da presença, característica do não-lugar do negro em Cerro Largo. Perverso, pois contribui de sobremaneira para a invisibilização desses cidadãos.

O silêncio da presença deixa transparecer que é possível existir sem existir.

Habitar e ao mesmo tempo ser invisível. É um sintoma do tipo de racismo à brasileira denunciado por Roberto DaMatta que se adaptou ao tipo de sociedade multicultural que tolera que as diferentes etnias convivam juntas, desde que cada uma saiba o seu (não)lugar. O não-lugar do negro em Cerro Largo é o lugar do silêncio da presença e das tantas ausências.

4.3 AOS NEGROS A VOZ: QUEBRANDO O SILÊNCIO E RECONHECENDO O DIREITO A DIFERENÇA

Como exposto ao longo desse trabalho uma das principais características do não-lugar do negro em Cerro Largo é o silêncio. O silêncio que se manifesta tanto nas ausências quanto em algumas presenças. O mesmo silêncio que em Cerro Largo se fez *habitus* e se fortalece conforme a prática se reproduz.

O silêncio também é fruto da opção pela ignorância realizada pelos membros da hegemonia do município. A ignorância por sua vez está na raiz do preconceito e da construção dos estereótipos característica do não-lugar,

então, esse “não-lugar” foi sendo estigmatizado, marcado por estereótipos negativos e assim, legitimou-se a discriminação racial, mantida pelos benefícios simbólicos e materiais que a população branca obtém da desqualificação competitiva do grupo negro (BONILHA, 2012, p.4).

Em Cerro Largo a opção pela ignorância, conseqüentemente – pelo preconceito, se justificou e adquiriu ares de política pública. Uma vez que esses elementos que desempenham um papel social tão destoante da branquitude normatizada, não são valorados ao ponto de que se valha a pena conhecer, foram relegados ao silêncio.

Em outras palavras, o silêncio é a estratégia de exclusão adotada pela hegemonia cerro-larguense para lidar com os elementos étnicos destoantes de toda ordem. Nesse trabalho focamos especialmente nos negros. Entretanto, indígenas e outros cidadãos que sofrem com a exclusão e o silêncio.

Como então dar voz aos excluídos e quebrar o silêncio em uma sociedade silenciada? Moehleck, responde dizendo que,

Hoje podemos perceber certa mudança na maneira como, oficialmente, a questão racial tem sido abordada, principalmente pela quebra do silêncio a

respeito. Há mesmo um reconhecimento da existência de graves desigualdades entre os grupos raciais por parte do Poder Público brasileiro (2000, p.3).

Quebrar o silêncio implica necessariamente reconhecer a situação de assimetrias vivenciadas em nosso país e desenvolver políticas que objetivem combater às desigualdades raciais. Também se faz necessário o reconhecimento e a garantia do direito à diferença⁴². Segundo Bittar (2009),

O direito à diferença é uma ampliação, no interior da cultura do direito, da afirmação de formas de luta por reconhecimento. A ampliação elástica do conceito de direito, para abranger também a ideia de um direito à diferença, consolida a ambição de diferenciação, dentro de sociedades modernas que tendem a produzir homogeneização e padronização. É de modo reativo, portanto, que a luta pela diferença se inscreve, dialeticamente, ao lado da identidade de uma luta não interrompida por igualdade (p. 553)

O Brasil não avançará no aperfeiçoamento de sua democracia, nem na construção de um país mais justo e plural sem incluir esses assuntos prioritários na ordem do dia. Quebrar o silêncio significa trazer para a cidadania uma parcela da população brasileira que se encontra em uma situação de quase-cidadania, da qual os sintomas apresentamos nesse trabalho. Essa situação se constitui em um flagelo que avilta e ataca esses cidadãos em suas dignidades enquanto seres humanos. É sim uma questão maior dos Direitos Humanos, que em uma concepção contemporânea,

compõem a nossa racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Realçam, sobretudo, a esperança de um horizonte moral, pautado pela gramática da inclusão, refletindo a plataforma emancipatória de nosso tempo (PIOVESAN, 2005, p.44).

Direitos Humanos são compreendidos aqui como um campo em construção, um campo de batalhas em prol da dignidade humana, que necessariamente implica, entre outras coisas, inclusão e emancipação. Diversos instrumentos nacionais e internacionais reconhecem legalmente o direito à igualdade como parte integrante dos direitos humanos. Internacionalmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 criou um lastro para demais legislações ao condenar a intolerância e discriminação em razão de nacionalidade, etnia, raça ou religião (PIOVESAN, 2005).

⁴² No sentido empregado por Santos (2003).

Em consonância com a Declaração de 1948 está a Convenção Sobre a Eliminação de todas as a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. O documento foi adotado pelas Nações Unidas em 21 de dezembro de 1965, tendo sido ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968. Segundo essa mesma convenção:

Os Estados Parte comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos: [...] Direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente: I direito ao trabalho, a livre escolha de seu trabalho, a condições equivalentes e satisfatórias de trabalho, à proteção contra o desemprego, a um salário igual para um trabalho igual, e uma remuneração eqüitativa e satisfatória (UNESCO, 1998).

A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial tem como meta principal combater e proibir a discriminação racial, mas também promover a igualdade, para tanto se pauta em dois eixos principais. O eixo repressivo, através do incentivo ao combate de atos fundamentados na discriminação racial através da adoção, pelos países membros, de uma legislação punitiva. E o eixo promocional que tem como objetivo promover a igualdade de maneira positiva (PIOVESAN; GUIMARÃES, 1998).

No sentido promocional do combate a discriminação racial, na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, no ano de 2001,

o documento oficial brasileiro [...] defendeu [...] a adoção de medidas afirmativas para a população afro-descendente nas áreas de educação e trabalho. O documento propôs a adoção de ações afirmativas para garantir o maior acesso de afro-descendentes às universidades públicas, bem como a utilização, em licitações públicas, de um critério de desempate que considere a presença de afro-descendentes, homossexuais e mulheres no quadro funcional das empresas concorrentes. A Conferência de Durban, em suas recomendações, pontualmente nos parágrafos 107 e 108, endossa a importância de os Estados adotarem ações afirmativas para aqueles que foram vítimas de discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância correlatas (PIOVESAN, 2005, p.50).

O debate em torno da diminuição das desigualdades e do combate à discriminação racial levou a proposição de ações afirmativas que devem ser empreendidas pelo poder público. Tais ações,

representam o princípio do tratamento desigual aos desiguais visando superar crônicas situações de desvantagem para pessoas de grupos

histórica, e estruturalmente discriminados, situações que, na falta de mecanismos corretivos adotados deliberadamente com esse fim, prorrogar-se-ão indefinidamente (PAIXÃO; GOMES, 2008, p.45).

Visão que dialoga com a Boaventura de Souza Santos, quando o autor defende que,

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (2003, p.56 *apud* PIOVESAN, 2005, p.47).

Em outras palavras, urge a necessidade de reconhecer as diferenças e fazer cessar as desigualdades que tem se reproduzido há séculos no Brasil. Tais ações encontram respaldo na legislação e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Além disso, instrumentos nacionais, como o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 respaldam essas ações. O documento “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010). Indo além, o estatuto traz algumas importantes definições como:

I – discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem acional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II – desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III – desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV – população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V – políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI – ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades (BRASIL, 2010).

Enfim, não é nossa intenção realizar, nesse espaço, uma revisão de toda a legislação referente ao tema. Trata-se de deixar claro que o direito a diferença e a igualdade racial, bem como o reconhecimento das profundas desigualdades vivenciadas pela população negra estão amplamente positivados e reconhecidos no Brasil. Destarte que o silêncio que encobre e ao mesmo tempo contribui para as graves assimetrias já verificadas estão totalmente às margens da lei.

Em 2013, o LAESER⁴³, programa vinculado ao instituto de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ publicou o resultado de um estudo sobre a criação de Conselhos Municipais de Igualdade Racial. O estudo teve como base os dados presentes na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, realizada pelo IBGE no ano de 2011, e mostrou diversos municípios que atuam no sentido de implementar ações específicas com o objetivo de reconhecer as diferenças e diminuir as desigualdades raciais.

Na ocasião havia 196 municípios, ou seja, 3,5% do total de municípios do Brasil que apresentavam Conselho Municipal de Igualdade Racial ou outro órgão similar. No mesmo período existiam 1240 as cidades que possuíam algum tipo de política de promoção da igualdade Racial, ou seja, 22,3% do total de municípios brasileiros (PAIXÃO, 2013, p.4-5).

Dados do MUNIC de 2014 apontaram uma drástica redução no total de municípios com políticas específicas voltadas para a população negra, apenas 571, ou seja, 10,3% do total de municípios brasileiros (IBGE, 2014). Ainda assim tais presenças provam que é possível romper o silêncio e agir para dar voz e pela inclusão.

Precisamos pensar no tipo de sociedade que queremos construir. Acreditamos que:

A implementação do direito à igualdade é tarefa fundamental à qualquer projeto democrático, já que em última análise a democracia significa a igualdade no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. A busca democrática requer fundamentalmente o exercício em

⁴³ O Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais – LAESER é um laboratório de pesquisas, ligado a instituto de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRS. O laboratório coordenado pelo professor Dr. Marcelo Paixão produziu diversos estudos sobre o tema das desigualdades de cor ou raça no Brasil.

igualdade de condições dos direitos humanos elementares (PIOVESAN, 2005, p.50).

Não há democracia sem igualdade, bem como não há um Estado de Direito sem o respeito estrito aos Direitos Humanos de todos os cidadãos. Trata-se de um justo combate⁴⁴, lutar pela construção de um projeto de país democrático que leve em consideração a justiça social e as disparidades raciais. Cabe a uma sociedade que se pretende democrática, a proteção das minorias étnicas/raciais, bem como a busca por compensar as graves injustiças cometidas contra os indígenas e contra a população negra. Injustiças que empurraram essas populações para um não-lugar que se constitui em uma situação de quase-cidadania.

O Brasil é um país multicultural, tal realidade tem ampla aceitação e reconhecimento no meio acadêmico e jurídico do país. O município de Cerro Largo, embora esteja distante dos grandes centros não é uma ilha e não está alheio a essa condição. A exclusão, o preconceito e a discriminação racial são sintomas de atraso social. Não é a intenção desse esforço propor políticas específicas nessa área. Sendo um trabalho exploratório nosso objetivo, foi muito mais mapear e expor uma situação existente, chamando a atenção da academia e da sociedade. Ainda assim, no sentido de contribuir para o debate em políticas públicas, fica o exemplo dos conselhos municipais, como uma das tantas formas eficientes de quebrar o silêncio que invisibiliza o cidadão negro.

Um fato que não pode passar despercebido é que o município de Cerro Largo possui um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Trata-se de uma universidade que se define como:

- pública e popular;
- de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil;
- democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
- que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade (PERFIL, 2017, s.p).

Essa instituição, que foi fruto de um longo processo de lutas, capitaneada

⁴⁴ Termo cunhado por Marcelo Paixão (2015).

principalmente por movimentos sociais ligados questão agrária, foi concebida e é mantida mediante o investimento de altos valores oriundos do erário. Sendo assim é uma universidade de todos os brasileiros e precisa ser para todos. Seu destino é ser pública e popular, comprometida com a superação das desigualdades sociais e porque não, também, raciais? Estar em consonância com esse perfil significa não se calar diante da situação de exclusão vivenciada pela população negra do município. Optar por não incorporar o *habitus* e reproduzir o silêncio que concorre para manter esses cidadãos em um não-lugar de negação de direitos. Agindo assim, UFFS como instituição, poderá se converter em um importante centro de pensamento e produção de políticas públicas inovadoras no sentido de garantir cidadania a população negra, não apenas de Cerro Largo, mas de toda sua região de abrangência.

Enfim, é uma questão de democracia, de cidadania e de Direitos Humanos. A terra de *alemão* e “berço regional da cultural” precisa reconhecer que é também a terra do *brasileiro*, do indígena e do negro, ou seja, que é uma verdadeira terra multicultural. Quem sabe assim se tornará o “Berço Regional das Culturas”, entretanto antes disso será preciso reconhecer para libertar e reconhecer-se para se libertar dos preconceitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscamos compreender as características do não-lugar do negro no Município de Cerro Largo. Ao longo dos nossos estudos constatamos que essa situação não se restringe somente a essa localidade. Trata-se sim de uma situação vivenciada em âmbito nacional.

Após a abolição da escravidão no Brasil a população negra foi relegada a um não-lugar de invisibilidade e silêncio. Na prática o não-lugar é corolário de um processo sistemático de negação de direitos, que obriga esse contingente a viver uma cidadania incompleta, a qual chamamos quase-cidadania. Tal situação pudemos comprovar através de dados estatísticos, principalmente, do IBGE.

Cerro Largo além de reproduzir o caso brasileiro apresenta algumas peculiaridades por se tratar de um Município fundado por *alemães*, que procura a todo custo se identificar com essa cultura e etnia. As dificuldades enfrentadas pelos pioneiros germânicos, bem como o abandono e, por vezes, as perseguições por parte do Estado brasileiro contribuíram para o desenvolvimento de uma comunidade autocentrada. Ideologias racialistas e etnocêntricas características do início do século XX, mas que continuaram a se reproduzirem até os dias atuais, completaram o quadro para o desenvolvimento de uma sociedade do tipo cebola em Cerro Largo.

Chamamos de sociedade cebola para ilustrar sua divisão em camadas que separam etnicamente os cidadãos. No centro está a comunidade *alemã* hegemônica, preferencialmente católica. Nas camadas mais externas estão os demais descendentes de europeus, bem como os protestantes. Ainda mais para fora estão os *brasileiros*. Os *brasileiros* em Cerro Largo são os descendentes de portugueses, geralmente mestiços com afro-brasileiros e indígenas. O termo *brasileiro* é uma idiomática social demarcadora de fronteira étnica. Ser *brasileiro* em Cerro Largo é ser o “outro”, ou seja, aquele que não pertence à comunidade hegemônica.

É importante salientar que essas divisões estão relacionadas a um construto culturalista que, por aqui, vinculou diferentes valores para essas culturas. O *alemão* é identificado como sujeito trabalhador, higiênico, perseverante, empreendedor, ordeiro e zeloso. O *brasileiro* é desleixado e indolente. Os negros são *brasileiros*, entretanto além de incorporarem todos os adjetivos depreciativos desse grupo ainda são considerados sujos, vadios e preguiçosos. No modelo da sociedade cebola os negros se encontram totalmente excluídos, silenciados e silenciosos vivenciam um não-lugar.

O silêncio foi uma importante categoria de análise na busca por compreender o não-lugar do negro e, como visto, se manifesta de diversas formas. A falta de representatividade política e econômica desses cidadãos; a inexistência de políticas, projetos e ações voltados a melhorar suas condições básicas de acesso a renda, consumo e qualidade de vida; a invisibilidade verificada nos registros da História oficial do município; a ausência de debates sobre a imposição da branquitude como norma, e sobre as desigualdades étnico-raciais se configuram no que chamamos de silêncio da ausência.

Nessa senda também identificamos outro tipo de silêncio que aflige o negro em Cerro Largo. A esse denominamos silêncio da presença. Um tipo de silêncio mais sofisticado uma vez que ele se manifesta nas atitudes e discursos aparentemente inofensivos. Ações que promovem alguma inclusão somente nas aparências. Discursos que falam sobre o negro, entretanto colaboram para reforçar estereótipos e preconceitos. Para identificarmos esse tipo de silêncio recorreremos à análise do discurso presente no obituário de um negro cerro-larguense.

Finalmente tivemos a condição de compreender as características do não-lugar do negro em Cerro Largo. Trata-se de um lugar de silêncio e invisibilidade. Um lugar dos excluídos, que vivem nos piores lugares da cidade e nas piores condições. Os valores identificados nos *alemães* são negados aos *brasileiros* e principalmente aos negros, por isso a “cidade não os enxerga”, pois desejam evitar qualquer tipo de vinculação.

O silêncio, que é uma característica do não-lugar, se fez *habitus* em uma cidade que não discute suas contradições étnico-raciais e cultiva a ideia da monoétnica cidade de *alemão*. Esta é uma postura que deliberadamente concorre para invisibilizar ainda mais esse contingente populacional. Os negros em Cerro Largo existem sem existir, são tolerados por que assim é o racismo a brasileira. Permite que se viva junto desde que cada um saiba seu lugar ou nesse caso, seu não-lugar.

Por isso concluímos esse trabalho defendendo que é imperativo dar voz e lugar a essa população. É preciso escutar suas demandas e pensar em políticas públicas para melhorar a vida desses cidadãos. Ações afirmativas são necessárias! É um justo combate, trazer esse um quinto da população urbana de Cerro Largo para um lugar de inclusão e cidadania. Em pleno século XXI é um reconhecimento de direitos fundamental na arquitetura de um futuro mais democrático e multicultural para todos os cerro-larguenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**, 2000. São Paulo: Companhia das letras. 2000.

BARCELOS, William. **Mapa Cerro Largo-bairros-model**. 2017. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/363588819/Mapa-Cerro-Largo-Bairros-model>>. Acesso em: 05. Nov. 2017.

BASTEN, Stuart; LUTZ, Wolfgang; SCHERBOV, Sergei. Very long range global population scenarios to 2300 and the implications of sustained low fertility. 2013. **Demographic Research**, Volume 28, May, p. 1145-1166. Disponível em: <<http://www.demographic-research.org/volumes/vol28/39/28-39.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BITTAR, Eduardo C. B. Reconhecimento e direito à diferença: teoria crítica. Diversidade e a cultura dos direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. 2009, v. 104, p. 551-565.

BONILHA, Tamyres Proenca. **"o não-lugar do sujeito negro na educação brasileira"**. 2012. 147p. Dissertação (Mestrado acadêmico em educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia. (org. Renato Ortiz) São Paulo, Ática, 1983.**

BRASIL. **Decreto nº 528 de 28/06/1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102013&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 17 ago. 2017

BRASIL. **Lei 12.288 de 20 julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 17 Ago. 2017.

BUSSE, Valdino. **A práxis pastoral entre os imigrantes alemães e seus descendentes na região Noroeste do Rio Grande do Sul**. 69 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2009,

CAETANO, Jessica Nene; BEZZI, Meri Lourdes. Microrregião geográfica de Cruz Alta/RS e Imigração Portuguesa: O espaço cemiterial como fonte de pesquisa. **Anais XV simpósio de ensino pesquisa e extensão: educação e ciência na era digital**. UNIFRA, 2011.

CASTRO, Elisiana Trilha. Cemitérios protestantes: marcas de um outro sagrado em uma outra terra. **Anais do IX Fazendo Gênero, UFSC, 2010.**

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAREGNATO, Rita C. A; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso *versus* análise de conteúdo. Florianópolis: 2006. **Revista Texto Contexto**, n15, p. 678-84

CARRASCO, Gessonia L. de Andrade; NAPPI, Sérgio C. Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e turismo. **Museologia e Patrimônio - v.2 n.2 - jul/dez de 2009.** Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus46>>. Acesso em: 04 Jun. 2017.

CENSO 2010. **Operação Censitária.** 2016. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>> Acesso em: 21 nov. 2016

CERQUEIRA, Daniel. **Boletim de Análise Político – Institucional: Participação, democracia e racismo.** DIEST/IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/131017_bapi4_daniel_racismo.pdf>. . Acesso em: 12 jun. 2016.

CERQUEIRA, Fábio Vergara; BASTIANELLO, Elaine Tonini. Espaço funerário, etnias e valores religiosos no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé, RS: histórias de rechaço e acolhimento, um judeu e um negro. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Vol. 4 nº 8, 2012.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DARONCO, Leandro Jorge. DALMOLIN, Cátia. **Marcas do Passado.** 2006. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~forumcidadania/pdf/MARCAS_DO_PASSADO.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016

DARONCO, Leandro Jorge. **Campos Esquecidos: Experiências sociais de cativo em uma zona rural e fronteira (Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul 1840-1888).** 2012. 446p. Tese (Doutorado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2012.

DA SILVA E SÁ, Guilherme José; Santos, Ricardo Ventura; Rodrigues-Carvalho, Claudia; da Silva, Elizabeth Christina Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 15, núm. 1, enero-marzo, 2008, pp. 197-208 Fundação Oswaldo Cruz Rio de Janeiro, Brasil.

DATAPEDIA, **Cerro Largo**. 2017. Disponível em: <<http://www.datapedia.info/public/cidade/2467/rs/cerro-largo#qualificacao>>. Acesso em: 12 set. 2017.

DEWES, Miguel José. **A História de Cerro Largo**. Porto Alegre: Editora da Alvorada, 1966.

ECONODATA, 2017. Disponível em: <<http://www.econodata.com.br/lista-empresas/RIO-GRANDE-DO-SUL/CERRO-LARGO>>. Acesso em: 04 Jun. 2017

FIABANI, Aldemir. **Mato Palhoça e Pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FILHO, Sílvio Felix Medeiros. **Novo Bairro São Jorge**. 2013. Disponível em: <<http://cerrolargocapitalregionaldacultura.blogspot.com.br/2013/09/novo-bairro-sao-jorge.html>>. Acesso em: 04 Jun. 2017.

FLORENTINO, Manolo. RIBEIRO, Alexandre Vieira. SILVA, Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos xviii e xix). 2004. **Revista Afro-Ásia**, n31, p.83-126.

FRANQUI, Luis Henrique. **Expediente Folha VIP. Cerro Largo: Folha da Produção**, 2002.

FURTADO, Tanara Forte. **Porto Alegre: vila, favela, bairro?** O que dizem as crianças. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2014.

FREITAS, Sandra Balbé de. **A educação para a cooperação em escolas municipais: o caso da escola municipal de ensino fundamental padre José Schardong, no município de Cerro Largo, RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERTZ, René E. **O perigo alemão** / René E. Gertz. - 2.ed. - Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GOETTERT, Joses Dari. Aos “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. **Revista Formação**, n. 9, v. 2 UNESP, 2002.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. **Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates**. 2008. *Revista Maracanã*, n4, p.171-194.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Democracia Racial: O ideal, o pacto e o mito. **Revista novos estudos**. 2001. n° 61, p. 147-162.

GÜTTGES, Arlen Alberto; VALQUES, Igor J. B. A Arquitetura Germânica e Suas Influências Nas Edificações Brasileiras: O Caso De M.C.Rondon. **AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**. Akrópolis, Umuarama, v.11, nº.3, jul./set., 2003

HENZ, Guido Casildo; STEFFENS, Roseli Regina; SPIES, Arlindo Roque. **Cerro Largo, Descobrindo o Município**. Cerro Largo: Gráfica Santo Ângelo, 1983.

HISTÓRICO. Disponível em: <<http://www.heimatland.com.br/>>. Acesso em: 31 Ago. 2017

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século xx: 1914-1991**. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. 2001. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2016.

_____. **Censo Demográfico 2010: Características urbanísticas do entorno dos domicílios**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/default_entorno.shtml>. Acesso em 31 ago. 2017.

_____. **Microdados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br.>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____. **Banco de Dados Agregados**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br.>> Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. **Território**, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/cerro-largo/panorama>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4. Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LEITE, Ilka B. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka B (Org). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade**. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina, 1996. cap 2, p. 33-53.

LIMA, Marcus E. Oliveira; FARO, André. SANTOS, Mayara Rodrigues dos. A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. 2016. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 32, n. 1, pp. 219-228.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. p. 95-104. **Espaço Plural**, Ano IX, nº 19, 2008.

MAESTRI, Mário. 1888 A Revolução Abolicionista no Brasil. 2012, **revista (in)visível**, ed.1, p.41-48.

MAESTRI, Mário. **Escravidão, resistência e consciência no norte do RS**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/068/68res_maestri.htm 2007> Acesso em: 14 nov. 2016.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATIJASCIC, Milko; SILVA, Tatiana Dias. **Situação social da população negra por estado** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília: IPEA, 2014.

MOEHLECKE, Sabrina. **Propostas de Ações Afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2000.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade Social e Simbólica do Negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka B (Org). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade**. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina, 1996. cap. 1, p.13-32.

PAIXÃO, Marcelo. Muito Além do Pastoreio: a presença negra no Estado do Rio Grande do Sul. 2003. **Revista Conexão Negra**, Ano I, abril-junho, p. 13-14.

_____. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**.

_____ (Cord). **Tempo em Curso**. Ano V; Vol. 5; nº 8, Agosto, 2013.

_____. O Justo Combate: relações raciais e desenvolvimento em questão. 2015. **Revista Simbiótica**, vol.2, n.2, dez.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Razões Afirmativas: Relações Raciais, Pós-Emancipação e História. **Interesse nacional**, 2008.

PARÓQUIA. **Relação de veleiros transatlânticos & das famílias**. Disponível em: <<http://www.mluther.org.br/lmigracao/relacao-veleiros.htm>>. Acesso em: 12 out. 2016.

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/275.htm>>. Acesso em: 31 Ago. 2017.

PERFIL. Disponível em <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil> Acesso em: 15 dez. 2017.

PINHEIRO, Luana (Cord). **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), Brasília: IPEA, 2011.

PINSKY, Jaime; PINSKY Carla B. **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003).

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

PIOVESAN, Flávia; GUIMARÃES, Luis C. Rocha. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial**. 1998. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado8.htm>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO. **Hino Municipal de Cerro Largo**. 2013. Disponível em: <<http://cerrolargo.rs.gov.br/portal/hinos/hino-municipal-de-cerro-largo/>>. Acesso em: 21 nov. 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO. **História**. 2017. Disponível em: <<http://www.cerrolargo.rs.gov.br/site/conteudos/2039-historia>>. Acesso em: 17 ago. 2017

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

QUADROS, Ezeula Lima de. **A Defesa do modo de ser Guarani: o caso de Caaró e Pirapó, em 1628**. Porto Alegre: Edigal, 2012.

RABUSKE, Arthur. **Cartas do Padre Max**. Porto Alegre, 2002.

RAMOS, Alcida Rita. Os direitos humanos dos povos indígenas no Brasil. In MAYBURY-LEVIS, Biorn; RANINCHESKI, Sonia. **Desafios aos direitos humanos no Brasil Contemporâneo**. Brasília: Verbena. 2011.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. 2004. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. p. 170-198

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é Etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROOTSWEB. **Projeto Imigração Alemã**. 2003. Disponível em: <http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/alemanha/lista_de_passageiros.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**.

Porto Alegre: Penso, 2013.

SANT'ANA, J.R. **Negros não são descendentes de escravos**. 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/negros-nao-sao-descendentes-de-escravos/>>. Acesso em 12 jun. 2016:

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para Libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 230 - 246. jan./abr, 2017

SÃO PAULO. **Lei provincial nº 28 de 29/03/1884**. Autoriza o governo a auxiliar os imigrantes da Europa e Ilhas dos Açores e Canárias, que se estabelecerem na província, com as seguintes quantias: 70\$ para os maiores de 12 anos, 35\$ para os de 7 a 12, e 17\$50 para os de 3 a 7 anos de idade. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1884/lei-28-29.03.1884.html>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista brasileira de educação**: Rio de Janeiro, n. 20, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro**. Trabalho apresentado no XV11 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

_____. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico/93 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro**. Comunicação apresentada na mesa redonda "Racismo e Identidade Social", 45a Reunião Anual da SBPC, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Vol. 3, p. 95-131, 1997

_____. Colonização, Imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SILVA, Mozart. Educação e etnicidade na região de Santa Cruz Do Sul- RS. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 2, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/285/205>>. Acesso em: 12 Out. 2016

SILVA, Tatiana D. Panorama social da população negra. In: SILVA, Tatiana D. GOES, Fernanda Lira (Orgs). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasília: IPEA, 2013. cap. 1, p.13-30

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. O Silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro. **Currículos sem fronteira**. 2012. V. 12, n. 1, p. 110-129.

SOCIOSBRASIL, 2017. Disponível em: <<http://www.sociosbrasil.com/>>. Acesso em> 04 Jun. 2017.

SOUZA, Rodrigo Miguel de. **Missioneiros, Morenos e Negros: Identidades, representações e invisibilidade na Região das Missões**. Dissertação (Mestrado em Educação), Unijui, Ijuí, 2013.

STEFFENS, Isadora. A Análise Crítica de Discurso e o discurso racista: a perspectiva de Teun Van Dij. **Anais do IV Seminário Discente da Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – USP**, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122p. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TAYLOR, S.D. BOGDAM, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados**. Barcelona: Paidós, 1996.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. cap. 1, p.15-44

TRAMONTINI, Marcos Justo. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a3.pdf>. Acesso em: 17 Ago. 2017

TREIB, Rafael Rodrigo Wolfart. **Serro Azul (1902-1927) início e evolução de uma colônia alemã no Rio Grande Do Sul**. 2006. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Dados da Secretaria Acadêmica**. 2016. [Mensagem Pessoal]. Recebido por: <leandro.sapiens@gmail.com>. Em: set. 2016.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura. **Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1966)**. 1998. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139390por.pdf> Acesso 15/10/17>. Acesso em: 15 out. 2017.

VITOR Marques de Oliveira. **Folha da Produção**, Cerro Largo, p. 6, 14 ago. 2014.

WACQUANT, Löic. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem**. 2007. Ano 10, nº 18, p. 63-71.

WASEFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2011: Os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da justiça, 2011.

WALLAU, Lauro. Cemitério de Cerro Largo. 2009. Arquivo Pessoal.

WENZEL, Ivone Dewes. **Cerro Largo, Missões RS**. Secretaria de Indústria, Comercio e Turismo - Prefeitura Municipal. 2003

WESZ, Mauro Marx. **Colônia Rondinha/Santa Lúcia: colonização e religiosidade na região das missões do rio grande do sul (1921-1937)**. 2016. 139p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

XAVIER, Regina C. L. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto F. da. SANTOS, José A. dos. CARNEIRO, Luiz C. C (Orgs). **RS NEGRO: Cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. cap. 1, p. 15-31

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul Agrário do século XIX**. 2002, Unijuí.